

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO**

CECÍLIA SANTOS SALES

**ACESSIBILIDADE URBANA E MOBILIÁRIO UNIVERSAL VOLTADO PARA O
PÚBLICO INFANTIL: PROPOSTA DE UMA PRAÇA NO BAIRRO SANTA MARIA,
EM ARACAJU/SE**

Aracaju

2019.2

CECÍLIA SANTOS SALES

**ACESSIBILIDADE URBANA E MOBILIÁRIO UNIVERSAL VOLTADO PARA O
PÚBLICO INFANTIL: PROPOSTA DE UMA PRAÇA NO BAIRRO SANTA MARIA,
EM ARACAJU/SE**

Trabalho Final de Graduação
apresentado à Universidade
Tiradentes como um dos pré-
requisitos para a obtenção de grau
de bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora: Profª Dra. Pedriane Barbosa de Souza Dantas

Aracaju

2019.2

CECÍLIA SANTOS SALES

**ACESSIBILIDADE URBANA E MOBILIÁRIO UNIVERSAL VOLTADO PARA O
PÚBLICO INFANTIL: PROPOSTA DE UMA PRAÇA NO BAIRRO SANTA MARIA,
EM ARACAJU/SE**

Trabalho Final de Graduação
apresentado à Universidade
Tiradentes como um dos pré-
requisitos para a obtenção de grau
de bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profª Dra. Pedrienne Barbosa de Souza Dantas

Orientador – Universidade Tiradentes

Profª Ma. Dayse Araújo Lapa

Avaliador Interno – Universidade Tiradentes

Alana Lúcia Vieira Mello – Arquiteta e Urbanista – EMURB

Avaliadora Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para concretizar mais essa conquista. A minha mãe e minha família pela ajuda, estando sempre disponíveis. Aos meus amigos pelo apoio e incentivo, nunca me deixando desistir. A Ariel pela troca de experiências, ajuda, amizade e companheirismo. A minha orientadora Pedriane Barbosa, pela sua dedicação, auxílio e competência, que mesmo no curto prazo foi muito importante para o resultado desse trabalho e aos demais professores que contribuíram e me ajudaram ao longo dessa caminhada.

“Quando o Palácio de Versalhes foi desenhado, Luis XIV da França insistiu que considerassem que quando fosse velho poderia acompanhar seus convidados através dos amplos salões e jardins. O arquiteto de Luis XIV considerou isso uma excentricidade” (FIGINI, 2006, p.VI).

RESUMO

O conteúdo da pesquisa consiste em um Anteprojeto Arquitetônico que propõe a inserção de acessibilidade urbana e mobiliário universal voltado para o público infantil no Bairro Santa Maria em Aracaju/Se, destinado principalmente as crianças com deficiência, proporcionando a elas um local de diversão, onde possam desenvolver sua capacidade de aprendizagem de forma lúdica e interativa, além de fortalecer as funções motoras e cognitivas. O trabalho procura entender e salientar a importância da convivência e da brincadeira na inclusão e no não preconceito. Muito tem se falado sobre a importância do brincar desde cedo, por tornar as crianças mais capazes e criativas, tendo que buscar soluções para alcançar o que desejam. Buscando-se acessar esse mundo infantil, o lúdico em conjunto com a reabilitação, pode se tornar um instrumento indispensável para o entendimento e o não preconceito no desenvolvimento da vida da criança e de seus responsáveis. Independente da época, cultura e classe social, a brincadeira faz parte do cotidiano infantil e os espaços concebidos para a brincadeira e destinados ao público infantil devem estimular a autossuficiência através dos equipamentos de fácil acesso e manuseio, além de oferecer conforto, segurança e uma variedade de atrativos, com mobiliários e materiais adaptados para o uso infantil. Desta forma, além do aprofundamento sobre os diversos tipos de brinquedos e de que maneira estes influenciam na interação, manuseio e aprendizagem, buscou-se entender melhor o que as crianças com deficiência e os pais destas, gostam e desejam através do desenvolvimento de oficinas de desenho e aplicação de entrevistas. Além disso, foi realizado um levantamento na cidade de Aracaju/Se das praças que dispõem de parque infantil e diante da carência de espaços adequados para crianças com deficiência e acreditando na importância do brincar na inclusão para a formação de melhores cidadãos, esse TFG propõe esse espaço, desenvolvido com base em pesquisas e atendendo o desejo das mesmas, onde é possível conviver, brincar, aprender e se reabilitar através do lúdico.

Palavras-chaves: Deficiência; Brincar; Crianças

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Diferenças entre Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão | 20 |
| Figura 2 - Quantidade de deficientes no Brasil | 28 |
| Figura 3 - Descumprimento da Lei..... | 31 |
| Figura 4 - Passeio ciclístico, organizado pelo projeto Lazer Acessível..... | 35 |
| Figura 5 - Projeto Praia Para Todos..... | 35 |
| Figura 6 - Balanço acessível, na Alameda das Árvores..... | 36 |
| Figura 7 - Localização dos Parques em análise..... | 37 |
| Figura 8 - Implantação Orla de Atalaia..... | 38 |
| Figura 9 - Localização do Parque O Mundo Maravilhoso da Criança | 39 |
| Figura 10 - Implantação Mundo Maravilhoso da Criança | 40 |
| Figura 11 - Brinquedo com escada de marinho e piso de brita | 41 |
| Figura 12 - Localização do Parque da Sementeira | 42 |
| Figura 13 - Implantação Parque da Sementeira..... | 42 |
| Figura 14 - Banheiro Masculino, no Parque da Sementeira..... | 43 |
| Figura 15 - Quiosque do Parque da Sementeira | 44 |
| Figura 16 - Gangorras e arquibancada sem rampa | 44 |
| Figura 17 - Quadra de patins e skate e quiosques..... | 45 |
| Figura 18 - Parque dos Cajueiros..... | 46 |
| Figura 19 - Implantação do Parque dos Cajueiros..... | 47 |
| Figura 20 - Desnível no piso tátil e piso quebrado | 48 |
| Figura 21 - Cavalo de madeira e Playground | 48 |
| Figura 22 - Implantação do Parque da Cidade | 49 |
| Figura 23 - Parque infantil e campo de futebol | 50 |
| Figura 24 - Sociedade Hípica de Sergipe e Recanto do Chourinho | 50 |
| Figura 25 - Habitat dos macacos prego – Zoológico do Parque da Cidade | 51 |
| Figura 26 - Teleférico | 51 |
| Figura 27 - Acesso a Santa Nossa Senhora da Conceição | 52 |
| Figura 28 - Entrada do Zoológico e bebedouro do Parque da Cidade | 52 |
| Figura 29 - Ladeira para chegar até a jaula de alguns animais do Parque da Cidade..... | 53 |
| Figura 30 - Planta do Parque na AACD, na Mooca..... | 56 |
| Figura 31 - Playground acessível, no Parque Santana, Recife | 57 |
| Figura 32 - Trepa-trepa | 58 |

| | |
|---|----|
| Figura 33 - Balanço, tipo Astronauta..... | 59 |
| Figura 34 - CoBrinha | 59 |
| Figura 35 - Espelho Caleidoscópio..... | 60 |
| Figura 36 - Girassol Oscilante..... | 60 |
| Figura 37 - Escorregador Adaptado..... | 61 |
| Figura 38 - Bancada de Areia Borboleta..... | 61 |
| Figura 39 - Painel Espelho Distorçor..... | 62 |
| Figura 40 - Painel Pictograma | 62 |
| Figura 41 - Painel Xilofone..... | 63 |
| Figura 42 - Painel Ábaco..... | 63 |
| Figura 43 - Banco Gafanhoto | 64 |
| Figura 44 - Brinquedão, Parque Ibirapuera/SP..... | 65 |
| Figura 45 - Placas informativas em braile e brinquedo para desenvolvimento motor e cognitivo | 65 |
| Figura 46 - Adulto e criança no Brinquedão | 66 |
| Figura 47 - Traçado Urbano do Bairro Santa Maria..... | 70 |
| Figura 48 - Praça Marissol, no Bairro Santa Maria, 2017 | 71 |
| Figura 49 - Jardim de Pneus | 72 |
| Figura 50 - Catadores de Mangaba..... | 73 |
| Figura 51 - Entulhos jogados no terreno em 2017..... | 74 |
| Figura 52 - Localização do terreno e seus limites | 74 |
| Figura 53 – Pontos comerciais, de serviço, escolas e condomínios | 75 |
| Figura 54 – Fluxo de carros, pessoas e ônibus | 76 |
| Figura 55 – Horta do terreno, feita pelos moradores do entorno..... | 77 |
| Figura 56 – Orientação dos ventos, através da rosa dos ventos, no município de Aracaju/SE | 77 |
| Figura 57 - Estudo solar nos horários de 8:00 e 12:00 | 78 |
| Figura 58 - Estudo solar no horário de 16:00..... | 78 |
| Figura 59 – Incidência dos ventos no terreno..... | 79 |
| Figura 60 – Skylines da Av. Vasco da Gama e da Tv. Vinte e Dois | 79 |
| Figura 61 – Esgoto a céu aberto no terreno..... | 80 |
| Figura 62 – Kits entregues as crianças..... | 81 |
| Figura 63 – Oficina realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Papa João Paulo II | 81 |

| | |
|---|-----|
| Figura 64 – Desenho desenvolvido nas oficinas | 82 |
| Figura 65 – Fluxograma e Setorização da Praça | 84 |
| Figura 66 – Croqui desenvolvido no terreno..... | 85 |
| Figura 67 – Pneus como enfeite, no terreno e no Ciras (Centro Especializado em Reabilitação, tipo I e II)..... | 86 |
| Figura 68 – Desenho Inicial da Praça | 87 |
| Figura 69 – Croqui do desenho da praça..... | 88 |
| Figura 70 – Desenho da praça | 89 |
| Figura 71 – Desenho final da praça | 89 |
| Figura 72 – Croquis do brinquedo elevado | 90 |
| Figura 73 – Planta final do brinquedo elevado, inserido no desenho da praça | 90 |
| Figura 74 – Rede de escalar | 91 |
| Figura 75 – Maquete do brinquedo elevado com materiais utilizados | 91 |
| Figura 76 – Rampa Ondulada..... | 92 |
| Figura 77 - Xilofone..... | 92 |
| Figura 78 – Brinquedos dos estudos de caso..... | 93 |
| Figura 79 – Brinquedos do estudo de caso..... | 93 |
| Figura 80 - Quadra integrada ao desenho da praça..... | 94 |
| Figura 81 – Parklet inserido no projeto..... | 94 |
| Figura 82 – Bicicletário desenvolvido com pneus..... | 95 |
| Figura 83 – Proposta do entorno..... | 95 |
| Figura 84 – Intervenções em faixas de pedestres, em Plueba, no México..... | 96 |
| Figura 85 – Faixa de pedestres da Av. Vasco da Gama..... | 96 |
| Figura 86 – Faixa de pedestres da Tv. Vinte e Dois | 97 |
| Figura 87 – Horta elevada | 97 |
| Figura 88 – Especificações da porta do P.N.E (dimensão em metros)..... | 98 |
| Figura 89 – Sinalização da porta (dimensão em metros) | 98 |
| Figura 90 – Corrimão da rampa (dimensão em metros) | 99 |
| Figura 91 – Sinalização de pavimento e corrimão..... | 99 |
| Figura 92 – Sinalização tátil de alerta..... | 100 |
| Figura 93 – Sinalização tátil de direção | 100 |
| Figura 94 – Especificação de rebaixamento de calçada..... | 101 |
| Figura 95 – Placa para sinalização de vaga reservada para pessoas com deficiência | 101 |
| Figura 96 – Medidas e área de aproximação de mesas | 102 |

| | |
|--|-----|
| Figura 97 – Horta elevada | 103 |
| Figura 98 – Horta elevada | 103 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Número de crianças deficientes x Renda familiar | 69 |
| Tabela 2 – Quadro de Áreas do Programa de Necessidade e Pré-dimensionamento | 83 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL..... | 16 |
| 2.1 ACESSIBILIDADE: UM ASSUNTO DE TODOS | 24 |
| 3 ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER | 28 |
| 3.1 O LAZER ACESSÍVEL EM ARACAJU/SE | 33 |
| 3.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS – ALPAPATO E BRINQUEDÃO..... | 54 |
| 4 PROJETO DE ACESSIBILIDADE URBANA E MOBILIÁRIO UNIVERSAL VOLTADO PARA O PÚBLICO INFANTIL: PROPOSTA DE UMA PRAÇA NO BAIRRO SANTA MARIA, EM ARACAJU/SE | 67 |
| 4.1 BAIRRO SANTA MARIA/SE..... | 67 |
| 4.2 DIAGNÓSTICO DO TERRENO | 73 |
| 4.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO | 80 |
| 4.4 FLUXOGRAMA | 84 |
| 4.5 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO..... | 84 |
| 4.6 CONDICIONANTES LEGAIS | 98 |
| 4.7 PROPOSTA DE PAISAGISMO..... | 102 |
| | 103 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 104 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 105 |
| APÊNDICE A | 113 |
| APÊNDICE B..... | 115 |
| APÊNDICE C | 117 |
| APÊNDICE D - Implantação Geral, Cortes Longitudinais e Transversais e Fachadas | 118 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE E - Planta Paisagística e de Paginação | 119 |
| APÊNDICE F - Planta de Detalhamento dos Brinquedos..... | 120 |
| APÊNDICE G - Planta de Ampliação dos Ambientes | 121 |
| ANEXOS | 122 |

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão social é uma luta permanente em prol da efetivação do princípio da equidade que garante a todos os cidadãos os mesmos direitos e oportunidades, respeitando as diferenças e levando em consideração a diversidade humana e as suas especificidades. Sendo assim, em relação às pessoas com deficiência faz-se necessário normas que viabilizem igualdade de direitos, cabendo a sociedade se reorganizar para oferecer e garantir o acesso da pessoa com deficiência ao convívio social.

Diante do exposto, presume-se ser direito da pessoa com deficiência o livre acesso a todos os espaços públicos assim como qualquer outro cidadão, devendo este ser eficiente, confortável e seguro. A NBR 9050 que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos no intuito de reforçar este direito, determina a importância de projetos baseados no conceito de desenho universal, que tem como pressuposto a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva¹ (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, os ambientes desenvolvidos com base no desenho universal não devem ser atribuídos exclusivamente às pessoas com deficiência, mas utilizados por qualquer pessoa. A inclusão social associada a acessibilidade pretende, não só tornar acessível os ambientes, mas também integrá-los de maneira que todas as pessoas possam circular por todos os lugares.

Nesta perspectiva torna-se fundamental a promoção e garantia de acesso das pessoas com deficiência aos equipamentos de lazer, como parques infantis. Barreiras físicas, atitudinais e informativa ocasionam a restrição ao uso desses espaços ocasionando situações de constrangimentos às pessoas com deficiência, dificultando, ou até mesmo inibindo sua participação em diversas atividades.

É na brincadeira que a criança conhece o que está a sua volta, entra em contato com o mundo externo e outras crianças, superando desafios e limites. Logo o parque infantil deve ser um espaço lúdico e de recreação.

¹ Tecnologia assistiva: Conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visam auxiliar a mobilidade, percepção e utilização do meio ambiente e dos elementos por pessoas com deficiência (NBR9050/205, p. 4).

Para ajudar a criança com deficiência a brincar, é necessário construir estratégias que reduzam as barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais que venham a dificultar o seu livre acesso ao ambiente de lazer. É necessário que os profissionais que atuam nessa área se apropriem não só dos conhecimentos relativos ao desenvolvimento da criança, mas estejam constantemente se reciclando e discutindo sobre as peculiaridades que marcam a interação das crianças com o mundo.

Esta importância do brincar para o desenvolvimento das crianças justifica este Trabalho Final de Graduação, que propõe o anteprojeto arquitetônico de uma praça com acessibilidade urbana e mobiliário universal voltado para o público infantil, no bairro Santa Maria, em Aracaju/SE, que apesar de apresentar o maior número de crianças com deficiência na cidade, é também um dos bairros com menos infraestrutura básica e principalmente de lazer.

Assim sendo, o projeto pretende criar um espaço que forneça condições adequadas ao lazer da criança com deficiência, com ênfase na acessibilidade dos brinquedos e espaços para brincar.

A presente pesquisa também se justifica pela sua relevância social pois, percebe-se a necessidade de implantação de medidas que favoreçam a inclusão de crianças com e sem deficiência em parques infantis, possibilitando não só a diversão, mas a socialização delas.

Neste sentido, o trabalho foi estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção aborda os diversos termos utilizados ao longo do tempo para se referir às pessoas com deficiência, e como estes aparecem inseridos em modelos que governo e sociedade utilizam a fim de criar estratégias capazes de atender melhor às suas necessidades. Nesse sentido, há de se entender os contextos em que essas pessoas aparecem inseridas nas diversas abordagens que são feitas.

Na seção seguinte, busca-se apresentar a legislação brasileira sobre acessibilidade nos equipamentos e espaços públicos de lazer e relacionar estes, com as recomendações legais sobre acessibilidade. Pretende-se compreender os desafios e possibilidades do brincar da criança com deficiência com ênfase na acessibilidade dos brinquedos e espaços para brincar de acesso público, da cidade de Aracaju, bem como identificar e conhecer os espaços e equipamentos públicos de lazer utilizados por crianças com deficiência na cidade.

Essa seção ainda aborda as análises das referências projetuais em outras localidades com o objetivo de viabilizar, justificar e motivar a inserção do projeto da

praça no Bairro Santa Maria. Estes, ainda podem ser tidos como exemplos para alguma solução projetual, em relação a espacialidade, como os brinquedos foram pensados e como cada brinquedo afeta os sentidos das crianças.

A quarta seção apresenta o histórico do Bairro Santa Maria, mostrando dados obtidos da Secretaria de Assistência Social, sobre o número de crianças com deficiência no bairro, como as ofertas de lazer não estão presentes no local e como os moradores fazem para ocupar o máximo de espaços vazios que conseguem.

Além disso, a seção também aborda a proposta da praça com acessibilidade urbana e mobiliário universal voltado para o público infantil, no bairro Santa Maria, em Aracaju/SE. Expondo todos os processos e etapas que envolvem o desenvolvimento do projeto, desde a análise do local do terreno, programa de necessidades, pré-dimensionamento, as plantas baixas, cortes e fachadas, detalhamentos e perspectiva tridimensional do projeto.

Diante disso, será apresentada a conclusão do trabalho, mostrando o cumprimento dos objetivos e propostas iniciais, assim como as expectativas da concepção do projeto.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

A utilização do termo acessibilidade surge na década de 1940 no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Werneck (1997, p. 48) “este movimento crescia e ganhava adeptos em “progressão geométrica”, como resultado de vários fatores, entre eles o desdobramento de um fenômeno que caracterizou (...)” este período que foi o surgimento da reabilitação física e profissional, que buscou reinserir, tanto na sociedade, quanto no mercado de trabalho, os soldados que voltaram feridos e acidentados do pós-guerra e tiveram a necessidade de se reabilitar.

Entretanto, Sasaki (2006) destaca que durante a década de 1950, essa reinserção foi tida como difícil pelas barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios, meios de transportes, nos espaços urbanos e consideravelmente nas suas residências. Nessa época as pessoas deficientes eram totalmente descriminalizadas e excluídas, sendo tidas como inúteis, inválidos e incapazes.

A década seguinte, é marcada pelo ápice das construções de instituições especializadas, como escolas, clubes, associações desportivas, dentre outras, para dar suporte as pessoas com deficiência, pois a sociedade não queria que eles fossem atendidos nas clínicas das suas próprias comunidades perto de onde moravam (SASSAKI, 1997, p. 30).

Apesar da intenção de proteger essas pessoas, para com o tempo, reintegrá-las à sociedade, a ação contribuiu significativamente para o aumento da exclusão e segregação das pessoas deficientes. Somente no final da década de 1960, foi que a sociedade procurou desenvolver o movimento de integração das pessoas deficientes no sistema comum de educação, lazer, saúde, trabalho e família. Entretanto, segundo Sasaki (1997, p. 34) “esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixava de ser segregativa”, já que ainda excluía de certa forma as pessoas com deficiência que se encontravam em espaços isolados.

Os métodos utilizados para integrar as pessoas com deficiência nessa época, eram segregativos por se basearam na mudança de comportamento dos deficientes, exigindo sua adaptação ao que já existia ou construindo coisas de uso específico. Esse método se chamava normalização e tinha por objetivo criar um mundo muito parecido com o que existe, só que exclusivamente para os deficientes, o que acabava por excluí-los ainda mais (SASSAKI, 1997, p. 31).

Na década de 1980, alguns acontecimentos como o nascimento, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, expressou o reposicionamento mundial contra as barreiras arquitetônicas. Diversos movimentos mundiais, reivindicavam a eliminação destes obstáculos e a não construção em novas edificações. Nasce o que seria o desenho acessível (SASSAKI, 2004).

Como exemplo deste movimento, Sasaki (1997, p. 106) cita uma campanha para reivindicar a adaptação de edifícios religiosos. Conforme o autor, era quase impossível para uma pessoa com deficiência frequentar uma igreja, tanto pelas barreiras físicas, como as enormes escadarias, quanto pelas atitudes preconceituosas acerca da deficiência, que ainda assolavam a sociedade.

A partir da segunda metade dos anos de 1980, o movimento da inclusão adquire força nos países desenvolvidos, em contraposição ao de integração. Somente no início da década de 1990, é que os países em desenvolvimento, como o Brasil, também adotam a inclusão como base e com isso, o desenho acessível ou universal ganha mais força, que tem como alicerce o projeto para todos e não apenas para as pessoas deficientes.

Entretanto, conforme reforça Sasaki (1997, p. 16):

Ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis, em várias partes do Brasil, assim como em praticamente todos os outros países. Mas também vemos a tradicional integração dando lugar, gradativamente à inclusão.

Apesar da exclusão de pessoas deficientes ainda ser evidente, esse novo período traz uma tentativa de inclusão, em que todos possam ter as mesmas oportunidades. Contudo, considerar as discussões acerca da acessibilidade em determinados locais, sem pensar no modo como a acessibilidade e cidade são construídas e estruturadas, com características exclusivas por parte da sociedade, não irá trazer todos os benefícios possibilitados por esse tema e ainda pode gerar mais segregação para esses grupos sociais (WERNECK, 1997).

Além disso, é importante considerar que a sociedade está em uma fase de transição entre a integração e a inclusão, que pra Werneck (1997, p. 105), são processos diferentes na sociedade. Para a autora, na integração, os deficientes ao serem detidos em instituições especializadas, com o argumento de serem preparados para o mundo e para o mercado de trabalho, acabam sendo excluídos em um mundo à parte, só deles.

Longe do mundo externo, as pessoas deficientes apresentam dificuldades de reinserção no mundo do trabalho. Os que encontram emprego, não usufruem de um ambiente adaptado às suas necessidades, e dificilmente terão seu trabalho reconhecido ou alguma perspectiva de crescimento. Sem falar, que grande parte desenvolvera suas atividades em locais exclusivos, sem contato direto com o público alvo do estabelecimento.

Outro aspecto a ser destacado na integração, relaciona-se ao que se chama de elementos compensatórios, que não trazem uma proposta igualitária a todas as pessoas. Nessa situação, pessoas com deficiência só podem acessar certos estabelecimentos por rotas predefinidas, ou seja, o deficiente é quem deve se adaptar ao local e não o contrário.

Por exemplo, uma plataforma elevatória posicionada em determinado local para atender apenas à pessoas com algum tipo de mobilidade reduzida e que não conseguiriam subir pelas escadas principais, não está fazendo seu papel de desenho universal, que é o de colocar todas as pessoas em um mesmo patamar de chegar e sair por onde desejarem, mas sim o de segregar os diferentes grupos sociais (FRANK, 1998).

Diante dessa transição, muitos desses pensamentos errôneos, acerca das pessoas com deficiência, já estão sendo revistos e novas atitudes tomadas com o intuito de favorecer a autonomia e a independência das pessoas com deficiência (SASSAKI, 1997, p. 35).

Para Izabel Loureiro Maior (2004), responsável pela Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), da Secretaria Especial de Direitos Humanos, “no imaginário de muitos, a ideia de acessibilidade ficou associada ao usuário de cadeira de rodas. Mas acessibilidade não é só botar rampa e baixar meio-fio; é promover uma maior igualdade de oportunidades”.

Apesar da necessidade deste tipo de intervenção para eliminação de barreiras para que haja uma livre circulação e permanência dos indivíduos, a acessibilidade não se restringe apenas a isso, mas sim a promoção da garantia do direito de ir e vir de todo cidadão, o fim do preconceito e a uniformidade de chances de emprego, lazer e principalmente autonomia.

Assim, a inclusão, juntamente com o desenho universal vêm ao longo do tempo se tornando importante para a construção de uma cidade mais justa e igualitária. Neste contexto, apresenta-se como ferramenta que conduz à autonomia, independência, segurança e igualdade de oportunidades, para pessoas com algum tipo de deficiência ou que apresenta mobilidade reduzida, como idosos e gestantes (MAIOR, 2004).

As ações ao longo do tempo, acerca das pessoas com deficiência, sempre estiveram baseadas em conceitos compatíveis com os valores vigentes do período. Com isso, dependendo da fase em que a sociedade se encontrava, estas eram vistas e nomeadas de formas diferentes. Na fase da exclusão, durante o início das civilizações romanas e gregas antigas, as pessoas deficientes eram totalmente excluídas da convivência social, quando não eram mortas ou abandonadas, por serem tidas como inúteis, acarretando a nomenclatura de inválido, por serem considerados um fardo para a família e sem valor de força de trabalho. Esse termo perdurou até o século XX, quando foi sendo descartado e pouco utilizado, entretanto, já sem o sentido depreciativo existente nas fases anteriores (CAMBIAGH, 2007, p. 31).

Durante o século XX até meados de 1960, com o pós-guerra, as pessoas com deficiência passaram a ser chamadas de incapacitadas, diante do entendimento de não apresentarem habilidades e posteriormente, de capacidade residual, o que representou um avanço gigantesco. Entretanto, nessa época, a sociedade ainda considerava que qualquer tipo de deficiência (motora, visual, auditiva ou mental), afetava todas as ações na vida da pessoa, fosse ela, profissional, social ou psicológica (CAMBIAGH, 2007, p. 31).

Já na fase da segregação, após o ano de 1960 até 1980, essas pessoas eram colocadas em instituições ou asilos, apartadas do restante do mundo. Três termos foram frequentemente utilizados nessa época, entre eles, defeituoso, para denominar quem apresentava algum tipo de deformação, deficiente, utilizado para pessoas com deficiência auditiva, motora, visual ou múltipla e excepcional, para designar pessoas com deficiência mental (CAMBIAGH, 2007, p. 32).

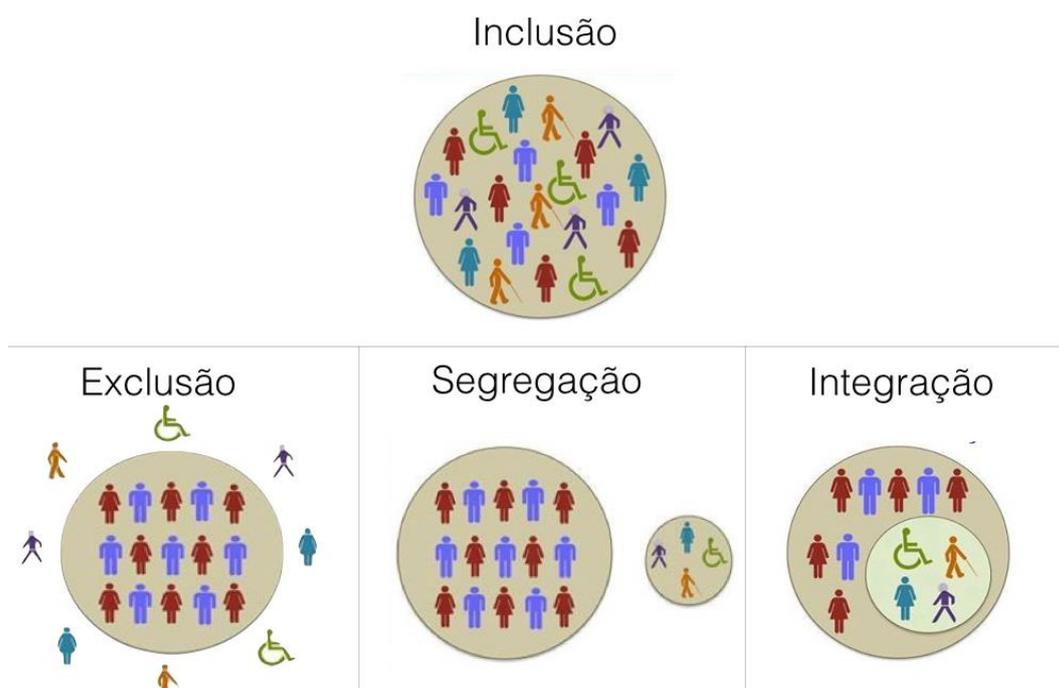
Na fase da integração, como dito anteriormente, as pessoas com deficiência recebem aparelhos específicos para o seu uso e não de toda população, o que os exclui mais ainda. Nesse período, os termos começam novamente a se modificar. De 1981 até 1987, por conta da criação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, o termo deficiente teve seu significado modificado, passando a ser apenas um adjetivo do substantivo pessoa, atribuindo valor aos que tinham deficiência (CAMBIAGH, 2007, p. 32). Além disso, em 1985, foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a primeira norma sobre acessibilidade que discutia o tema da adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente, evidenciando a preocupação com essas pessoas, mas ainda sem ter noção de que a acessibilidade seria importante e essencial para toda a sociedade (MONTENEGRO; SANTIAGO; SOUZA, 2008).

No decorrer de 1988 até 1993, alguns líderes dos movimentos de pessoas com deficiência, pediram a modificação do termo utilizado anteriormente, por acharem que ele considerava a pessoa deficiente na sua totalidade. Assim sendo, foi sugerido a expressão portador de deficiência, que foi aplicada nas leis e constituições que falam sobre deficiência. Em 1988, é publicada a Constituição Federal, considerada uma das mais avançadas do mundo em termos de acessibilidade e direitos à pessoa com deficiência. Já de 1990 até 1994, o termo “necessidades especiais” surge para substituir a palavra deficiência, ficando assim, portadores de necessidades especiais (CAMBIAGH, 2007, p. 33).

Em 1991 é iniciada a revisão da NBR 9050/1985, sendo esta, concluída apenas em 1994. Nela, apresenta-se a primeira definição de acessibilidade, entendida como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos” (ABNT, 1994, p. 2).

Desde 1995, permanecemos na fase de integração, tentando evoluir para uma inclusão (Figura 1). Por conta disso, cada vez mais, o termo pessoas com deficiência é preferido por esse grupo, por significar a valorização da diversidade, mostrando com dignidade sua situação e sem esconder a deficiência do mundo (CAMBIAGH, 2007, p. 33).

Figura 1 - Diferenças entre Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão



Fonte: <http://www.amaedamaria.com/integracao-ou-inclusao/>, 2015

Outros avanços ocorrem no ano 2000, quando foram promulgadas as Leis Federais 10.048 e 10.098, que regulamentam a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em serviços de transporte. Estas leis, ainda estabelecem alguns critérios para a aplicação da acessibilidade em edificações e no meio urbano, como a retirada de barreiras em locais públicos, em construções ou reformas, nos meios de transporte e comunicação e em mobiliários urbanos.

Uma nova revisão da NBR 9050 é concluída em 2004, colocando a sua aplicação como obrigatória e redefinindo o termo acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2004, p. 2). Após o ocorrido, as Leis 10.048 e 10.098 de 2000 ganham o Decreto nº 5.296/2004 que as regulamenta, estabelecendo prazos para a realização das modificações de acessibilidade, tanto em vias públicas, como em edificações.

Em 2014, chega-se à versão vigente da NBR 9050, que explica mais detalhadamente o termo acessibilidade, apresentado como:

(...) possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.15).

Para alguns autores, a retomada da expressão pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, resgatou o pensamento de que a acessibilidade só está ligada a esse grupo social e não a toda sociedade. De acordo com Sasaki (1997, p. 161), “uma sociedade inclusiva garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios”. Assim sendo, na inclusão, a sociedade deve se moldar e se adaptar para receber as pessoas deficientes, entretanto, as pessoas que conseguem fazer suas atividades normalmente, sem ajuda, não serão afetadas de forma negativa por essa mudança na sociedade.

Um espaço inclusivo, deverá necessariamente ser utilizado por todas as pessoas em sua totalidade, tanto seus ambientes internos, quanto externos, de forma fácil e autônoma. Para que essas práticas sociais venham a acontecer, Sasaki (1997, p. 26) defende a dominação dos conceitos, pois são peças fundamentais e carregam certos

valores éticos no seu significado e só quando isso acontecer é que a sociedade irá se tornar melhor e mais inclusiva.

Nesse contexto, insere-se o conceito de Desenho Universal imprescindível no combate à discriminação e exclusão. Esse conceito se desenvolveu entre profissionais da área de arquitetura na Universidade da Carolina do Norte - EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência (GABRILLI, 2016).

De acordo com Cambiaghi e Carletto (2016) esse tema trata de “um riscado, traços que criam acessos para o universo, universal, ou seja, toda a diversidade humana. Ainda assim, não apanha todo o seu significado”.

Todas as pessoas são diferentes e apresentam necessidades distintas e pelo menos uma vez na vida, passaram ou passarão por alguma situação, onde se encontrarão com mobilidade reduzida e necessidade de algo adaptado. Seja por uma dor de coluna, utilização de carrinhos de compras ou de bebê, gravidez, acidentes com sequelas permanentes ou passageiros. Sem falar nos avanços da medicina que influenciam constantemente no aumento da expectativa de vida (CAMBIAGH, 2007, p. 40).

A ciência e tecnologia têm entre seus propósitos criar condições para prolongar a existência. Contudo, não se pode perder de vista que é fundamental para o bem-estar participar de modo ativo na sociedade. É inaceitável uma existência prolongada sem assegurar as mais elementares condições de qualidade de vida para os anos conquistados (CAMBIAGHI, 2007, p. 52).

Esse aumento de longevidade, faz com que os idosos participem ativamente cada vez mais da sociedade, tanto economicamente, quanto na própria família. Contudo, as construções não estão sendo projetadas para atender as necessidades deste perfil (SOUZA, 2010). Para Werneck (1997, p. 180), “(...) a deficiência é parte intrínseca da humanidade”, e se as pessoas estão envelhecendo, as cidades devem se adequar e se adaptar, para que estejam preparadas para elas, em questão de ambientes, mobiliários, produtos e, principalmente, pensamentos universais.

De acordo com o arquiteto Marcelo Guimarães (1994, p.92), o desenho inclusivo não será a fase final para uma sociedade inclusiva, mas a modificação de pensamento, a reação dos arquitetos, urbanistas e da própria população.

Não se pode perder de vista, contudo, que é precisamente a diversidade o que nos caracteriza como espécie. Portanto, o normal, o comum é que os usuários sejam muito diferentes e que façam uso do ambiente de modo distinto daquele previsto nos projetos (CAMBIAGHI, 2007, p. 40).

Por isso, o local construído deve ser pensado em todas essas possibilidades de uso, sendo assim, o desenho universal uma peça fundamental, que vem, não para tratar todos como iguais, pelo contrário, pois o rigor exposto na atitude de igualar todo mundo, é o que demonstra o preconceito enraizado, por não considerar as limitações de cada pessoa. Para Werneck, (1997, p. 6) “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! (...). Incluir é abandonar estereótipos”.

O desenho universal dispõe de elementos que facilitam o uso do espaço e objeto a todos. Esse é o fator-chave, do porquê que a inclusão é um desafio, pois nela, não existem exceções, todos devem ser tratados levando em consideração suas limitações e condições de mobilidade e isso é o que perturba a cabeça de pesquisadores, arquitetos, *designers* e de toda a sociedade (WERNECK, 1997, p. 57).

Alguns profissionais especulam acerca dos custos para se implementar a acessibilidade em edifícios, praças e outras construções que necessitassem, todavia, Lawton (2005) fala que isso acontece, por que o profissional não pensou na acessibilidade e nesse custo enquanto ainda estava fazendo o projeto, e ainda discute que se estes, já projetassem com o desenho universal em mente, poderiam reduzir muitos gastos. De acordo com Cambiaghi (2007, p. 75):

O conceito de desenho universal tem sido utilizado inadequadamente por inúmeros profissionais, (...), simplesmente como sinônimo da aplicação de normas técnicas para tornar projetos acessíveis. Essa confusão cria projetos pobres e problemas de acessibilidade nas construções.

As palavras autonomia e independência, acerca da pessoa com deficiência, tem que ser levados em consideração na hora de se projetar, agir com o próximo e escutá-los. Autonomia, no movimento de pessoas com deficiência, é mais voltado para os obstáculos físicos existentes no meio ambiente. Então a depender das condições da pessoa deficiente e do meio ambiente, em que ela se encontra, a pessoa é mais ou menos autônoma. Já a independência está relacionada a tomar decisões por conta própria e ter sua vida independente, sem ajuda de família, amigos ou profissionais especializados, para desenvolver atividades cotidianas, pois você ser independente faz com que você tenha

cidadania e possa participar ativamente na qualidade de uma sociedade melhor (SASSAKI, 1997, p. 35).

2.1 ACESSIBILIDADE: UM ASSUNTO DE TODOS

A sociedade cria alguns empecilhos à vida das pessoas com deficiência, tornando-as muitas vezes incapazes. Muito dessas atitudes vem da cultura do individualismo que tem como tendência a exclusão do outro, principalmente das minorias. Enquanto a sociedade não esquecer essa cultura e começar a pensar numa sociedade para todos, o mundo sempre vai excluir e não incluir (WERNECK, 1997, p. 164).

Sassaki (1997, p. 45) esclarece que “pelo modelo social da deficiência, os problemas das pessoas deficiência não estão nela tanto quanto estão na sociedade”. Dentre os fatores dessa exclusão, destaca-se a língua, por ser um dificultador para quem apresenta deficiência auditiva. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por exemplo, é utilizada pelas pessoas com deficiência auditiva, entretanto, a maioria das pessoas sem deficiência não sabe o idioma, o que dificulta a sua comunicação com a maior parte da sociedade. Por isso é tão importante a acessibilidade em áreas como informática para que essas pessoas possam ter uma melhor comunicação e o direito à informação (CAMBIAGHI, 2007, 51).

Neste contexto, Werneck (2004) destaca que, já que a maior parte da população brasileira não tem conhecimento sobre Libras, um deficiente auditivo, que chega em uma palestra e percebe que o local não dispõe de um interprete, tem seu direito a se comunicar violado, sendo que isso tem relação com a liberdade de expressão que é um dos maiores direitos do ser humano.

Outro fator muito importante e que dificulta a vivência das pessoas com deficiência, é o projeto de ambientes restritivos. Imaginemos que, uma pessoa que dispõe de toda capacidade motora, mental, visual e auditiva, se colocada em um ambiente instável e inacessível a ela, poderá ter dificuldades em desenvolver atividades nesse espaço. Da mesma forma, as pessoas com deficiência também irão apresentar diversas dificuldades na ação de algumas atividades, diante de um ambiente construído que não lhes permite o uso total de suas habilidades, devido às barreiras existentes, ou seja, o projeto não foi pensado para que todos utilizassem.

Para Cambiaghi (2007, p. 28):

A pessoa com deficiência é um indivíduo que tem reduzidas, limitadas ou anuladas as suas condições de mobilidade ou percepção das características do ambiente onde se encontra. Entretanto, alguém com redução de mobilidade ou de percepção pode ter sua deficiência minimizada na medida em que lhe sejam oferecidos recursos para que sua relação com o espaço se dê de maneira adequada.

Diante do que foi exposto, busca-se destacar o papel e a responsabilidade de arquitetos, urbanistas e *designers* ao pensar e projetar espaços, devendo considerar as diferenças existentes no mundo e inclusão dos diversos grupos sociais. Muitos profissionais só levam em consideração, para se construir uma edificação, as normas técnicas e se esquecem de olhar, observar e se questionar acerca das pessoas que irão utilizar o espaço (CAMBIAGHI, 2007, p. 75).

A aprovação de políticas discriminatórias, também contribui para essa exclusão, por incitar padrões de normalidade e a desinformação sobre necessidades especiais e sobre seus direitos. E é devido a esses fatores que a transição da integração para a inclusão vem ocorrendo a passos lentos, principalmente por ocorrer um mascaramento da ideia de inclusão, colocando-a como integração, por boa parte da sociedade não ser esclarecida, ou não ter conhecimento sobre as diferenças e seus significados (CAMBIAGHI, 2007, 39).

Assim, as pessoas que não apresentam as mesmas necessidades que uma pessoa deficiente ou com mobilidade reduzida, muitas vezes, não fazem ideia das dificuldades enfrentadas no dia a dia, em tarefas simples, pelos produtos e ambientes não terem um desenho acessível e passam a achar que todos estão sendo incluídos, quando na verdade não estão, pois apesar de todo mundo precisar ter habilidades para desenvolver certas atividades, o ambiente em que a pessoa se encontra também influencia na excelência dessa atividade (CAMBIAGHI, 2007, 39).

Diante disso, a informação é a forma mais eficaz de saber como lidar com essas diferenças e, principalmente, com pessoas deficientes para ajudá-las a lutar pelos seus direitos. Se a desinformação é prejudicial a todos, a subinformação é ainda pior, pelas pessoas acharem que sabem, mas na verdade só conhecerem informações erradas, ou que foram manipuladas pela mídia, ou informações pela metade.

De acordo com Werneck, (1997, p. 39):

Quem desde cedo aprende a lidar com a informação, pratica a verdadeira prevenção de deficiência. Prevenção de deficiência não necessariamente pressupõe evitar a deficiência, mas sim lidar com ela.

A mídia, nesse contexto, além de ser fornecedora de lazer e entretenimento, apresenta uma enorme responsabilidade, por ser incentivadora e influenciadora de muitos dos hábitos adquiridos pela sociedade. Por isso, deveria se pôr como grande aliada da inclusão, com o papel de fiscalizar e investigar casos de descumprimentos ou não aplicação de leis específicas e ainda de esclarecer e conscientizar as pessoas com informações acerca das diferenças combatendo, assim, atitudes preconceituosas (RANDI, 2011).

Entretanto, a mídia expõe as pessoas com deficiência apenas como alguém que apresenta dificuldades e não como um cidadão comum, focando somente em suas limitações e não desenvolvendo assuntos relacionados a causas sociais de discriminação e desigualdade. As ações da mesma, fornecem especulações errôneas, principalmente por noticiar as pessoas com deficiência como heróis ou coitadinhos, utilizando palavras como, superação, sofrimento, vítimas e etc., contribuindo, assim, com estereótipos e estigmas históricos, baseados no senso comum, prejudicando tanto, a relação da sociedade com o diferente, voltando-se para o consumo do padrão perfeito, quanto de forma negativa na construção de uma sociedade inclusiva (GARCIA, 2012).

Diante disso, Werneck (1997, p. 231) destaca que a “mídia é o reflexo de uma sociedade pretensiosa e incapaz de perceber a deficiência como questão humana”. Os jornalistas, muitas vezes, agem de forma isenta das notícias, por acharem que não tem responsabilidade sobre o que estão transmitindo, pois eles só estão seguindo ordens e essa ação é o reflexo de uma sociedade que vê a deficiência como “assunto de ninguém” e que só consome, de forma exacerbada, padrões de normalidade impostos por eles mesmos, e que são extremamente incentivados pela mídia.

Baseado no que foi dito, a mídia e o governo, especificamente, escolhem e manipulam as informações sobre as deficiências e suas necessidades que os leigos vão saber ou não. O que se torna ruim para a formação dessa sociedade inclusiva e para um melhor desenvolvimento das pessoas deficientes e de quem os cuida, pois, a maior parte das informações adquiridas atualmente, são provenientes de meios de comunicação de massa, que movem o mundo, mas se encontram envoltos em fake News, interesses políticos e financeiros e etc. (CAROLINA, 2018).

Nesse contexto, pode-se concluir que a sociedade precisa se interessar e buscar mais acerca da acessibilidade e de como cada um pode desenvolver o papel inclusivo,

apenas por saber se comunicar e se relacionar com as pessoas deficientes e lutar junto a eles por uma sociedade mais igualitária.

Não lhes falo de dever, de solidariedade ou de obrigação. Falo da importância de educarmos filhos, de formarmos alunos e de mobilizarmos a opinião pública para se preocuparem com problemas que aparentemente não são deles (WERNECK, 1997, p. 40).

Já o governo e a mídia, tendo também responsabilidades na busca e na luta pela inclusão, devem tentar informar e esclarecer a população, sobre as dificuldades de quem tem deficiência, ao se locomover pela cidade, no uso dos espaços, produtos e etc., além disso, a mídia deve tentar acabar com os padrões e estereótipos construídos e o governo também deve se interessar em ouvir as pessoas com deficiência, para que haja uma melhor projeção das novas políticas públicas a serem lançadas, além de influenciar as Universidades a adotarem em seus currículos, conteúdos relacionados ao desenho universal, para que, assim, os arquitetos, urbanistas e *designers* projetem com o pensamento universal e de que todos irão utilizar o espaço e que certas pessoas tem algumas necessidades específicas a serem atendidas.

3 ACESSIBILIDADE PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

“O tratamento dado às crianças e as concepções relacionadas à infância estão intimamente ligados às práticas e hábitos culturais da sociedade ao longo da história. Em se tratando da infância com deficiência, parece existir uma ênfase no critério da deficiência” (SILVA, 2010, p. 203).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), com dados de 2011, 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência – isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. A falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade desse grupo. Isso representa um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhorem as vidas das pessoas com deficiência.

Segundo o site das Nações Unidas (ONU, 2019) 80% das pessoas que vivem com alguma deficiência residem nos países em desenvolvimento. No total, com base nos dados do UNICEF, 150 milhões de crianças (com menos de 18 anos de idade) tem alguma deficiência.

Já no Brasil, segundo o Censo de 2010, mais de 45.600.000 milhões de pessoas apresentam deficiência, o que equivale a 23,9% da população (Figura 2), sendo o Nordeste, a região que concentra os municípios com os maiores percentuais. Em relação a infância, cerca de 7,5% das crianças, entre 0 e 14 anos no Brasil, tem algum tipo de deficiência.

Figura 2 - Quantidade de deficientes no Brasil



Fonte: Censo de 2010, IBGE.

Entretanto, alguns aspectos fragilizam as informações sobre as crianças com deficiência, visto que parte destas crianças foram abandonadas, outras não registradas, ou ainda dadas para adoção. A imprecisão dos dados, acaba por interferir na destinação de verbas que poderiam ajudar as crianças com deficiência (ONUBR, 2013).

A maioria dos dados apontam que os deficientes em geral e as crianças deficientes estão localizados em bairros periféricos, sendo diretamente atingidos pela baixa renda mensal familiar, pela questão do abandono, falta de recursos e taxa de desemprego. Assim sendo, as crianças com deficiência acabam sendo consideradas as pessoas mais excluídas e marginalizadas da sociedade, sem usufruir de todos os direitos que possuem, como educação, lazer e saúde (ONUBR, 2013).

Outro aspecto a ser considerado é que o gênero também é um elemento primordial, uma vez que meninas com deficiência, ao contrário dos meninos, são menos favoráveis a receber alimentação e cuidados, o que gera um duplo ou múltiplo preconceito. Além da deficiência, elas sofrem por serem ou mulher, negro ou idoso (WERNECK, 1997, p. 185).

A infância é a fase que molda a personalidade humana, pois é nela que se inicia a socialização com diversas pessoas. É nessa fase que se começa a aprender a julgar o diferente, simplesmente por não conviver com aquela realidade. O querer saber e a curiosidade existente nas crianças é diferente da existente nos adultos. As crianças não têm medo de falar e perguntar sobre a deficiência, enquanto os adultos não gostam nem de tocar no assunto, por isso as dúvidas das crianças, na maioria das vezes, não são esclarecidas pelos pais ou professores, o que faz com que a criança nunca mais toque no assunto, fazendo o tema virar um tabu e um preconceito enraizado (WERNECK, 1997, p. 139).

Para Werneck, (1997, p. 34) “a única forma eficaz de combater o preconceito é impedindo que se instale, ainda na infância”. A luta contra o preconceito ainda na infância é de extrema importância, pois depois da fase adulta, as ações se tornam mais fortes e difíceis de serem corrigidas. De acordo com Anthony Lake, diretor executivo do UNICEF, “quando se vê a deficiência antes de a criança, não é apenas errado para a criança, mas priva-se a sociedade de tudo o que a criança tem para oferecer”.

A infância é a fase em que se inicia o convívio social, que irá reverberar na saúde, integração e conhecimento das crianças. Conviver com o diferente, as limitações e os desafios, é essencial para todas as crianças, pois só assim elas conseguirão evoluir, sem preconceitos. Nestas relações, os *playgrounds* tornam-se peças-chaves na integração e

convivência entre crianças. De uma maneira geral e especialmente para crianças com deficiência, o brincar traz autonomia e segurança, diminui a segregação entre os diversos tipos de pessoas e proporciona uma maior inclusão, interação e conscientização da população acerca das diferenças humanas, entretanto existem pouquíssimos parques infantis inclusivos no Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Esse processo é importante por fornecer o lazer adequado a essas crianças, além de levar a definição de acessibilidade ao conhecimento e discussões relacionadas a população e expor suas repercussões diretas nas relações interpessoais, no respeito a cidadãos deficientes ou com mobilidade reduzida e na igualdade entre indivíduos, pois isso pode ser parte relevante na etapa que determina se as normas de acessibilidade tanto pública, como privada, serão atualizadas e cumpridas da melhor forma e corretamente (OLIVEIRA, 2011).

Ademais, o lazer, que está descrito na Constituição Brasileira com o mesmo valor de importância da educação, saúde, moradia, trabalho e segurança também é de extrema significância, para as crianças e adolescentes, que dispõem do direito de brincar abarcados pela Convenção sobre os direitos da criança de 1989, pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da criança e do adolescente de 1990 que estabelece o brincar como direito à liberdade e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) que garante “o direito das crianças a brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil”.

Além disso, todo o amadurecimento da criança está baseado nas suas vivências e experiências com o mundo externo e para as crianças com deficiência, o brincar também é uma forma de reabilitação física, psicológica e cognitiva (CORIAT, 1996). No entanto, crianças e adultos com mobilidade reduzida ou com algum tipo de deficiência, na maioria das vezes são privadas de adquirir esse lazer, por estarem mais ligados a tratamentos, saúde e etc., deixando o lazer mais em segundo plano ou pela falta de acessibilidade, pelo preconceito e pela dificuldade de acesso, fazendo os se sentir excluídos e marginalizados da sociedade (MEZZARROBA, 2011).

Algumas leis irão regulamentar as exigências quanto a adaptação dos parques de diversões, públicos e privados. A exemplo das leis 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e seu acréscimo, a Lei 11.982 que determina a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com o Decreto 3.298/99 que regulamenta a lei nº 7.853 e o Projeto de lei 575008, que regulamenta os *playgrounds* em áreas públicas e privadas, “os *playgrounds*” instalados em jardins, parques, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, ainda que localizados em propriedade privada, deverão conter brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência”.

Entretanto, apesar da indicação de que os *playgrounds*, públicos e privados, devem tornar acessível um percentual de cada brinquedo e equipamento, identificando-o, para possibilitar o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o mais tecnicamente possível, não há regulamentação de nenhum tipo de multa para o não cumprimento da mesma, nem mesmo suspensão do alvará de funcionamento. Diante do exposto, o direito de lazer das crianças deficientes, depende da boa vontade das empresas responsáveis pelos *playgrounds* privados e dos gestores públicos em relação a praças (ROLIM, 2017).

O descumprimento destas orientações, geram grandes obstáculos que impedem esse grupo social de participar de atividades de lazer em praças, a exemplo das rampas de acesso, que apresentam inclinação errada, brinquedos não acessíveis e as vagas de estacionamento para deficientes e idosos, muitas vezes ocupadas indevidamente por outras pessoas (Figura 3).

Figura 3 - Descumprimento da Lei



Fonte: <http://dificilacessoescolas.blogspot.com/2013/05/arquitetura-e-estetica-problemas-de.html>

A diferença entre as leis existentes e o que é aplicado e construído nas cidades é gritante. Entretanto, de acordo com Werneck (1997, p. 84) as leis que abordam educação, lazer, saúde inclusiva, existem, mas, essas leis não são cumpridas por precisarem de um

incentivo e manifestação da população para que sejam colocadas em prática, além da conscientização por parte dos arquitetos, urbanistas e *designers*, tanto por influência da faculdade como por vontade própria.

As pessoas com deficiência já estão desamparadas em vários setores da cidade e o dever da sociedade é possibilitar amplo acesso a todos os serviços oferecidos pela cidade. Um deles é o lazer, principalmente para crianças que estão na fase de mais movimentação e energia.

Cada vez as atividades lúdicas e de lazer, estão sendo subtraídas do nosso cotidiano. A criança se tornou hoje, consumidora em potencial, gerando uma cultura de produção para esse público. Especialistas advertem os pais, sobre os benefícios do brincar e necessidade de desconstrução da ideia da criança apenas como um futuro adulto que precisa ser produtivo. Assim, vários fatores acabam interferindo no brincar das crianças, como a industrialização dos brinquedos, a especulação imobiliária que restringe o local das praças, o trabalho exacerbado dos pais, ou em famílias de baixo poder aquisitivo, o início precoce das crianças no trabalho. Esta realidade é objeto de vários estudos, que vêm intensificando a importância do ato de brincar, considerando-o parte da formação e desenvolvimento infantil (MARCELLINO, 1950).

Através da socialização é possível conhecer realidades diferentes. Num *playground* além de relacionamento com crianças de várias idades, se localizados em espaços abertos, o contato com a natureza e com ambientes externos estimulam a prática de esportes, coordenação motora, vocabulário, percepção tátil, além de reforçar o sistema imune da criança, ensinando o como funcionar. As crianças quando estimuladas pelas brincadeiras, diferentes revestimentos, luminosidade e etc. se tornam mais capazes e criativas por terem que buscar soluções para alcançar o que desejam (ROLIM, 2016). Além disso, o enclausuramento em espaços fechados e falta de contato com ambientes abertos, têm prejudicado o desenvolvimento da capacidade visual, segundo a OMS, o número de pessoas com miopia dobrou.

O espaço físico do lazer público, tem um significado e importância imensurável, tanto para adultos, quanto para crianças, que ficam a maior parte do seu dia presos em espaços fechados, sem nenhum tipo de atrativo. Nesse contexto, a praça além de ser um espaço aberto, oferece alternativas lúdicas, esportivas que influenciam as crianças a não focarem apenas nas tecnologias e proporcionam bem-estar. Além disso, o espaço também se coloca como grande fator para a inclusão, já que possibilita a convivência com o diferente, principalmente quando detém de mobiliários universais, que contribuem para a

utilização daqueles que antes não podiam ou conseguiam, além de unir crianças, idosos e a família em si para se divertir. Para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, o parque ou a praça vai muito além do brincar e da socialização. O lazer proporciona atividades que influenciam no seu psicológico, em sua coordenação motora, terapia ocupacional e etc. fazendo, assim, parte do seu tratamento (ROLIM, 2017).

Para a criação desses espaços são necessários alguns parâmetros que estimulem o sentimento de segurança, competência, autonomia e liberdade em todas as crianças. Alguns desses são a inserção de rampas com inclinações e larguras adequadas, corrimãos para deficientes e idosos, que podem servir até como forma de terapia, quando utilizados para estimular a movimentação sem algum dispositivo auxiliar como bengalas, andadores e etc., o uso de símbolos e placas de orientação para explicação do local e dos brinquedos, ambientes livres, com o mínimo de obstáculos possíveis, brinquedos universais, resistentes, com alturas acessíveis e que atendam a diversas faixas etárias e ao desenvolvimento de habilidades específicas como balanços e gangorras que estimulam a noção de tempo e velocidade, os gira-giras, que por terem um movimento circular, ensina o sentido de equilíbrio e etc. (ROLIM, 2017).

A inserção de arborização, iluminação e de mobiliários urbanos como bancos e bebedouros também são aspectos importantes em *playgrounds*, assim como, a arborização, sombras, contato com a natureza, umidade e beleza, entretanto devem exigir pouca manutenção e as gramas devem ser resistentes a caminhadas, já a iluminação, deve oferecer o sentimento de segurança, ademais, devem ser harmônicos com o paisagismo, bem como econômicos (ROLIM, 2016).

3.1 O LAZER ACESSÍVEL EM ARACAJU/SE

Em Aracaju a atuação de alguns personagens contribui bastante para a conscientização da população acerca da acessibilidade. Um desses, é o vereador Lucas Aribé, que tem perda total da visão e já promulgou algumas leis em prol das pessoas com deficiência, como o Projeto de Lei nº 21/2016, na Lei Municipal nº 4.867/17, que estabelece um Plano Emergencial de Recuperação de Passeios Públicos e tem por objetivo a construção ou a execução de reformas nas calçadas que não atendem as normas, sendo, a realização das atividades de planejamento, execução e fiscalização, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminfra (ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2017).

Além disso, o vereador também dispõe de um site, chamado Aracaju Acessível, que contém algumas imagens que denunciam o estado inacessível de alguns lugares em Aracaju, como calçadas, ruas, praças e etc. sendo possível a participação da população na alimentação da página (ARACAJU, 2019)².

Segundo o vereador, é preciso incentivar as pessoas com deficiência a participarem da luta pelos seus direitos, para que a visão da sociedade seja modificada do lado da diferença e preconceito, para o lado do direito³.

Outro personagem marcante na conscientização da população em Aracaju é o advogado Carlos José de Brito, vice-presidente da Comissão de Acessibilidade e Direitos das Pessoas com Deficiência e cadeirante, que defende os direitos e a causa das pessoas com deficiência.

De acordo com o advogado, seu desejo é “mostrar, através da militância e da luta diária o quanto é difícil se viver como pessoa com deficiência nesse país, nesse Estado ou nessa cidade que não tem acessibilidade e nem políticas públicas adequadas para esse segmento”⁴.

Aracaju ainda contempla PLS (Projetos de Lei), que estão em processo de aprovação como a PL nº 203/2017, que permite ao poder executivo a criação de uma categoria de interprete de Libras no quadro permanente de servidores da Prefeitura, o PL nº 202/2017, que estipula aos serviços públicos que trabalham com a utilização de senhas ao atendimento público, que ofereçam avisos sonoros para pessoas com deficiência visual e a PL nº 369/2017, que estabelece a adoção de uma plataforma digital de videoconferência que disponha de tradução simultânea para Língua Brasileira de Sinais no serviço público.

Alguns projetos de lazer acessível também já foram criados em Aracaju, a exemplo do Lazer Acessível, que reúne empresas privadas e públicas e foi idealizado em 2013 pelo vereador Lucas Aribé. Este projeto através da organização de eventos com atividades acessíveis, como jogos cidadão, passeios ciclísticos, e outras atividades, agem em prol da conscientização da população acerca da inclusão e do papel transformador de cada cidadão. O evento acontece durante a semana do dia 21 de setembro, que é o Dia Nacional e Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência (ARACAJU, 2019) (Figura 4)⁵.

² Disponível em: <<http://aracajuaccessivel.lucasaribe.com.br/>>. Acesso em 12/08/2019 as 18:56.

³ Entrevista concedida a autora em 24/05/2019.

⁴ Entrevista concedida a autora em 28/05/2019.

⁵ Disponível em: <<https://apresentacao.realizacoes.com/lucasaribe/aracajuaccessivel/>>. Acesso em 12/08/2019 as 18:56.

Figura 4 - Passeio ciclístico, organizado pelo projeto Lazer Acessível



Fonte: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/passeio-ciclistico-abre-a-6a-semana-aracaju-acessivel/>, 2018.

Outro projeto é o Praia Para Todos, que também tem iniciativas tanto particulares, quanto públicas e que tem como objetivo levar as pessoas com deficiência à praia, principalmente as crianças e adolescentes. De acordo com o secretário da Juventude e Esporte, Jorge Araújo Filho “o banho de mar pode ser uma coisa simples para nós, mas para estas pessoas é algo de grande valor” (ARACAJU, 2019)⁶ (Figura 5).

Figura 5 - Projeto Praia Para Todos



Fonte: <http://universopcd.com.br/noticias/2018/02/20/aracaju-passa-a-ter-praia-acessivel-para-pessoas-com-deficiencia/>

⁶ Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/75368>>. Acesso em: 12 de maio de 2019 às 19:29.

Como resultado da parceria entre o setor público e o privado, em dezembro de 2018, Aracaju teve a instalação do seu primeiro brinquedo adaptado para crianças com mobilidade reduzida de acordo com os padrões da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), oferecendo mais lazer e acessibilidade para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção. Instalado na praça da Alameda das Árvores, no Bairro Luzia, infelizmente, talvez por falta de um estudo aprofundado das condições de utilização, o brinquedo apresentou falhas em sua estrutura, sendo inicialmente isolado e posteriormente retirado no primeiro semestre de 2019 (Figura 6).

Figura 6 - Balanço acessível, na Alameda das Árvores



Fonte: <https://aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/aracaju-recebe-primeiro-brinquedo-adaptado-na-praca-alameda-das-arvores>

Além de ações que estimulem e viabilizem a inclusão de pessoas com deficiência, a arquitetura e a organização dos edifícios podem ser facilitadoras ou barreiras na concretização deste processo. Nesse contexto, a acessibilidade arquitetônica de espaços físicos é essencial para a efetiva participação e autonomia de pessoas com deficiência, em diferentes contextos relevantes.

Assim, voltando-se para os espaços públicos de lazer direcionados ao público infantil, contexto de atuação deste TFG, buscou-se verificar a acessibilidade física dos principais parques de Aracaju.

Foram mapeadas as condições de acessibilidade de quatro parques existentes em Aracaju, centrada em fatores objetivamente observáveis, identificados especialmente nas áreas de acesso, circulação, mobiliário e brinquedos, sanitários e estacionamentos. Os parques estudados foram o Parque O Mundo Maravilhoso da Criança, localizado na Orla

de Atalaia, o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros, no bairro Farolândia e o Parque da Cidade, no Porto Dantas (Figura 7).

Figura 7 - Localização dos Parques em análise



Fonte: EMURB/ PMA; Atlas SRH/ SE, 2016, adaptado pela autora, 2019

Com exceção do Parque da Cidade, os demais parques estão localizados em áreas nobres da cidade, guardando certa proximidade entre si. Quanto ao público, recebem pessoas de todas as faixas etárias, por disponibilizarem outras atividades, além dos brinquedos infantis, exceto o Parque O Mundo Maravilhoso da Criança, destinado exclusivamente ao público infantil.

Iniciamos a análise pela Orla da Atalaia, que atrai um grande público tanto local, como de fora da cidade, por conta das atividades culturais, de entretenimento e de lazer que oferece. Construída em, 1994, época que ainda não vigorava a aplicação das leis de acessibilidade, e revitalizada em 2007, período em que já havia leis específicas e obrigatórias no âmbito da acessibilidade. A Orla é estruturada por vários bares, restaurantes, hotéis, quadras de esportes, monumentos e *playgrounds*, objeto de estudo desse TFG (Figura 8).

Figura 8 - Implantação Orla de Atalaia



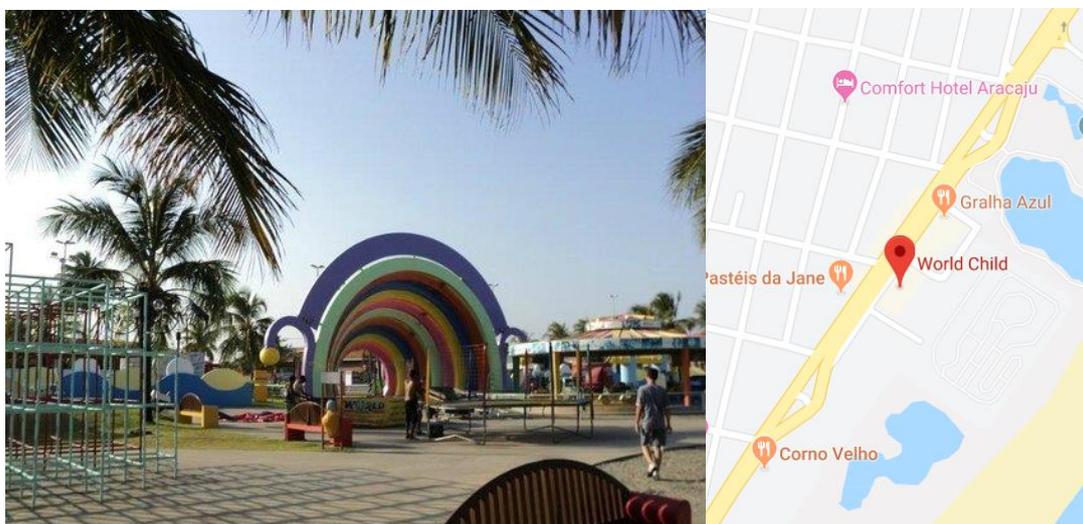
Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2012/02/mapas-de-aracaju-se.html>, adaptado pela autora, 2019

De maneira geral, as únicas modificações feitas durante a reforma de 2007 direcionadas à acessibilidade estão relacionadas a inserção de faixas de pedestres e de

rampas, necessitando urgentemente de uma nova reestruturação no intuito de torná-la acessível.

Dando início a análise do parque O Mundo Maravilhoso da Criança, seu acesso se dá por um grande arco-íris disposto na fachada norte e por gradis nas suas laterais leste e oeste. Também no acesso frontal, são identificadas faixas de pedestres e guias rebaixadas, entretanto o estacionamento que fica dos dois lados do *playground*, não apresenta vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nem rampas de acesso. A circulação dentro e fora do *playground* é acessível, disponibilizando espaços amplos (Figura 9).

Figura 9 - Localização do Parque O Mundo Maravilhoso da Criança

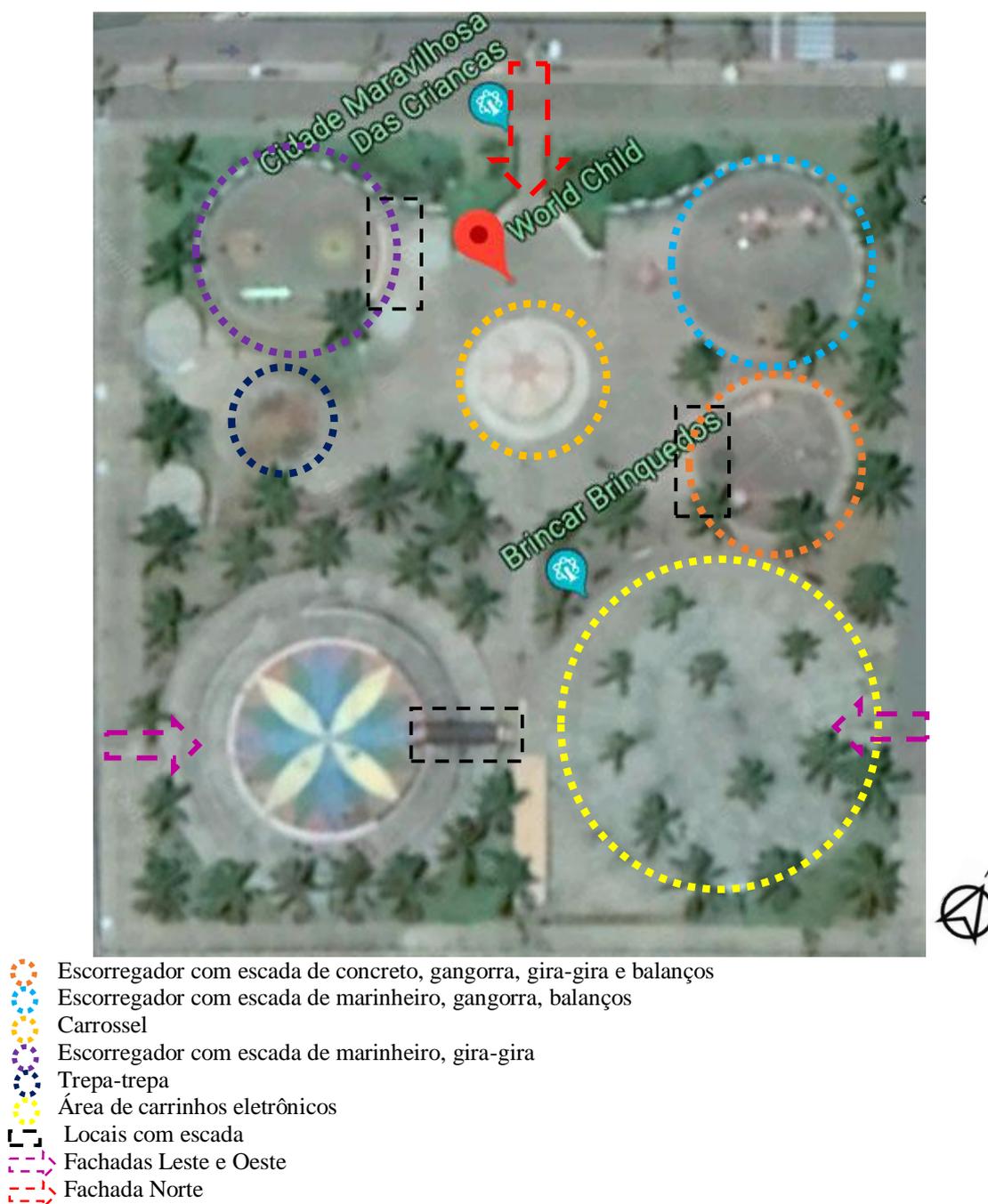


Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g303638-d4564018-r570618769-Orla_de_Atalaia-Aracaju_State_of_Sergipe.html

O parque é composto por duas grandes áreas que apresentam ampla circulação, entretanto, ficam em níveis diferentes e não contem rampas para o acesso. Na entrada encontra-se o carrossel, dos lados ficam os brinquedos, ao fundo a área para os carrinhos eletrônicos e os banheiros ficam na lateral oeste.

A implantação dos brinquedos é bem agradável, por disponibilizar espaços suficientes para as crianças circularem, enquanto outras brincam e para os pais ficarem atentos aos filhos. Entretanto, não dispõe de piso tátil, placas informativas em braille, sinais sonoros e o revestimento do piso é inadequado e perigoso caso haja queda, até mesmo para as crianças, em que o ambiente permite a brincadeira, já que é de brita, onde muito dos brinquedos são de escalar e subir através das escadas, além de atrapalhar a locomoção de quem apresenta mobilidade reduzida (Figura 10).

Figura 10 - Implantação Mundo Maravilhoso da Criança



Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela AUTORA, 2019

O parque dispõe de arborização e iluminação, contudo, toda sua vegetação é baseada em palmeiras, não reforçando tanto o sombreamento do local pela manhã e pela tarde, mas também não atrapalhando a iluminação durante a noite, que é o horário mais frequentado do *playground*, que ainda apresenta vários bancos e brinquedos, como carrossel, gira-gira, balanços e escorregadores, entretanto, nenhum é acessível, especialmente para as crianças cadeirantes. Esses brinquedos são feitos basicamente de concreto e metal, materiais que absorvem muito calor, mas que são resistentes a água,

precisam de pouca manutenção e tem uma grande vida útil, mesmo não sendo os materiais mais usuais como madeira e plástico. Os brinquedos estão adequados quanto as exigências atuais de segurança, espaçamento e bom acabamento.

Brinquedos como os balanços, o gira-gira, o carrossel, as gangorras e principalmente o trepa-trepa, que se apresenta como um brinquedo para escalar, dispõe de várias barreiras em sua estrutura para deficientes locomotores, além disso, a maior parte dos escorregadores são muito altos e tem a subida através de escadas de marinheiro (Figura 11).

Figura 11 - Brinquedo com escada de marinheiro e piso de brita



Fonte: <http://www.institutomarcelodeda.com.br/obras-de-reforma-da-orla-de-atalaia-estao-adiantadas/>, 2018.

O Parque chega a atender a alguns requisitos discutidos nas seções anteriores, entretanto, o mesmo, com os equipamentos disponíveis atualmente, só consegue comportar crianças sem deficiência, além de apresentar uma carência em um material seguro para piso, como piso emborrachado, ficando, assim em débito com as crianças com deficiência.

Outro local para lazer infantil, juvenil e adulto, em Aracaju, é o Parque da Sementeira, que tem 396.019m². O parque dispõe de campo de futebol gramado, quadras poliesportivas, pistas para caminhadas a pé ou de bicicleta, 2 parques infantis, equipamentos para exercício físico, banheiros, quadra para andar de patins ou skate, quiosques, fonte, lagos e etc. Além disso, o parque também comporta estruturas para toda a parte administrativa do mesmo, o Planetário, a Emsurb e um Ponto policial (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Localização do Parque da Sementeira



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 13 - Implantação Parque da Sementeira



- Quiosques
- Banheiros
- Quadra de Patins e Skate
- Playground infantil e Academia
- Quadra esportiva gramada
- Playground infantil
- Fonte
- Planetário
- Fachadas Leste e Oeste
- Fachada Norte

Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela AUTORA, 2019

Este parque tem um público bastante diversificado, como esportistas, para fazer uma caminhada, utilizar as quadras poliesportivas e de futebol ou andar de bicicleta. Marcante a utilização do parque infantil por crianças acompanhadas por familiares e do espaço gramado para realização de ensaios fotográficos e piqueniques, que também ocorrem nos quiosques. Ponto de encontro nos finais de semana, a área do parque é intensamente utilizada para realização de eventos como feiras colaborativas.

O acesso ao parque se dá pela portaria da fachada norte, pela lateral oeste que dá acesso também ao Planetário e pela lateral leste, que passa pela ponte e pelos lagos. O estacionamento é externo, localizado nas fachadas norte e oeste. Este, não possui vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nem rampas para o acesso ao parque.

A circulação do parque é ampla, por ser possível caminhar pela rua, já que não há trânsito frequente de carros, com exceção da guarda municipal, entretanto existem poucas rampas com acesso as calçadas, que estão quebradas e com dimensões inadequadas em alguns locais. Os banheiros não apresentam acessibilidade, por conta da altura das barras de apoio e da válvula de descarga (Figura 14).

Figura 14 - Banheiro Masculino, no Parque da Sementeira



Fonte: LOURENÇO, C. S.; MENDONÇA, A. C. S.; REIS, A. A. **Acessibilidade para cadeirantes em parques/espacos de lazer em Aracaju/Sergipe**. GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

Algumas rampas não contem corrimão ou estão com a inclinação errada de acordo com as normas e para chegar até os quiosques, é necessária a travessia pela terra, sendo que estes, apresentam desnível, mas não contém rampa, além de disporem de bancos fixos de concreto, não tendo como o cadeirante se aproximar da mesa (Figura 15).

Figura 15 - Quiosque do Parque da Sementeira

Fonte: AUTORA, 2019

Voltando-se para a análise dos *playgrounds*, pode-se perceber que nos locais onde estão dispostos os parques infantis, apesar da existência da faixa de pedestres e rampas para deficientes, não há piso tátil, placas informativas em braile e sinais sonoros e o caminho para chegar aos brinquedos e a quadra de patins e skate são estreitos e desnivelados. A implantação dos brinquedos é adequada por dispor de espaços amplos para as crianças e seus acompanhantes circularem e visualizarem um ao outro, todavia, o piso, por ser de grama e areia, é inadequado ao uso de cadeirantes (Figura 16).

Figura 16 - Gangorras e arquibancada sem rampa

Fonte: AUTORA, 2019

O parque infantil dispõe de gangorras, arquibancadas sem rampa, mesas com bancos fixos de madeira, escorregadores com escadas, balanços, e etc., contudo, os equipamentos não contem acessibilidade. Outros problemas encontrados foram na quadra de patins e skate, que não apresentam entrada e tem corrimão em toda sua extensão, impedindo a entrada de cadeirantes, além de apresentar desnível e ter seu piso todo rachado e com buracos (Figura 17).

Figura 17 - Quadra de patins e skate e quiosques



Fonte: AUTORA, 2019

O clima do parque é agradável, por apresentar diversos tipos de árvores, chegando a conter mais de 112 espécies e ser refúgio de várias aves, além de ter uma ótima iluminação, principalmente em épocas festivas com enfeites luminosos nos lagos.

Pela visita, pôde-se perceber que o parque está sofrendo algumas pequenas reformas em locais específicos, como em um dos parques infantis, entretanto apenas com o intuito da modificação de parte dos jardins.

Outro parque visitado, foi o Parque dos Cajueiros, inaugurado em 1990, e revitalizado em 2012, após passar um período de 10 anos fechado (Figura 18).

Figura 18 - Parque dos Cajueiros

Fonte: AUTORA, 2019

O parque dispõe de ciclovia, restaurantes, alguns comércios, quadras, área de academia, posto policial, pista para caminhada, píer, complexo para a prática de esportes com remo e canoagem e *playground*. O público alvo do parque é bem diversificado, recebendo pessoas para a prática de exercícios, pela manhã e tarde e pessoas que vão aos restaurantes e utilizam o *playground* pela noite e quando há algum evento específico em sua área.

O acesso ao espaço, se dá pela fachada oeste, onde ficam os estacionamentos, que dispõem de vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e rampas de acesso, entretanto as rampas são escassas e por isso, supridas pelas faixas de pedestres elevadas. A circulação do parque é ampla, apresentando grandes espaços entre um mobiliário e outro. Como o parque foi revitalizado a pouco tempo, ele consegue atender a alguns requisitos de acessibilidade, como piso de fácil locomoção, a presença de algumas rampas acessíveis e do piso tátil percorrendo toda sua extensão (Figura 19).

Contudo, o parque não apresenta placas informativas em braile e sinais sonoros, o piso se encontra quebrado, apenas em algumas áreas devido as raízes das árvores, e o piso tátil apresenta desnível em alguns locais. Os quiosques apresentam fácil acesso, contudo, contém desnível e bancos fixos em concreto (Figura 20).

Figura 19 - Implantação do Parque dos Cajueiros



- ⦿ Playground
- ⦿ Píer
- ⦿ Complexo de esportes com remo e canoagem
- ⦿ Quiosques
- ⦿ Pista de skate
- ⦿ Quadras
- ⦿ Academia
- ⦿ Restaurantes e comércio
- ⦿ Posto Policial
- ⦿ Fachada Oeste

Fonte: Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela AUTORA, 2019

Figura 20 - Desnível no piso tátil e piso quebrado



Fonte: AUTORA, 2019

O *playground* tem fácil acesso, todavia não há piso tátil direcionando até ele. A implantação dos brinquedos é adequada por dispor de grandes espaços entre cada equipamento, entretanto o piso segue a mesma linha do Parque do Mundo Maravilhoso da Criança, sendo de brita, oferecendo perigo em caso de queda e atrapalhando a locomoção de quem tem deficiência e mobilidade reduzida.

No parque infantil, há gangorras, balanços, casinhas de madeira com obstáculos, cavalos de madeira, arquibancadas e etc., entretanto, pode-se perceber que esses brinquedos não são acessíveis, por na maioria destes ser necessário, o acesso por uma escada, que leva a caminhos estreitos com obstáculos, além disso, o *playground* está bastante degradado, podendo gerar acidentes a qualquer criança por apresentar, pregos expostos, pichações, madeiras fracas com fungos e etc. (Figura 21).

Figura 21 - Cavalo de madeira e Playground



Fonte: AUTORA, 2019

A arborização e iluminação do local são boas, entretanto, em alguns locais a sombra das árvores deixa os mesmos, escuros.

Passamos à análise do Parque Governador José Rollemberg Leite, que inserido na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, possui o último remanescente de floresta de Mata Atlântica da cidade de Aracaju.

O Parque da Cidade que foi construído em 1979, passou por reformas em 1985 e em 2006. O acesso geral ao parque dá-se por vias pavimentadas, utilizando-se meios de transporte públicos ou particulares. O transporte público coletivo passa em frente ao parque e logo na entrada principal existe um ponto de ônibus coletivo. O acesso do parque se dá pela fachada sul, sendo próprio apenas a carros, já que não apresenta calçadas (Figura 22).

Figura 22 - Implantação do Parque da Cidade



Fonte: Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela AUTORA, 2019

O parque possui um zoológico com várias espécies de animais, um teleférico, um Mirante da Santa, que são os atrativos mais procurados dentro do parque. Além destes existem ainda um parque infantil, pista de skate e campos de futebol (Figura 23). Outro atrativo que se encontra dentro do parque é o Recanto do Chourinho, um bar e restaurante que se localiza próximo da entrada principal do parque, dentro do zoológico existe a estrutura de um outro restaurante, mas que não está em funcionamento. O parque comporta ainda as instalações da Sociedade Hípica de Sergipe e um posto base da Polícia Militar (Figura 24).

Figura 23 - Parque infantil e campo de futebol



Fonte: AUTORA, 2019

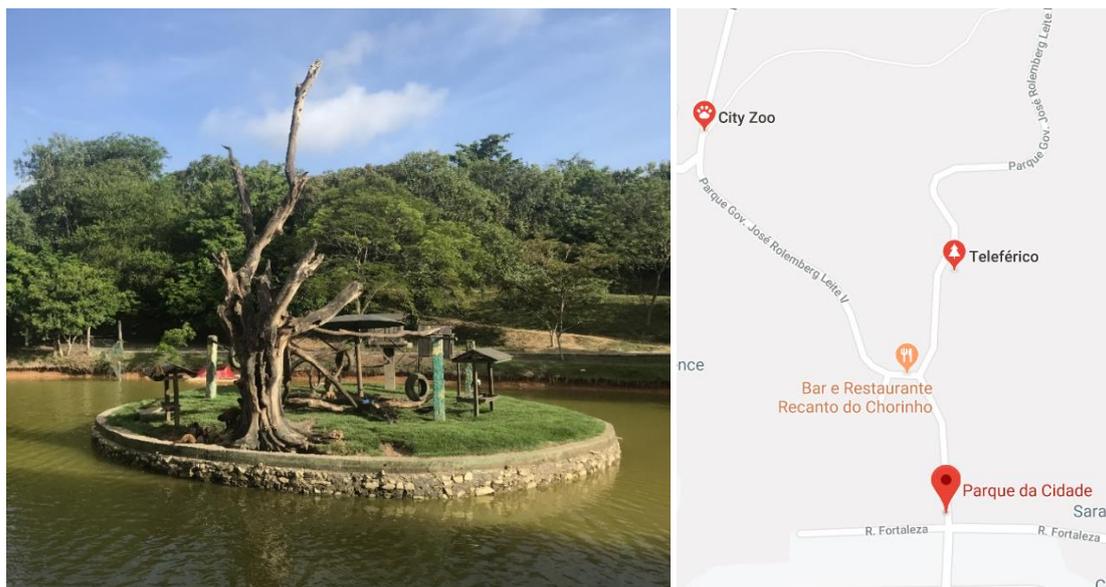
Figura 24 - Sociedade Hípica de Sergipe e Recanto do Chourinho



Fonte: AUTORA, 2019

Atualmente o parque se encontra em estado de abandono, sofrendo denúncias de maus tratos aos animais, vários equipamentos estão depredados e animais como a leoa e a onça pintada faleceram (LOURENÇO; MENDONÇA; REIS, 2017) (Figura 25).

Figura 25 - Habitat dos macacos prego – Zoológico do Parque da Cidade



Fonte: AUTORA, 2017

O público alvo do parque é bem diversificado, contando com esportistas que o utilizam para ciclismo, por conta das ladeiras e para jogar bola nos campos de futebol, com turistas, adultos e crianças, que o visitam nos finais de semana, com passeios de excursão, e pelos próprios moradores de Aracaju.

Na parte destinada ao teleférico, existe uma rampa, para a subida até ele, entretanto, o teleférico não é acessível por ser composto por bancos (Figura 26).

Figura 26 - Teleférico



Fonte: AUTORA, 2019

Os problemas encontrados foram que, o estacionamento é de chão de barro, não apresentando vagas exclusivas para deficientes e nem acessibilidade para a subida até o zoológico. O acesso a Santa é feito através do teleférico ou de carro, contudo, para chegar mais perto dela, só há uma escada para a subida (Figura 27).

Figura 27 - Acesso a Santa Nossa Senhora da Conceição



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 28 - Entrada do Zoológico e bebedouro do Parque da Cidade



Fonte: AUTORA, 2019

A área das quadras se localiza em uma parte muito íngreme do parque, não disponibilizando rampas para seu acesso. Alguns restaurantes dispõem de rampas e outros não. O zoológico, apesar de dispor de rampa, contém catracas na entrada, sem a notificação de portão a parte para cadeirantes, além de não conter piso tátil, placas informativas em braile, sinais sonoros, bebedouros com alturas acessíveis e etc. (Figura 28).

Algumas jaulas para animais não apresentam rampas, nem piso para chegar até eles, já outras, contém rampas, só que como sua área apresenta muitos desníveis, a locomoção se torna difícil, pelo passeio ser todo desnivelado, além dele apresentar muitas ladeiras, antes de chegar a rampa em si. A circulação do parque é ampla, entretanto, como o parque é muito extenso, dispõe de piso desnivelado e apresenta muitas ladeiras, o caminhar acaba sendo realizado apenas nos locais onde não pode entrar carros, ou seja, somente no zoológico (Figura 29).

Figura 29 - Ladeira para chegar até a jaula de alguns animais do Parque da Cidade



Fonte: AUTORA, 2019

Diante das análises feitas, acerca dos parques existentes em Aracaju, percebe-se que sua estrutura, não considera o público infantil com deficiência motora, por não apresentar o mínimo necessário para circulação nesses espaços, como rampas, pisos de fácil locomoção, brinquedos acessíveis a cadeiras de rodas, e etc., não pensam nas

crianças com deficiência visual, por não conter piso tátil, sinal sonoro, placas informativas em braille, brinquedos com relevos e texturas que estimulem o tato e etc., não pensam em crianças com algum tipo de deficiência mental, por não apresentar brinquedos que estimulem de uma forma melhor aspectos, como memória, sensações, e etc., e não pensam em crianças com deficiência auditiva, que apesar de conseguirem brincar em todos os brinquedos, não são estimuladas através de vibrações, luzes, movimentos e etc.

Além disso, as estruturas apresentadas não atendem as áreas periféricas, ficando localizadas em áreas mais centrais de Aracaju, se tornando espaços de difícil acesso para essa população, devido à dificuldade de locomoção e transportes, pela grande distância, além de contarem com a falta de incentivo em atividades lúdicas abertas, que chamam atenção da sociedade para o convívio, a falta de divulgação, quando há a realização de eventos e a falta de eventos, que incluam tanto as pessoas com deficiência, como as que residem na periferia de Aracaju.

3.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS – ALPAPATO E BRINQUEDÃO

Os projetos descritos a seguir servirão como estudos de caso, para um melhor entendimento dos pontos positivos e negativos de projetos já implantados, levando-se em consideração que cada projeto tem sua especificidade e deve se encaixar na localidade proposta. Os requisitos que serão avaliados e levados em consideração dos projetos de referência são os parâmetros já descritos anteriormente, além da: acessibilidade geral, desenho de mobiliários universais, quais tipos de deficiência são atendidas por esse *playground*, como ocorre a interação entre as crianças, materiais utilizados, soluções acessíveis e particularidades do local. Posteriormente, estas informações irão fomentar a construção do programa de necessidades.

O primeiro projeto a ser analisado será o Projeto ALPAPATO (Anna Laura Parques Para Todos) que é um projeto, que tem por finalidade, desenvolver parques de diversões acessíveis para crianças com deficiência, para que haja mais interação entre elas e outras crianças com e sem deficiência. Esse, apresenta três princípios básicos, que são os de oferecer lazer, terapia e socialização para crianças com deficiência, que inevitavelmente já teriam que fazer algum tipo de atividade relacionada a terapia. No parque seriam desenvolvidos esses princípios, além das terapias, sem toda a pressão sofrida pelas crianças dentro de um consultório (LEITE, 2018).

O projeto foi criado, em 2013, por Rodolfo Henrique Fischer e Claudia Fischer, com o intuito de homenagear sua filha Anna Laura Petlik Fischer de 4 anos, após o seu falecimento em um acidente de carro, em 2012. O casal teve a ideia durante uma viagem que fizeram para Israel, onde visitaram um Centro Comunitário Árabe-Judaico e se depararam com um brinquedo acessível, que gerou diversas dúvidas sobre a existência e a permanência desse tipo de mobiliário no Brasil. Depois de algumas pesquisas, eles descobriram que haviam pouquíssimos parques acessíveis no Brasil e que esses sofriam muito com a falta de manutenção (LEITE, 2018). Diante disso, eles colocaram como objetivo a doação de quatro parques adaptados por ano, que seriam realizados com recursos próprios e distribuídos por todo país, objetivando locais mais carentes e que não tivessem acesso a esses tipos de mobiliário (G1 PE, 2017).

Diante disso, foram instalados os quatro primeiros parques, sendo estes, o primeiro na AACD, na Mooca em SP, o segundo na APAE em Araraquara-SP, o terceiro em Cascavel-PR e o quarto no Parque Santana-PE. Aqui, iremos analisar os brinquedos instalados em dois desses parques, sendo esses o Parque da Mooca-SP e o Parque Santana-PE, evidenciando quais funções esses equipamentos exercem e qual o material atribuído a eles. Os brinquedos estão distribuídos por toda extensão do parque, em que o Parque da Mooca possui cerca de 9 tipos de brinquedos, já o parque de Santana, por sua vez, possui 7 brinquedos (RODRIGUES, 2014).

Conforme mencionado, o primeiro parque do projeto ALPAPATO instalado foi em São Paulo, na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) da Mooca, em 2014, quando, ao voltar de Israel, Rodolfo Fischer entrou em contato com a associação, que lhe ofereceu apoio para a construção do parque, disponibilizando terapeutas para auxiliar na ideologia, construção e função dos brinquedos a serem construídos, juntamente com arquitetos e engenheiros que se voluntariaram para participar da ação, sendo o primeiro parque infantil deste tipo na cidade de São Paulo (RODRIGUES, 2014).

Situado dentro da AACD, o parque Anna Laura (Figura 30), apesar de aberto ao público externo, apresenta restrição de horários, aberto para visitação externa às segundas, quartas e sextas, das 10 às 12h e às teras e quintas, das 15 às 17h, o que atrapalha, de certo modo, a integrao que crianas com e sem deficiência teriam, se o parque fosse em um local aberto e sem restrio de horário. O parque também apresenta horários restritos para utilizao dos pacientes, que frequentam e desenvolvem atividades e atendimentos no local (RODRIGUES, 2014).

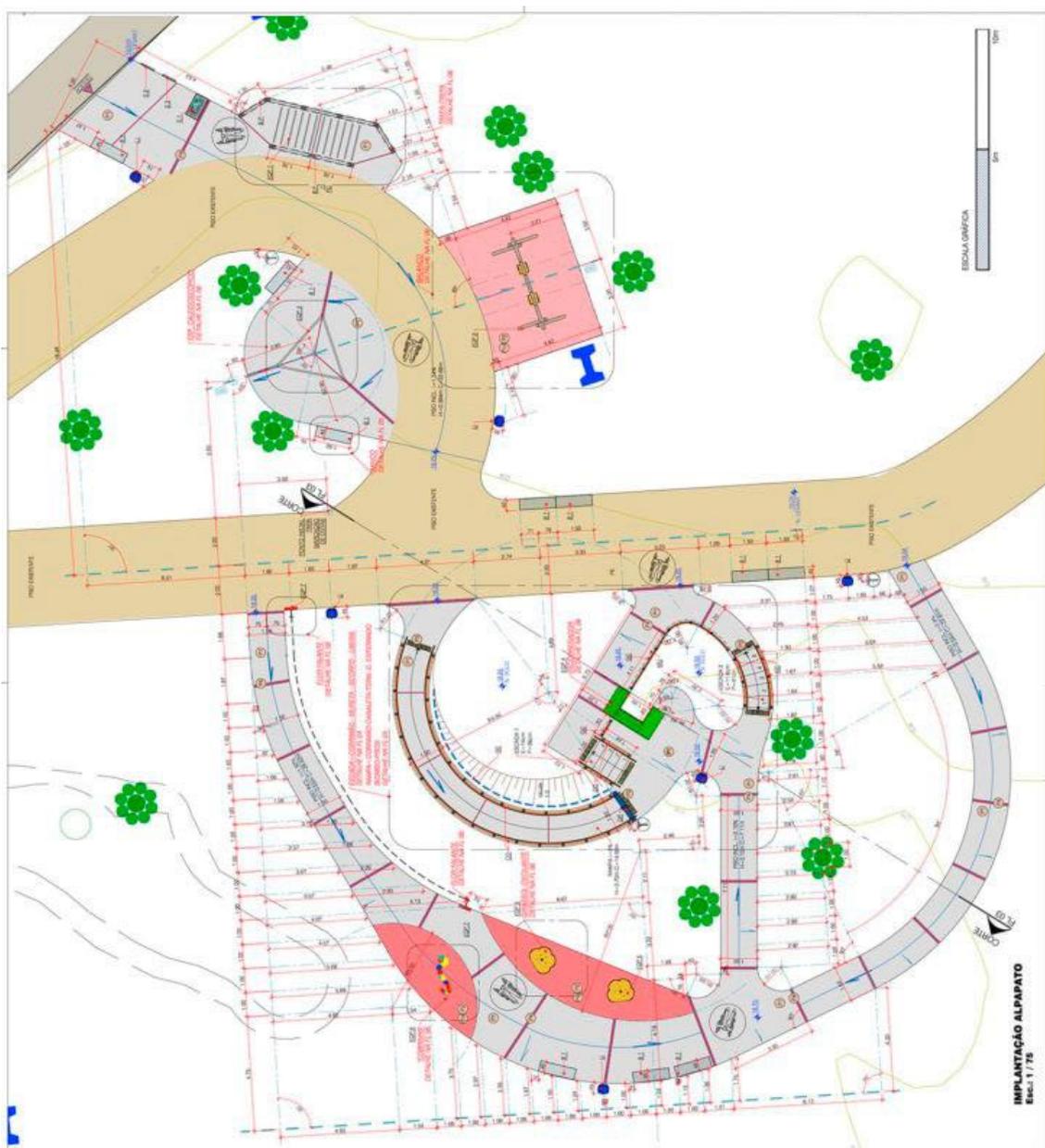
Figura 30 - Planta do Parque na AACD, na Mooca



Fonte: <http://annalaura.org.br/v1/wp-content/uploads/2017/03/parquedamooca-1024x639.png>

O segundo parque a ser analisado é o *playground* localizado no Parque Santana (Figura 31), na Zona Norte de Recife, que foi o primeiro parque totalmente acessível, desenvolvido na cidade (Magazine Mirante, 2018).

Figura 31 - Playground acessível, no Parque Santana, Recife



Fonte: http://annalaura.org.br/v1/wp-content/uploads/2017/04/planta_recife-1024x731.jpg

Por se encontrar em um local aberto e sem restrições de horários ao contrário do da Mooca, este é mais livre e dá acesso a um número maior de pessoas e crianças que estejam passeando pelo Parque, favorecendo assim, uma melhor integração entre as crianças em geral.

Os dois parques apresentados, são bem arborizados, por ser uma questão muito importante e pensada pela equipe do projeto ALPAPATO, que desenvolve os parques e brinquedos, para que em épocas mais quentes os brinquedos não esquentem e as crianças possam brincar em um ambiente com temperaturas agradáveis toda época do ano. Eles

ainda dispõem de bancos, rampas com guarda-corpo, para melhorar os deslocamentos feitos pelos visitantes e apresentam espaços amplos e sem obstáculos, contendo tanto grama, quanto asfalto.

Os brinquedos são estruturados e adaptados para crianças com deficiências visuais, físicas e cognitivas, que por seu formato e função, estimulam o desenvolvimento motor, cognitivo e sensorial. Seus materiais são totalmente ecológicos, para estimular a conscientização nas crianças, além de fortalecer o ato de brincar, seguro, entre crianças com e sem deficiência, sendo projetado atendendo os requisitos da Normas de Segurança para Playground NBR 16071 (Prefeitura da cidade de Recife).

Entre os brinquedos estão o Trepá-Trepá (Figura 32), com uma estrutura de tubos de aço de 25mm de diâmetro, que apresenta diversas alturas, entre 1,43 e 1,83, influenciando as crianças a escalam e estimulando o fortalecimento dos membros superiores.

Figura 32 - Trepá-trepá



Fonte: ALPAPATO, 2017.

Um balanço com cadeira especial (Figura 33), mais conhecido como tipo Astronauta, que incentiva atividades que influenciam no equilíbrio, nível de alerta e na interação com os pais. Seus apoios são feitos de troncos de eucalipto de 13cm de diâmetro, os assentos de fibra de vidro, pendurados por correntes de aço e com cinto de segurança em X, feito de fita de polipropileno e dispondo dos tamanhos P, M e G.

Figura 33 - Balanço, tipo Astronauta



Fonte: ALPAPATO, 2017.

A CoBrinha (Figura 34), desenvolvida pela artista Sara Rosenberg, que é o equipamento símbolo do projeto de Santana, é composta por resina plástica, reforçada com fibra de vidro e influencia no pensamento imaginativo e criativo das crianças.

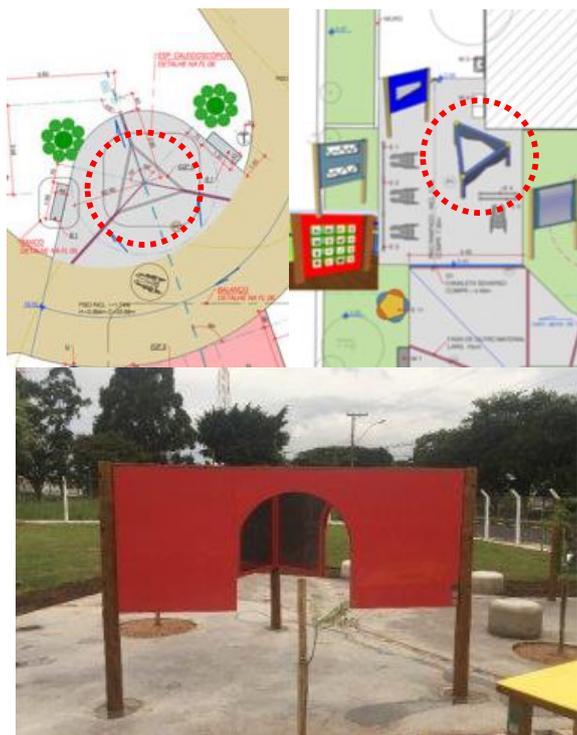
Figura 34 - CoBrinha



Fonte: ALPAPATO, 2017.

O Espelho Caleidoscópico (Figura 35), que tem um formato triangular, é composto por troncos de eucalipto de 13 cm de diâmetro em seus apoios, com 3 painéis de espelhos, que distorcem as imagens, revestidos com placas de plástico polietileno e aço inox, e servem para estimular a visão, autoimagem, autoestima, deslocamentos, rotação e etc.

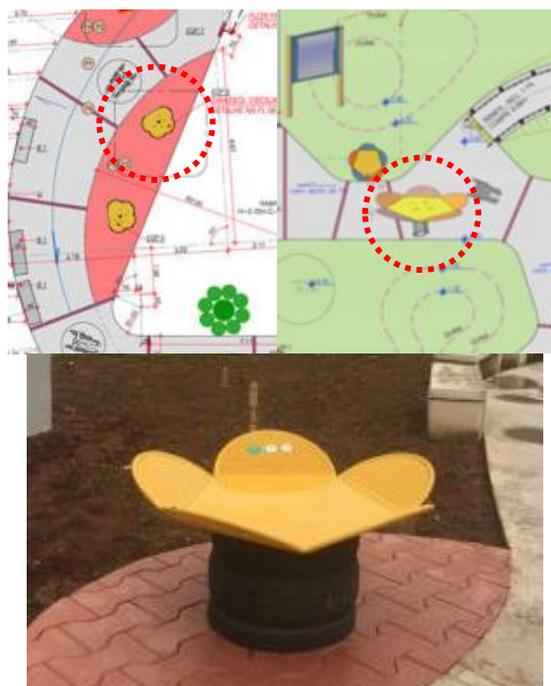
Figura 35 - Espelho Caleidoscópico



Fonte: ALPAPATO, 2014.

O Girassol Oscilante (Figura 36), que é composto por pneus, de 60cm de diâmetro reutilizados, em sua base e por uma plataforma de aço em forma de flor e serve para ajudar no equilíbrio, postura e controle do corpo.

Figura 36 - Girassol Oscilante



Fonte: ALPAPATO, 2014.

Um escorregador adaptado (Figura 37), em formato de U, feito em fibra que vidro, que desenvolve aspectos motores, sociais e psicológicos.

Figura 37 - Escorregador Adaptado



Fonte: ALPAPATO, 2014.

Uma bancada de areia borboleta (Figura 38), composto por madeira pinus em seus apoios e na bancada, onde são revestidos de plástico polietileno, que serve para o desenvolvimento motor, o tato e a interação entre as crianças.

Figura 38 - Bancada de Areia Borboleta



Fonte: ALPAPATO, 2014.

Um painel espelho distorçor (Figura 39), que dispõe de duas colunas feitas em troncos de eucalipto de 13cm de diâmetro e 1 painel com espelho feito com chapa de aço inox, estruturado por madeira pinus e revestido por placas de plástico polietileno, que distorce as imagens e serve para melhor a imagem corporal e a noção de espaço.

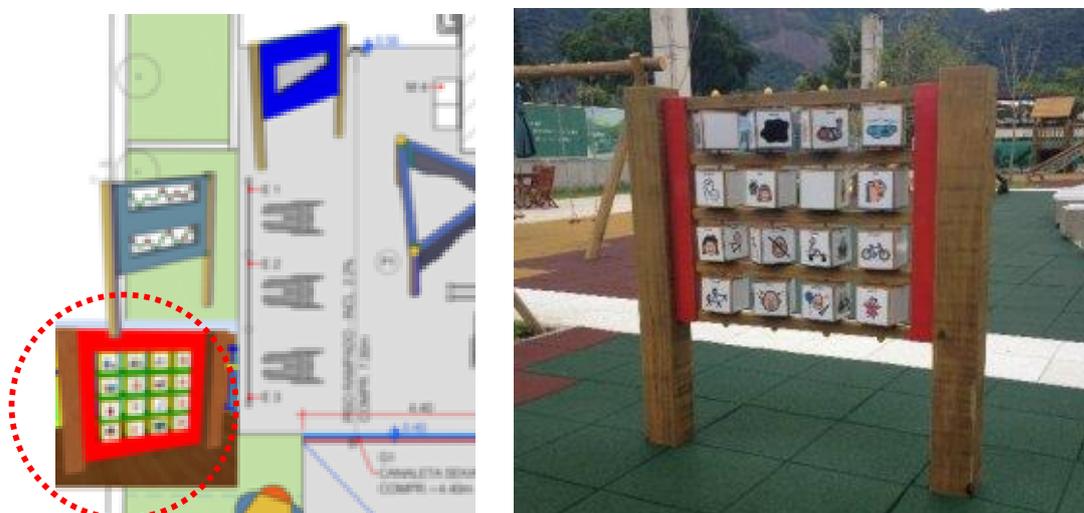
Figura 39 - Painel Espelho Distorçor



Fonte: ALPAPATO, 2014.

Um painel pictograma (Figura 40), que apresenta 2 apoios em troncos de eucalipto de 13 cm de diâmetro, um painel em madeira pinus, revestido com chapas de plástico polietileno e 16 peças que giram, feitos de madeira maciça e tubos de alumínio, com imagens pictografadas, que influenciam na comunicação através de imagens, na autonomia de escolha e desenvolvimento sensorial e cognitivo.

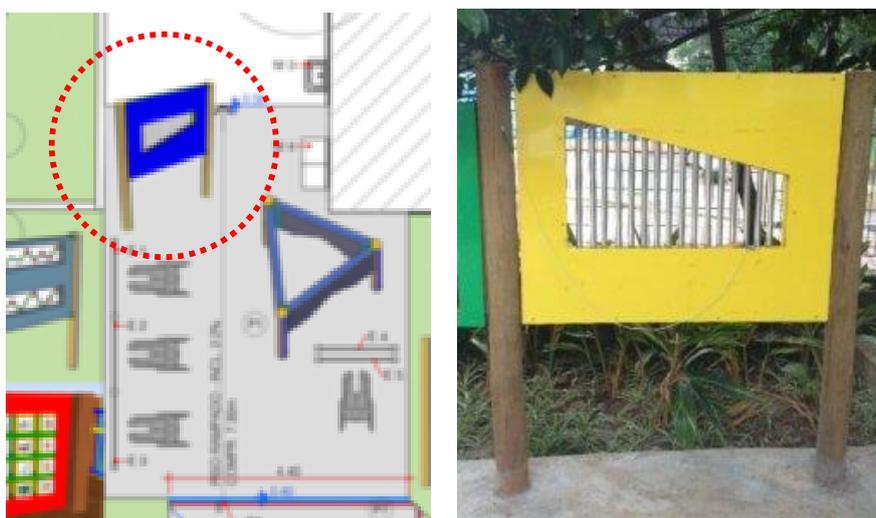
Figura 40 - Painel Pictograma



Fonte: ALPAPATO, 2014.

Um painel Xilofone (Figura 41), também apoiado sobre troncos de eucalipto de 13 cm de diâmetro, com um painel de madeira pinus, revestido por placas de plástico polietileno, composto por tubos de alumínio de 25 mm de diâmetro, que dispõe de sonoridade, desenvolvendo a audição e o ritmo.

Figura 41 - Painel Xilofone



Fonte: ALPAPATO, 2014.

Um painel ábaco (Figura 42), estruturado da mesma forma que o painel xilofone, entretanto, dispendo de duas alturas, que apresentam tocos de madeira arredondados, que correm através de tubos de aço e estimulam as funções sensoriais, motoras e cognitivas.

Figura 42 - Painel Ábaco



Fonte: ALPAPATO, 2014.

E bancos gafanhoto (Figura 43), que são bancos inclinados, um de frente para o outro, com uma bola de spiriball entre eles, composto por uma estrutura em tubos de aço, assento em piso de deck feito em madeira maciça e bola em couro sintético amarrada por uma corda de poliéster, que estimula o fortalecimento dos membros superiores, desenvolve a coordenação motora, o psicológico e a interação entre as crianças.

Figura 43 - Banco Gafanhoto



Fonte: ALPAPATO, 2014.

De acordo com a fisioterapeuta Simone Carvalho, que trabalha no Parque disposto na AACD, o mesmo, comporta uma estrutura muito satisfatória, que por ter sido desenvolvida, pensando nas crianças com deficiência e mobilidade reduzida, apresenta um ótimo aproveitamento dos exercícios feitos nos brinquedos, sendo nítida a evolução de alguns pacientes após a instalação do *playground*, por estes, terem demonstrado motivação, interesse e entusiasmo na realização das atividades (RODRIGUES, 2018). O que mostra o quão eficaz os brinquedos e o parque em si, estão sendo para a fisioterapia, lazer e interação entre as crianças.

O outro projeto a ser analisado é o Brinquedão (Figura 44), um *playground* inclusivo, localizado no parque Ibirapuera em São Paulo, implantado em outubro de 2010, com parceria da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. O brinquedo mede 19m x 24m, é basicamente construído em madeira e metal, é elevado e tem a proposta de trazer a integração entre crianças com e sem deficiência (LAO Design e Engenharia, 2013).

Figura 44 - Brinquedão, Parque Ibirapuera/SP



Fonte: <http://www.karlacunha.com.br/playground-inclusivo/>

Para isso, o *playground* disponibiliza piso tátil de alerta no início, inscrições em braile (Figura 45), acesso através de rampas com inclinação adequada e guarda-corpos, brinquedos com alturas adequadas, que desenvolvem a parte sensorial, motora, cognitiva e a criatividade das crianças, como trepa-trepas, xilofones, tambores e etc.

Figura 45 - Placas informativas em braile e brinquedo para desenvolvimento motor e cognitivo



Fonte: AUTORA, 2019

Ao redor do brinquedo, é disposto um piso emborrachado, feito com materiais reciclados, que serve para amortecer a queda, caso alguma criança venha a cair e além disso, os pais com e sem deficiência, também conseguem entrar no brinquedo, junto a seus filhos para acompanhá-los (PRADO, 2010). (Figura 46)

Figura 46 - Adulto e criança no Brinquedão

Fonte: <http://elisaprado.com.br/blog/2010/10/brinquedo-acessivel/>

Tanto o projeto ALPAPATO, como o Brinquedão, foram desenvolvidos em conjunto com a empresa LAO Engenharia e Design, que tem por objetivo fornecer acessibilidade, valorizando a diversidade e a humanidade, para que haja uma integração em todos os sentidos. A empresa vem estudando e pesquisando, a cerca de 9 anos, como fazer produtos e brinquedos com design universal, que culminou na linha de brinquedos chamada Forró, que apresenta brinquedos acessíveis e universais e que foram inseridos no Projeto Anna Laura Parque Para Todos e no Brinquedão, como o xilofone, painel ábaco e etc., como já discutido anteriormente, além de apresentar também modelos de mapa tátil (LAO Design e Engenharia, 2015).

4 PROJETO DE ACESSIBILIDADE URBANA E MOBILIÁRIO UNIVERSAL VOLTADO PARA O PÚBLICO INFANTIL: PROPOSTA DE UMA PRAÇA NO BAIRRO SANTA MARIA, EM ARACAJU/SE

Além de apresentar um panorama geral sobre o bairro Santa Maria, essa seção apresenta o estudo da inserção de acessibilidade urbana e mobiliário universal voltado para o público infantil, proposto em forma de praça no bairro Santa Maria em Aracaju/Se, desde a análise do terreno e das leis de acessibilidade, até o Anteprojeto Arquitetônico apresentado nesse Trabalho Final de Graduação. A fim de criar uma arquitetura inclusiva, que possibilite uma reflexão sobre o assunto, o objetivo do projeto é de fornecer lazer para as crianças com deficiência, além de mostrar a importância da convivência destas, com crianças sem deficiência para uma sociedade futura mais inclusiva.

4.1 BAIRRO SANTA MARIA/SE

A falta de acessibilidade arquitetônica é uma realidade na maioria das cidades brasileiras, especialmente nas áreas de interesse social. Em Aracaju não é diferente. O bairro Santa Maria, objeto de estudo deste TFG, apesar de localizado na zona sul, caracterizada como uma área dotada de maior suporte, sofre com a falta de infraestrutura, atrelada a todo tipo de serviço, especificamente o de lazer, que impossibilita um desenvolvimento da população que reside no local, como o que ocorre em todas as periferias de Aracaju. Além disso, estes, são condenados ao descaso e a violência sendo construídos, baseado no estigma de marginalização, violência e carência, por conta da falta de políticas públicas efetivas para as áreas.

Inserido nesse contexto, o Santa Maria se transformou em uma das regiões mais violentas da cidade de Aracaju, caracterizado pelas desigualdades e também pelo fato do bairro não apresentar atrativos que desvinculem essas pessoas do crime e da violência. A cultura do medo que se desenvolveu no bairro, gera ações instintivas de agressão e enfrentamento e de aprisionamento e reclusão da população em seus domicílios, mesmo estes, sabendo que dispõem do direito de ir e vir.

Á vista disso, as crianças no bairro Santa Maria, brincam e socializam em suas casas ou nas ruas, sem nenhuma estrutura, pelo bairro não dispor de um espaço que garanta essa diversão. Atrelado a isso, a renda familiar que já não é alta, influencia diretamente no lazer que essas pessoas e crianças obtém já que precisam se deslocar de

onde moram para poder conseguir se divertir e participar de atividades recreativas, sendo este um serviço relativamente caro já que a maioria das pessoas não vê lazer como uma necessidade, mas sim como um luxo.

De acordo com dados de 2019, obtidos na Secretária de Assistência Social, a maioria dos bairros com índices altos de crianças deficientes em Aracaju, são de bairros periféricos e que apresentam baixa renda, como visto anteriormente, nos dados da ONUBR, como Cidade Nova, Porto Dantas, Santos Dumont e Santa Maria, bairros estes, que já dispõem de um lazer público, sem acessibilidade, precário.

Para as crianças com deficiência, o panorama do lazer é ainda pior, já que a cidade de Aracaju, não apresenta *playgrounds* totalmente acessíveis e a maioria dessas crianças estão em bairro periféricos, que não dispõem de infraestrutura básica, além dessas famílias já terem que arcar com outros custos hospitalares específicos para cada deficiência (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de crianças deficientes x Renda familiar

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|------------------|--------------|----------|--------------|----------|-----------|--------------|------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|------------|-------------|------------|
| BAIRROS | 13 de Julho | 17 de Março | 18 do Forte | Aeroporto | América | Atalaia | Bugio | Capucho | Centro | Cidade Nova | Cirurgia | Coroa do Meio | Farolândia | Getúlio Vargas | Grageru | Inácio Barbosa | Industrial | Jabotiana | Japãozinho |
| TOTAL DE CRIANÇAS DEFICIENTES | 1 | 46 | 57 | 21 | 52 | 15 | 52 | 3 | 9 | 137 | 9 | 48 | 49 | 15 | 2 | 31 | 38 | 46 | 24 |
| RENDA MENSAL MÉDIA | 10.098,86 | - | 1596,53 | 3.133,92 | 1.261,11 | 4.633,67 | 1.529,47 | 943,24 | 3.842,53 | 1.261,47 | 3.289,23 | 3.610,47 | 3.141,78 | 2.106,31 | 6.724,91 | 4.039,80 | 1.535,49 | 3.394,51 | 878,33 |
| BAIRROS | Jardim Centenário | Jardins | José C. de Araújo | Lamarão | Luzia | Marivan | Novo Paraíso | Olaria | Palestina | Pereira Lobo | Ponto Novo | Porto Dantas | Salgado Filho | Santa Maria | Santo Antônio | Santos Dumont | São Carlos | São Conrado | São José |
| TOTAL DE CRIANÇAS DEFICIENTES | 33 | - | 33 | 66 | 20 | 5 | 23 | 88 | 6 | 8 | 41 | 97 | 4 | 196 | 14 | 129 | - | 78 | 5 |
| RENDA MENSAL MÉDIA | 1.122,34 | 13.852,16 | 1.949,46 | 986,28 | 4.589,58 | - | 1.594,84 | 1.083,40 | 1.593,84 | 3.924,61 | 3.191,33 | 814,54 | 7.899,78 | 843,38 | 2.194,77 | 1.252,15 | - | 2.053,18 | 5.949,68 |
| BAIRROS | Siqueira Campos | Soledade | Suíssa | Zona de Expansão | TOTAL | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DE CRIANÇAS DEFICIENTES | 37 | 33 | 10 | 70 | 1.651 | | | | | | | | | | | | | | |
| RENDA MENSAL MÉDIA | 2.384,38 | 1.105,03 | 4.784,45 | - | - | | | | | | | | | | | | | | |

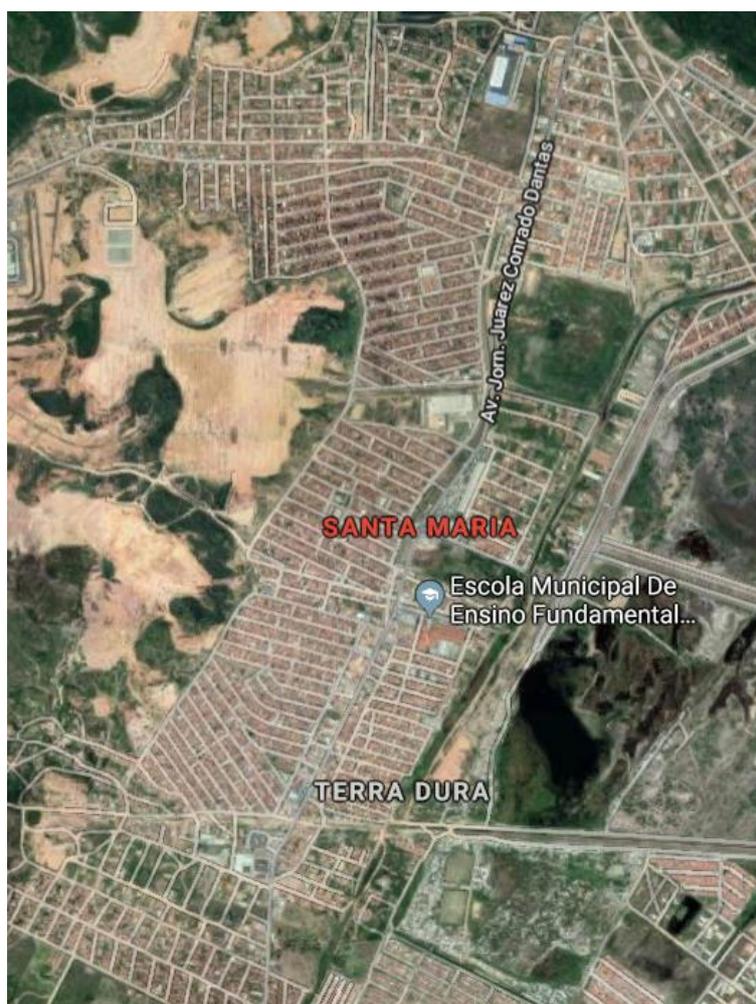
| | | |
|---------------|-----|----------|
| Cidade Nova | 137 | 1.261,47 |
| Porto Dantas | 97 | 814,54 |
| Santa Maria | 196 | 843,38 |
| Santos Dumont | 129 | 1.252,15 |

Fonte: Cecília Santos Sales, com dados da Secretária de Assistência Social, de 2019 e SEPLOG, de 2010

Inicialmente conhecido como Terra Dura, os primeiros moradores iniciaram a formação do bairro e tem orgulho desse nome, pois foi nesse local de chão descoberto e duro onde construíram suas casas e criaram os laços de formação social e pertencimento local. Segundo o relato de moradores, o bairro era caracterizado por sítios, onde havia poucas casas e alguns engenhos de cana de açúcar e na década 1930, os trabalhadores da plantação de cana se reuniram para construir o canal Santa Maria que corta todo o bairro e interliga os Rios Poxim e Vaza Barris (SEPLAN, 2004).

Depois dessa construção, várias famílias ocuparam essa área e construíram suas casas. Contrariando o traçado espontâneo que comumente marca este tipo de ocupação, o mapa atual mostra que essa região possui um traçado ortogonal, o que pode ser explicado pela implantação parcial de um plano de urbanização e de habitação para o local. Diante da falta de continuidade, às margens das estradas de barro delimitadas, foram surgindo as construções informais. (Figura 47).

Figura 47 - Traçado Urbano do Bairro Santa Maria



Fonte: Google Maps.

Essas casas se localizavam às margens do Canal, que não era poluído neste período e fazia toda a ligação comercial do bairro (VIEIRA, 2011).

O governo retomou as obras somente na década de 1980, com a implantação de conjuntos residenciais coordenados pela CEHOP (Companhia Estadual de Obras Públicas), quando havia muitas famílias de baixa-renda ocupando a região, ainda assim, não houve implantação de infraestrutura suficiente para a comunidade. Entre 2002 e 2004, foram realizadas obras de pavimentação, que não atenderam todo o bairro, e atualmente, 15 anos depois, ainda existem muitas estradas de terra.

O Santa Maria, hoje, é o bairro mais populoso de Aracaju, apresentando 33.475 habitantes, sendo 1458 deficientes, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos e sua população ainda vive em situação de alta vulnerabilidade social e enfrenta altos índices de violência e preconceito. Este, carece de equipamentos públicos e infraestrutura de qualidade, para que sua população possa se sentir vistos (SEPLOG, 2015).

O bairro apresenta poucas praças, como a Praça Mirassol, que dispõe de poucos brinquedos infantis e um espaço para atividade física (Figura 48), que não possui acessibilidade.

Figura 48 - Praça Marissol, no Bairro Santa Maria, 2017



Fonte: GOOGLE MAPS, 2019

Diante disso, se faz necessário, um investimento voltado inicialmente para esse tipo de infraestrutura. Com base no pensamento de Jan Gehl (2013, p. 38), entende-se que a praça e a rua são determinantes para a vida urbana, pois são nelas que as pessoas se encontram, caminham, se divertem, olham a cidade, etc., desenvolvendo assim, uma cidade segura e sem violência. Entretanto, mesmo quando essa infraestrutura não

acontece, as pessoas dão um jeito de viabilizar essas vivências na rua, na tentativa de ocupar e transformar o espaço.

Neste sentido, os moradores do Santa Maria resistem contra a discriminação e a falta de infraestrutura, e tentam ocupar os poucos espaços livres (terrenos baldios, praças e etc.) de várias formas. Como exemplo, podemos citar:

1 - Hortas feitas artesanalmente com pneus no intuito de evitar a depredação de espaços ociosos (Figura 49).

Figura 49 - Jardim de Pneus



Fonte: http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-do-santa-maria-transformam-area-de-lixo-em-praca-comunitaria/6853938/?mais_vistos=1

2 - O "Sarau da Quebrada" um evento criado para aproximar jovens, expor artes locais como grupos de danças, grafites, poesia e música.

3 - O ensaio de quadrilhas juninas e sua apresentação, porém sem um espaço adequado para isso.

4 - O projeto "Catadoras de Mangabas" marcado pela representatividade feminina, promovendo práticas sociais e sustentáveis, em busca também de uma autonomia econômica (Figura 50).

Figura 50 - Catadores de Mangaba

Fonte: <https://infonet.com.br/noticias/economia/catadores-de-mangaba-preocupados-com-futuro/>

5 - A utilização de pipas pelas crianças, porém ocupando ruas e espaços vazios.

4.2 DIAGNÓSTICO DO TERRENO

Conforme já mencionado, a escolha do bairro leva em consideração o expressivo número de deficientes que residem na localidade, além da ausência de praças e infraestrutura de lazer, que comprometem a qualidade de vida e a socialização dos moradores. Já a escolha do terreno decorre do desejo da população local, para implantação de uma praça em área inicialmente marcada pelo acúmulo de entulho, e que, pela iniciativa destes moradores, foi limpa e transformada em uma horta comunitária (Figura 51).

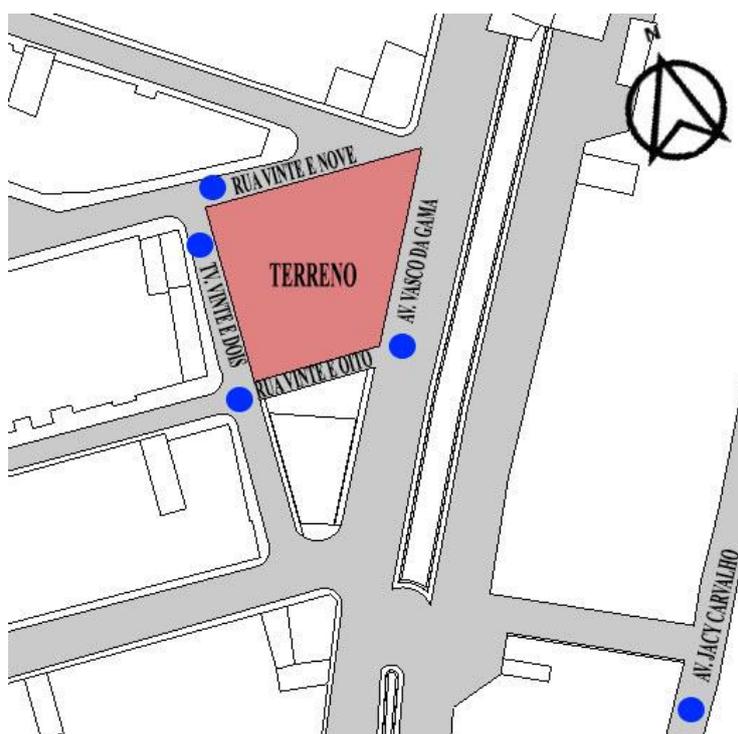
Figura 51 - Entulhos jogados no terreno em 2017



Fonte: Google Maps, 2019

O lote está alocado entre a Av. Vasco da Gama, a Travessa Vinte e Dois e a Rua Vinte e Nove que são de concreto e a Rua Vinte e Oito que é de terra. Apesar do seu entorno imediato apresentar características predominantemente residenciais, são identificados outros usos, a exemplo da Av. Jacy Carvalho, que possui uma escola, comércios e outros serviços. Além de interligar-se à Av. Alexandre Alcino, uma das mais importantes do bairro (Figura 52).

Figura 52 - Localização do terreno e seus limites



Fonte: AUTORA, 2019

Limitado a leste por uma canal e a norte, sul e oeste por residências, o terreno possui como pontos de referência comerciais e de serviços mais próximos o Gbarborsa, o Detran, a Indústria Oriental e a Escola de Esportes Professor Kardec.

A localização não tão próxima de pontos comerciais e sim residenciais, se formou como estratégia de utilização da praça pelas pessoas que convivem com o terreno, além de condomínios próximos já construídos e em construção, acarretando assim, um fluxo mais brando de veículos que se apresentem como poluição sonora e uma ameaça à segurança das crianças. Entretanto, como a área ainda está localizada próximo a Av. Jacy Carvalho, as pessoas conseguem chegar facilmente ao terreno, através de carros, ônibus e a pé (Figura 53 e 54).

Figura 53 – Pontos comerciais, de serviço, escolas e condomínios



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 54 – Fluxo de carros, pessoas e ônibus



Fonte: AUTORA, 2019

Com os estudos feitos acerca dos fluxos ao redor da praça, pode-se perceber que o fluxo de pessoas e de veículos é maior na Av. Vasco da Gama e vai ficando menor nas suas ruas laterais.

O terreno possui aproximadamente 1667,63m², com geometria irregular e relevo plano. A vegetação da área é na sua maioria constituída de grama, pequenos arbustos e na parte oeste, da plantação da horta feita pelos moradores. A planicidade do local e a vegetação rasteira serão facilitadores na implantação da praça, por não ser necessário grandes movimentos de terra. Já a horta, será realocada para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela comunidade (Figura 55).

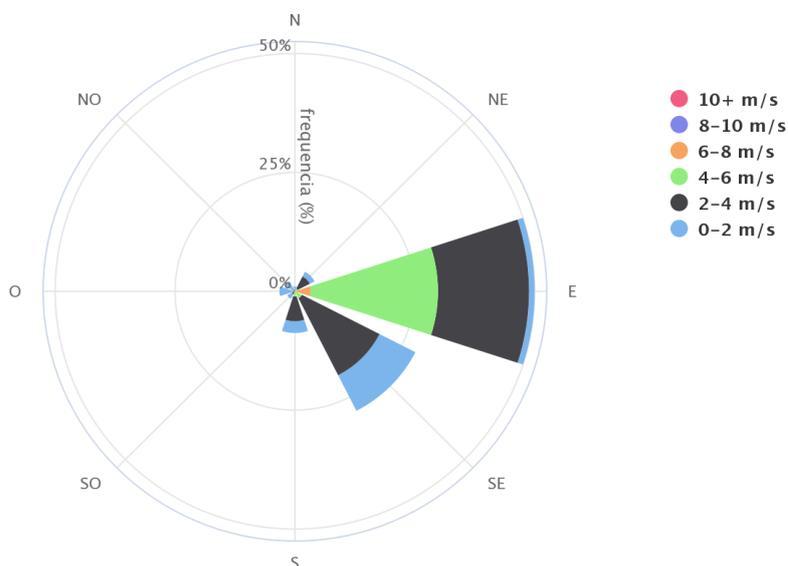
Figura 55 – Horta do terreno, feita pelos moradores do entorno



Fonte: AUTORA, 2019

Localizado em Aracaju, um município nordestino litorâneo, que faz fronteira com o Oceano Atlântico, o clima do terreno, assim como o da cidade é quente e úmido, com chuvas anuais elevadas, no meio do ano. Através dos dados do ano de 2016, obtidos no INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), pode-se perceber uma predominância dos ventos a leste e a sudeste de Aracaju (Figura 56).

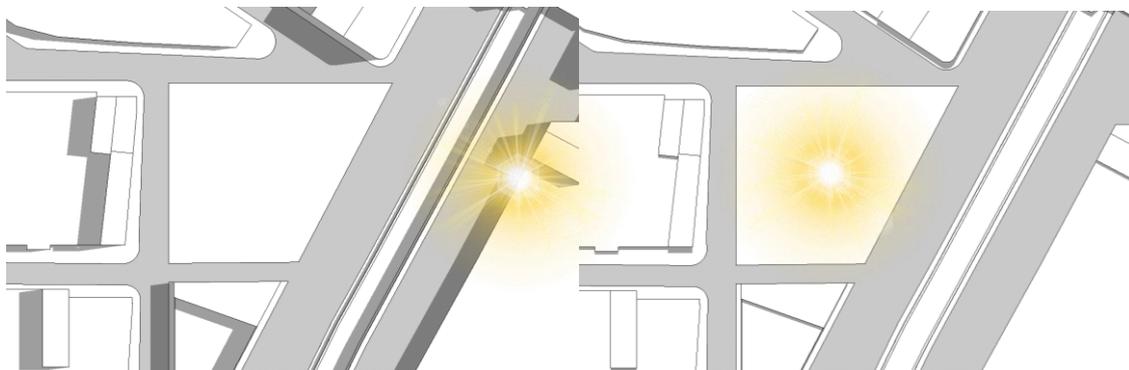
Figura 56 – Orientação dos ventos, através da rosa dos ventos, no município de Aracaju/SE



Fonte: INMET, 2019

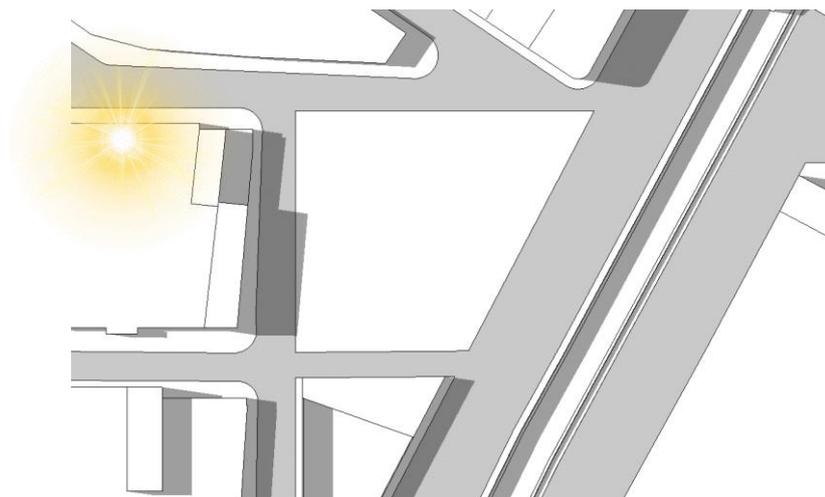
Diante dos dados climáticos e de ventilação, foi estudada a posição do sol incidente no terreno, em diferentes horários, para que se tivesse uma melhor visualização da posição de cada equipamento a ser inserido na praça (Figura 57 e 58).

Figura 57 - Estudo solar nos horários de 8:00 e 12:00



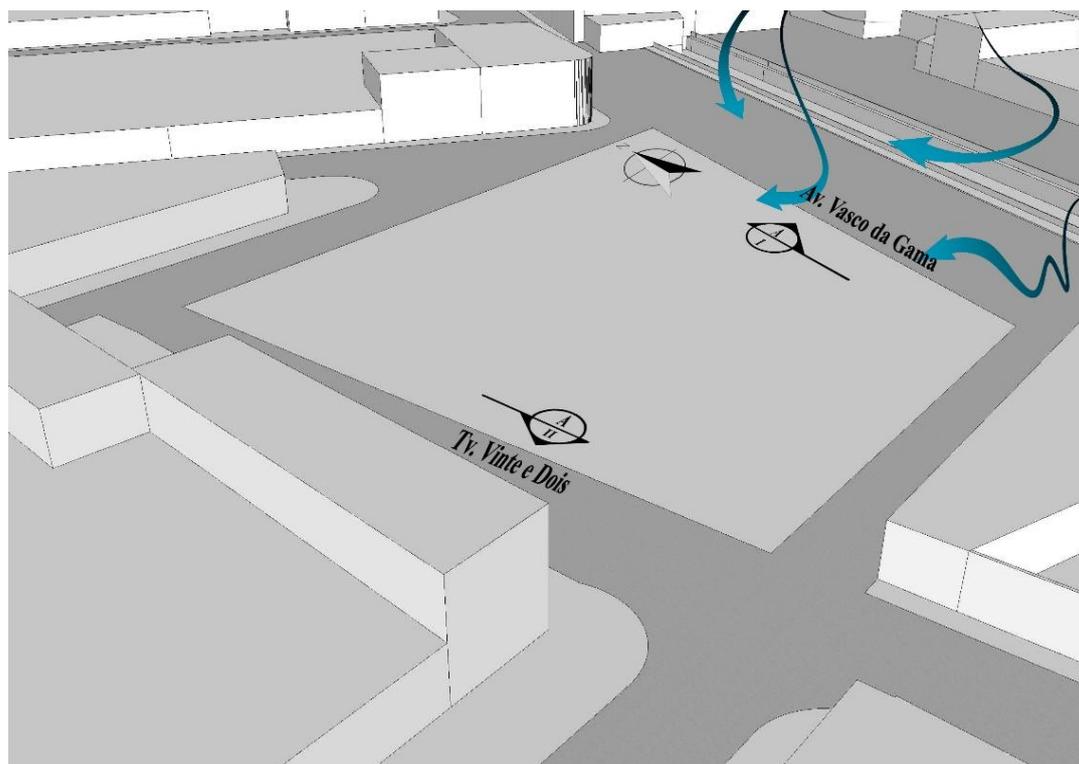
Fonte: AUTORA, 2019

Figura 58 - Estudo solar no horário de 16:00

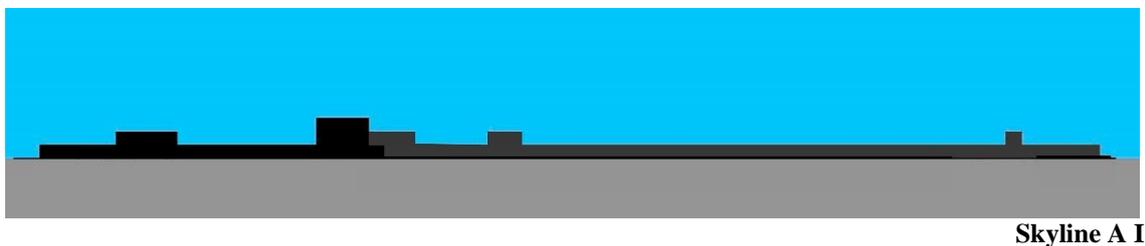


Fonte: AUTORA, 2019

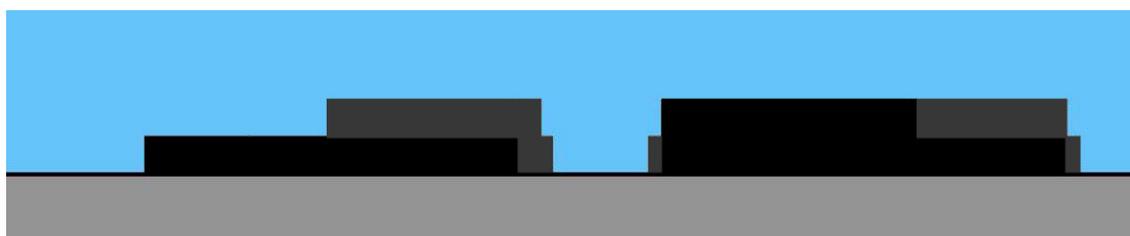
De acordo com o estudo desenvolvido, não há projeções de sombras do entorno imediato, por se localizar em uma área predominantemente residencial, com gabaritos de altura baixos, chegando a no máximo 3 pavimentos, entretanto, justamente por essa característica, o local é bem ventilado, não apresentando barreiras físicas que impeçam os ventos de atingirem a área (Figura 59 e 60).

Figura 59 – Incidência dos ventos no terreno

Fonte: AUTORA, 2019

Figura 60 – Skylines da Av. Vasco da Gama e da Tv. Vinte e Dois

Skyline A I



Skyline A II

Fonte: AUTORA, 2019

Apesar de dispor de uma canal muito próxima, o terreno apresenta sérios problemas de esgoto a céu aberto, assim como grande parte das ruas do bairro, inclusive a avenida principal, a Av. Alexandre Alcino, que também contém uma canal em seu percurso (Figura 61).

Figura 61 – Esgoto a céu aberto no terreno

Fonte: AUTORA, 2019

4.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidades e o pré-dimensionamento da praça, expostos no quadro a seguir, foram realizados a partir de entrevistas feitas com o público alvo, que são os pais de crianças com deficiência e pessoas com deficiência do bairro Santa Maria, que mostraram suas necessidades, suas vontades e as dificuldades que passam para ter lazer em Aracaju e no próprio bairro, tendo que se deslocar para se divertir. Além disso, foram realizadas oficinas com crianças com deficiência, para identificar o desenvolvimento de cada uma em relação a brincadeiras, quais brinquedos seriam mais agradáveis e preferíveis, sendo assim melhor utilizados para desenvolver os sentidos motores, cognitivos, a fisioterapia, a socialização, o aprendizado e especialmente a diversão.

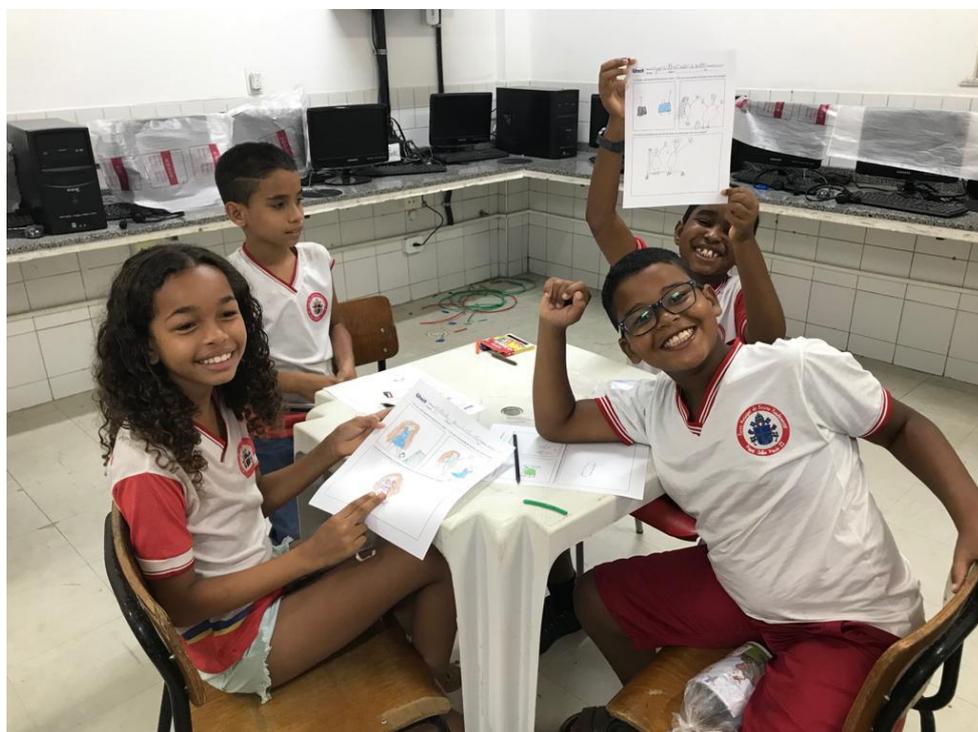
As oficinas se desenvolveram na Escola Municipal de Ensino Fundamental Papa João Paulo II e no Ciras (Centro Especializado em Reabilitação, tipo I e II), através de desenhos. As crianças receberam um kit com lápis, giz de cera, um caderno para colorir e balas e foram divididas em grupos por sala, para que além dos desenhos, pudesse haver um contato e uma conversa. (Figuras 62 e 63).

Figura 62 – Kits entregues as crianças



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 63 – Oficina realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Papa João Paulo II



Fonte: AUTORA, 2019

Os desenhos são sobre o que as crianças gostavam de brincar em casa, com os amigos e o que gostariam de brincar se fossem a uma praça. A maioria ilustra bolas, quadras, balanços e atividades ativas, até mesmo em casa (Figura 64).

Figura 64 – Desenho desenvolvido nas oficinas



Fonte: AUTORA, 2019

Diante disso, o dimensionamento foi feito a partir do projeto já elaborado, levando em consideração o que foi mais pedido entre as crianças, como é o caso da quadra, levando em conta a hierarquia dos ambientes, em que os espaços mais pedidos e com um foco maior, teriam áreas maiores e assim por diante. O quadro abaixo, descreve os espaços projetados, definindo seu uso (Tabela 2).

Tabela 2 – Quadro de Áreas do Programa de Necessidade e Pré-dimensionamento

| QUADRO DE ÁREAS DA PRAÇA | | |
|---|---|----------------------|
| AMBIENTE | USO | ÁREA |
| Parque infantil | Brinquedos acessíveis para o lazer das crianças | 512,44m ² |
| Quadra | Área para prática de esportes | 117,07m ² |
| Área de Pergolado | Área com redes e bancos para descanso | 26,38m ² |
| Área de Mesas | Mesas de jogos para os adultos | 114,60m ² |
| Parklets | Área com horta, bicicletário, mesas e bancos para conversas | 19,33m ² |
| Academia | Área com equipamentos acessíveis para a realização de exercícios | 20,01m ² |
| Horta | Espaço para a plantação de hortaliças, para consumo da comunidade | 49,14m ² |
| Bicicletário | Área para bicicletas | 9,40m ² |
| Estacionamento | Área reduzida para carros | 86,19m ² |
| Áreas verdes | Espaços que dão maior conforto ambiental a praça | 173,89m ² |
| Banheiros Feminino e Masculino acessíveis | Higiene pessoal | 7,95m ² |
| Piso | Caminhos | 390,58m ² |

Fonte: AUTORA, 2019

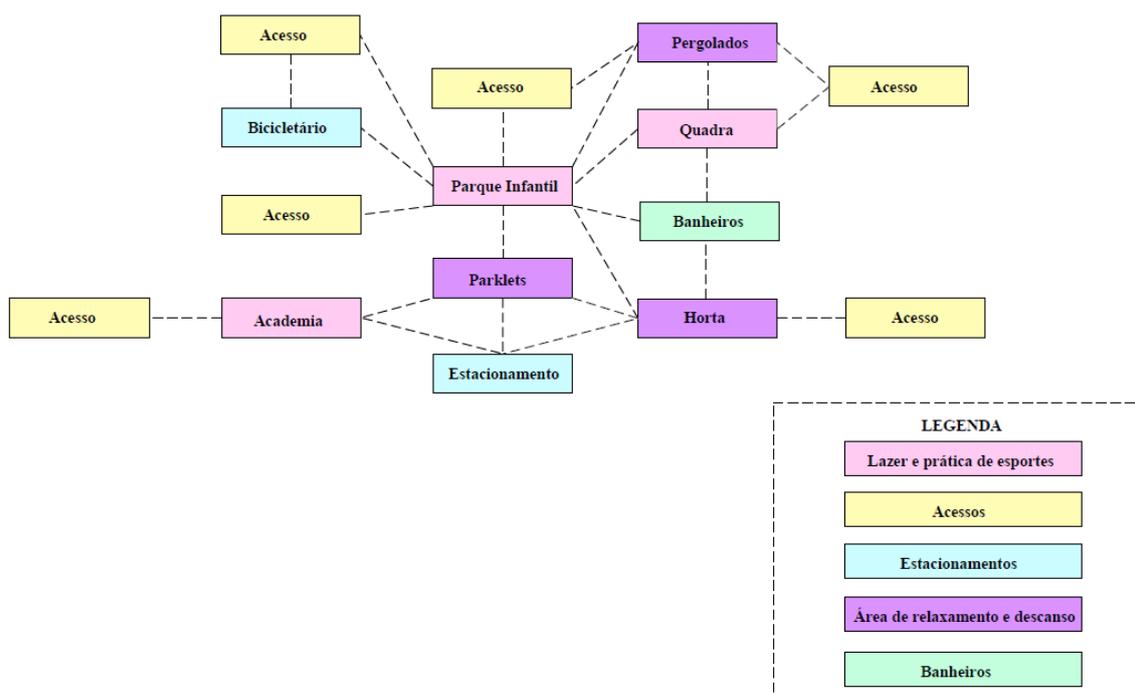
Sendo fiel ao conceito e incorporando ao projeto as necessidades do público alvo, foi inserido no pré-dimensionamento um estacionamento para carros, mesmo não sendo a prioridade projetual, em vista das pessoas com mobilidade reduzida que podem chegar de carro. Diante disso, o desenvolvimento do projeto, priorizou o aproveitamento máximo da área do lote e os usuários, não os automóveis. Por isso, foi feita uma redução no número de vagas de estacionamento, pelo que é especificado no plano diretor, gerando

a quantidade de 6 vagas, incluindo as vagas reservadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

4.4 FLUXOGRAMA

O projeto foi pensado para que de qualquer lugar, todas as pessoas tenham uma visão completa da praça e principalmente do parque infantil, para que os responsáveis pudessem ter um controle maior sobre as crianças. Diante disso, o fluxo do projeto foi elaborado de acordo com o programa de necessidades e o pré-dimensionamento, para um melhor entendimento dos percursos, da configuração espacial e de onde se localizariam os acessos da praça (Figura 65).

Figura 65 – Fluxograma e Setorização da Praça



Fonte: AUTORA, 2019

4.5 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

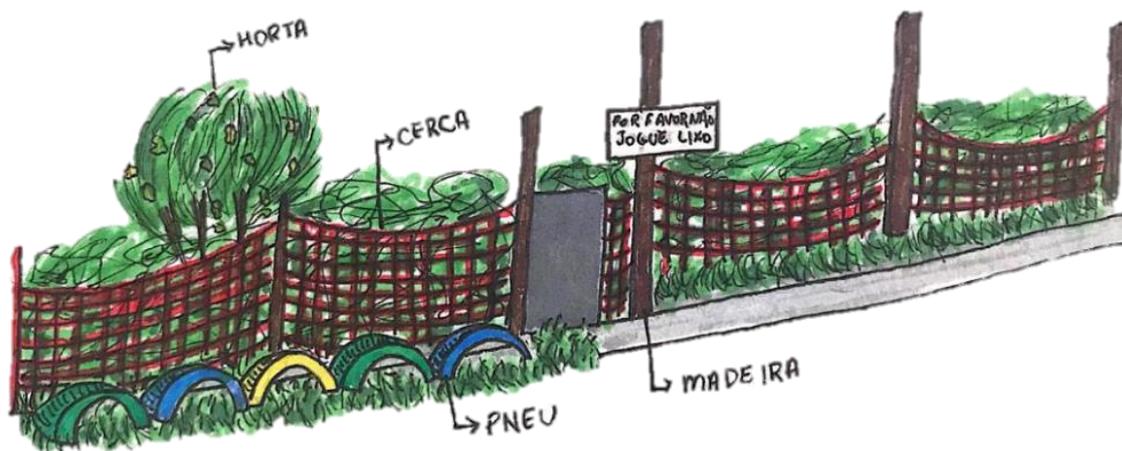
O conceito surgiu do contato com o público alvo, na intenção de criar algo novo e diferente do que já existe em Aracaju, acerca dos parques infantis. Um espaço que pudesse ocasionar o convívio entre diversas pessoas, que possuem pequenas oportunidades de lazer, em especial, entre crianças com e sem deficiência,

disponibilizando esse lazer para uma parcela da população que vive as margens do descaso. Além disso, o mesmo, também nasceu como forma de fazer com que as pessoas que irão utilizar a praça, se sintam independentes, autossuficientes e inclusos.

Diante disso, o conceito adotado foi de oportunidades iguais, tanto em relação a inclusão das pessoas com deficiência, como no mostrar que a periferia também é importante e tem o direito de obter a mesma infraestrutura de bairros com classes mais altas. O objetivo é que o projeto possa propiciar a sensação de acolhimento, gerando um espaço lúdico que proporcione várias outras sensações distintas, dispondo de acessibilidade e relaxamento diante da diversidade de pessoas.

A partir do que foi exposto, o partido arquitetônico foi pensado levando em consideração as necessidades dos usuários e o sentimento de pertencimento a ser gerado pelo projeto, para que não houvesse depredações ou que as pessoas não o utilizassem. De forma a alcançar esse objetivo, foram feitos croquis (Figura 66), com a intenção de absorver um pouco do que o terreno mostrava e passava, para que se pudesse conhecer a essência e assim desenvolver o desenho da praça, seus mobiliários e saber quais materiais poderiam ser utilizados ou inseridos de uma outra maneira.

Figura 66 – Croqui desenvolvido no terreno



Fonte: AUTORA, 2019

Há 4 materiais dispostos no terreno, que chamam atenção, são eles, a cerca, que serve para proteção, o pneu, muito utilizado pelos moradores do bairro, como estratégia de limpeza das ruas, pelo acúmulo de lixo em terrenos vazios e também para enfeitar (Figura 67), a madeira que serve de suporte e a horta, junto com o verde que é o alimento

e a natureza. Todos esses elementos foram incorporados ao projeto, alguns da mesma maneira encontrada e outros serviram como inspiração para a criação de novos mobiliários.

Figura 67 – Pneus como enfeite, no terreno e no Círas (Centro Especializado em Reabilitação, tipo I e II)



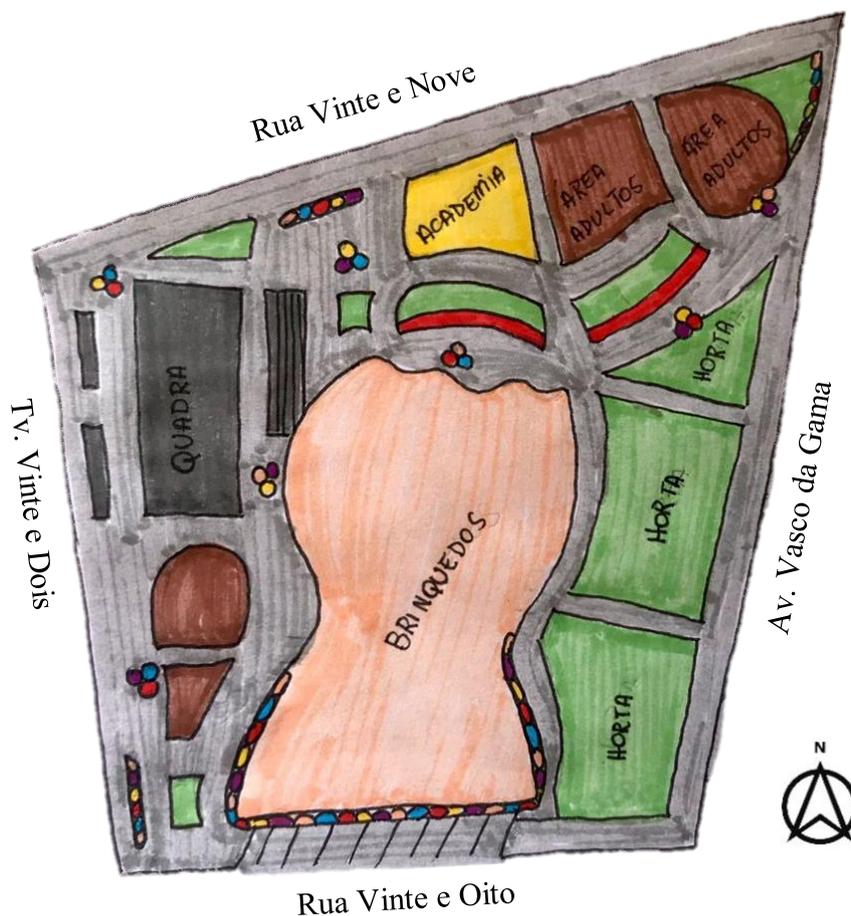
Fonte: AUTORA, 2019

Diante disso, surgem várias ideias, em que para realizá-las, foram articulados equipamentos e mobiliários, com os materiais já discutidos anteriormente, para atrair as massas e alcançar a sensação de pertencimento, acolhimento e relaxamento que foi discutido.

A primeira é a participação da população residente, na construção da praça e na busca por materiais, a segunda de desenvolver um desenho na praça, que chame atenção, seja atrativo e colorido, influenciando as pessoas a irem conhecer e que seja de fácil locomoção e visualização, com espaços e usos predeterminados, por onde as pessoas possam circular livremente.

Dessa forma, foram elaborados croquis do desenho da praça, com o intuito de chamar as pessoas de fora para dentro. No início, a tendência inicial era de atender ao programa de necessidades isoladamente (Figura 68).

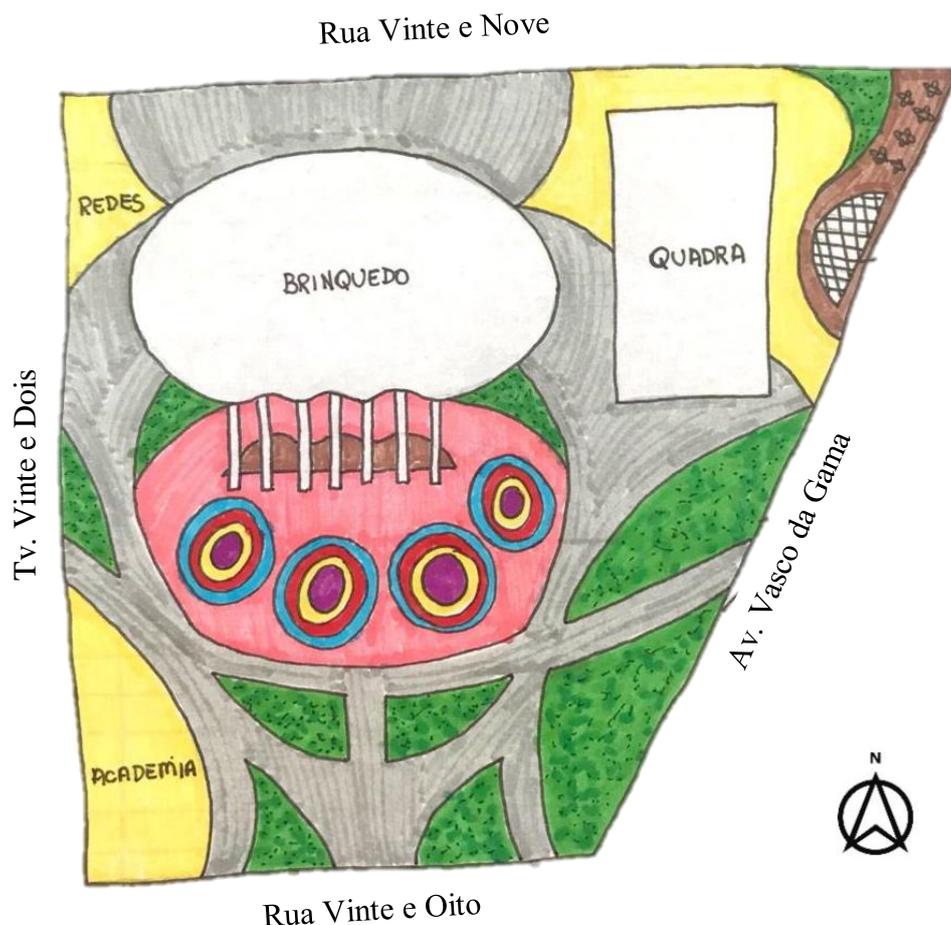
Figura 68 – Desenho Inicial da Praça



Fonte: AUTORA, 2019

Com a continuação do desenvolvimento do projeto e constantes estudos, algumas alterações foram sendo feitas, com a intenção de integrar os brinquedos e definir as atividades por áreas, para que se obtivesse um resultado satisfatório diante dos objetivos buscados, unindo os primeiros esboços com um projeto mais bem pensado e repensado (Figuras 69).

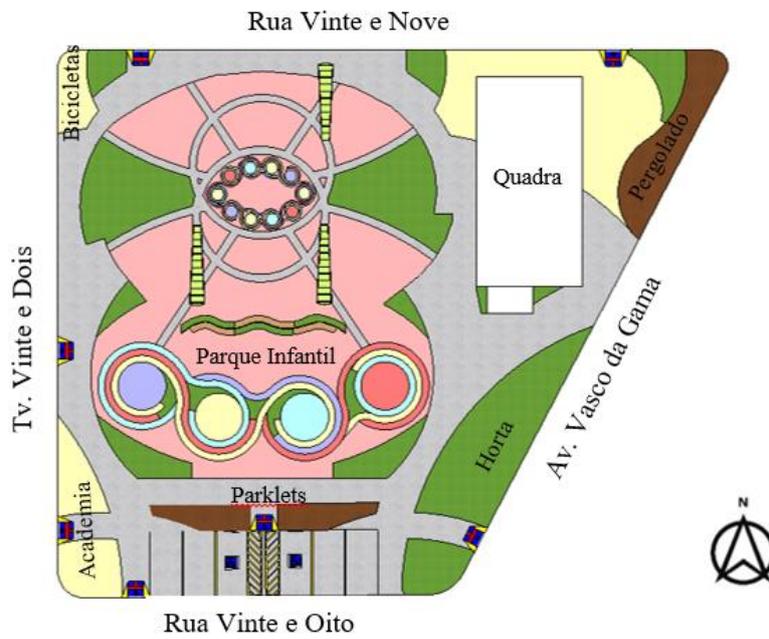
Figura 69 – Croqui do desenho da praça



Fonte: AUTORA, 2019

Diante disso e seguindo as propostas idealizadas, a implantação da praça foi pensada de forma a priorizar as crianças, mas não esquecer de quem os leva até ela (Figura 70). Assim sendo, a praça detém de parque infantil com quadra, espaços de descanso, para os adultos, com parklets, pergolados, área de mesas de jogos e uma horta, o bicicletário e as áreas verdes. A partir dos espaços definidos, o parque infantil, juntamente com a quadra foi colocada no centro da praça, para que chamasse a atenção e desse ênfase ao lazer infantil, além de ser uma área que é vista de todos os ângulos da praça, dando uma segurança maior aos responsáveis. As outras atividades foram colocadas nas laterais da praça, próximos às ruas, para uma maior proteção, já que são áreas que normalmente as crianças não utilizam. A horta, o pergolado e a área de mesas estão localizadas na lateral leste do terreno, os parklets estão a sul, impedindo o acesso das crianças as vagas de estacionamento e a academia e o bicicletário estão a oeste do mesmo.

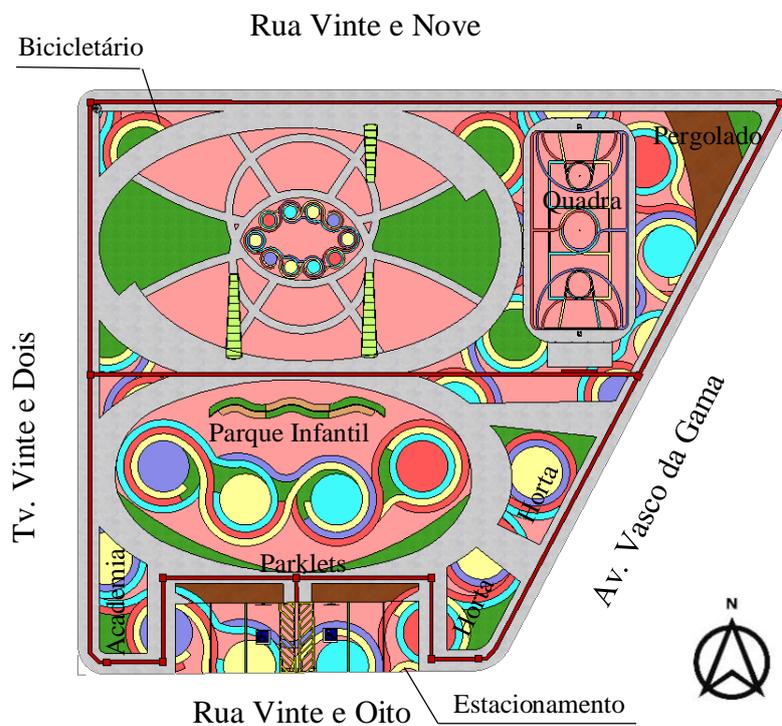
Figura 70 – Desenho da praça



Fonte: AUTORA, 2019

Com o desenho do parque infantil desenvolvido, foi pensado em uma forma de reverberar esse desenho para as outras partes da praça, dando vida a mesma, integrando os ambientes e criando uma unidade para todas as áreas (Figura 71).

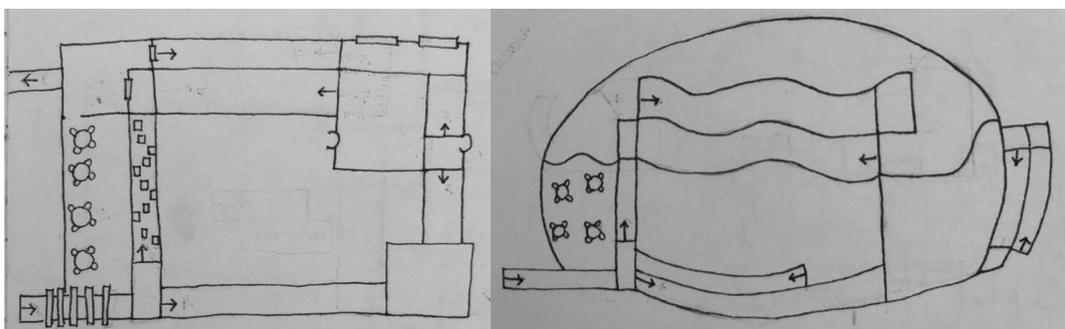
Figura 71 – Desenho final da praça



Fonte: AUTORA, 2019

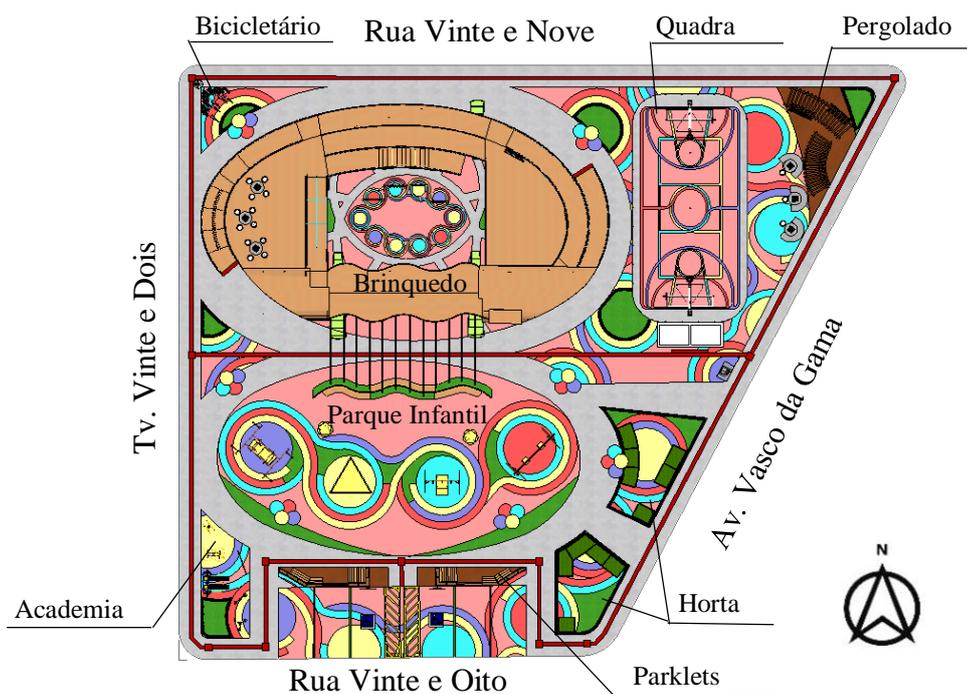
O brinquedo proposto no parque infantil foi baseado na implantação desenvolvida e nos seus materiais, em que os croquis que foram sendo feitos, iam sendo modificados (Figuras 72 e 73), com base nas referências de projeto discutidas anteriormente, utilizando o brinquedão como referência de espaço e forma, com o intuito de fazer um brinquedo elevado, de onde os pais tenham total visibilidade das crianças e onde as próprias crianças, seja com deficiência ou não, tenham autonomia e segurança para brincar e os parques do ALPAPATO como referência nos tipos de brinquedos inserido, para um melhor entendimento de como o brinquedo iria influenciar na brincadeira, no aprendizado e no desenvolvimento motor e cognitivo, além de como ele iria se encaixar no desenho da praça.

Figura 72 – Croquis do brinquedo elevado



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 73 – Planta final do brinquedo elevado, inserido no desenho da praça



Fonte: AUTORA, 2019

Os materiais utilizados no brinquedo elevado fazem referência ao primeiro croqui desenvolvido no terreno, utilizando a madeira como base e sustentação e a corda como proteção, no guarda corpo, remetendo a cerca existente no terreno e a rede de escalar colocada em alguns playgrounds (Figuras 74 e 75).

Figura 74 – Rede de escalar



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 75 – Maquete do brinquedo elevado com materiais utilizados



Fonte: AUTORA, 2019

As atividades inseridas no brinquedo elevado, levaram em consideração o desenvolvimento das funções motoras, visuais, auditivas e cognitivas. Nessa situação, foi colocado um brinquedo com relevos de jogo da velha, tambores, xilofone, desníveis que estimulam o equilíbrio, brinquedos que desenvolvem a parte motora e etc. (Figuras 76 e 77).

Figura 76 – Rampa Ondulada



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 77 - Xilofone



Fonte: AUTORA, 2019

Alguns brinquedos vistos no estudo de caso do ALPAPATO, também foram inseridos no projeto, como o Trepa-trepa, o Balanço tipo Astronauta, o Espelho Caleidoscópico, o Girassol Oscilante, o Painei Espelho Distorçor, o Painei Pictograma, o Painei Xilofone, o Painei Ábaco e o Balanço Frontal, sendo modificados nas cores e nas figuras do painei pictograma, com a inserção de relevo nos desenhos (Figuras 78 e 79).

Figura 78 – Brinquedos dos estudos de caso



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 79 – Brinquedos do estudo de caso



Fonte: AUTORA, 2019

Na quadra, para que a mesma se integrasse com o desenho da praça e não ficasse muito destoante, já que o desenho apresenta muitas curvas e a quadra é um enorme retângulo, a mesma, teve suas quinas arredondadas para ser melhor enquadrada nesse desenho, além de ser pintada e desenvolvida com as mesmas linhas, cores e perfil do restante (Figura 80).

Figura 80 - Quadra integrada ao desenho da praça



Fonte: AUTORA, 2019

O espaço de descanso traz à tona a ideia de espaços predefinidos, acolhimento e relaxamento, discutidos no desenho da praça, mas agora em forma de setores propícios ao descanso, com pergolados, redes, parklets e mesas de jogos (Figura 81).

Figura 81 – Parklet inserido no projeto



Fonte: AUTORA, 2019

O bicicletário e as áreas verdes surgem com a inserção dos pneus como fechamento e enfeite, além de mobiliários em forma de bancos (Figura 82).

Figura 82 – Bicletário desenvolvido com pneus

Fonte: AUTORA, 2019

As outras ideias se voltaram para o entorno, com modificações que beneficiariam o caminhar até a praça, com a colocação de rampas, piso tátil, faixas de pedestres, asfaltando a Rua Vinte e Oito, consertando o esgoto a céu aberto existente próximo ao terreno e inserindo e aumentando calçadas que necessitavam (Figura 83).

Figura 83 – Proposta do entorno

Fonte: AUTORA, 2019

Foi colocada uma faixa central na Av. Vasco da Gama, para que a praça tenha uma entrada, onde ficará o mapa tátil, já que está é a parte mais movimentada do terreno.

Nas ruas Vinte e Oito e Vinte e Nove, as faixas foram inseridas em cada ponta, para haver um melhor caminhar das pessoas, sem a necessidade de tantos deslocamentos e na Travessa Vinte e Dois, também foi colocada uma faixa central.

As faixas de pedestres inseridas no projeto foram inspiradas nas intervenções feitas em Plueba, no México (Figura 84), com o intuito de propor desenhos que chamem atenção para estas, instigando as pessoas a cumprirem e respeitarem a sinalização, já que as ruas se configuram como a parte mais perigosa do entorno do terreno.

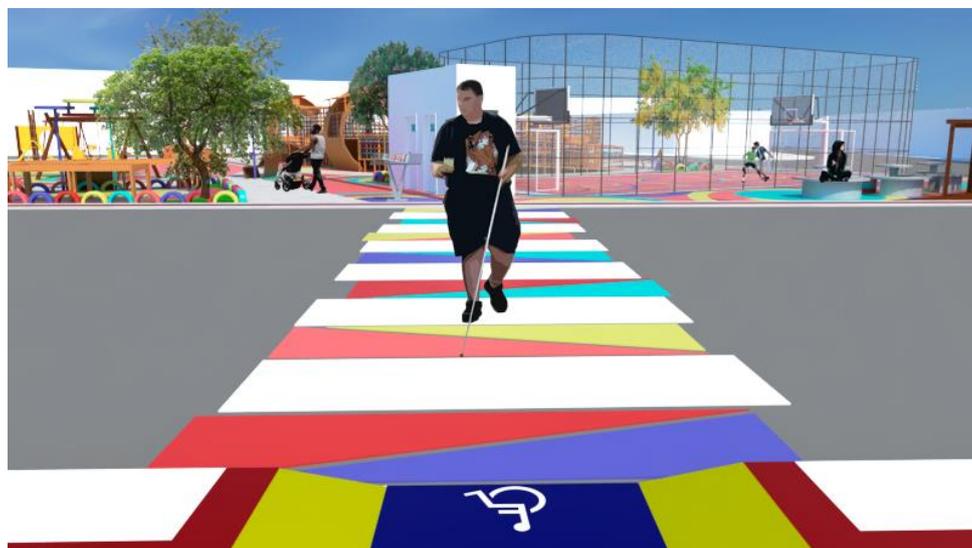
Figura 84 – Intervenções em faixas de pedestres, em Plueba, no México.



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/770586/intervencoes-em-faixas-de-pedestres-em-puebla-mexico>

Diante disso, foram desenvolvidos dois desenhos de faixas de pedestres, que serão alocadas na Travessa Vinte e Dois e na Av. Vasco da Gama (Figuras 85 e 86).

Figura 85 – Faixa de pedestres da Av. Vasco da Gama



Fonte: AUTORA, 2019

Figura 86 – Faixa de pedestres da Tv. Vinte e Dois



Fonte: AUTORA, 2019

Para uma melhor acessibilidade também foi pensado no rebaixamento total da praça, deixando-a no mesmo nível da rua, onde serão modificados os pisos para que se diferencie onde se inicia a praça e onde termina a rua. Além disso os equipamentos foram colocados como barreiras para que os carros não ultrapassem o limite da praça.

Já a ideia da horta, foi deixá-la o mais acessível possível. Diante disso, foi pensado em uma horta elevada, que ficaria exposta e sustentada a partir de pallets (Figura 87).

Figura 87 – Horta elevada



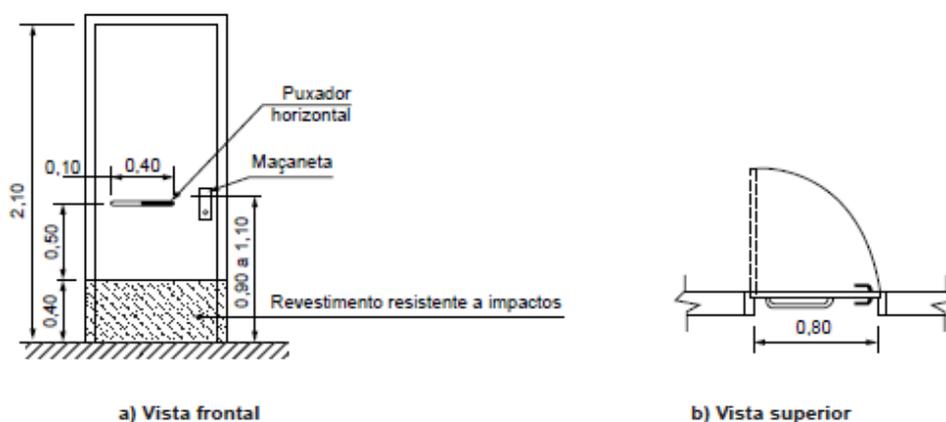
Fonte: AUTORA, 2019

4.6 CONDICIONANTES LEGAIS

Com a intenção de cumprir com as exigências propostas por órgãos licenciados, foram avaliados documentos como a NBR 9050/2015, que estabelece acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e a NBR 16071-3, que discute requisitos de segurança para pisos absorventes de impacto.

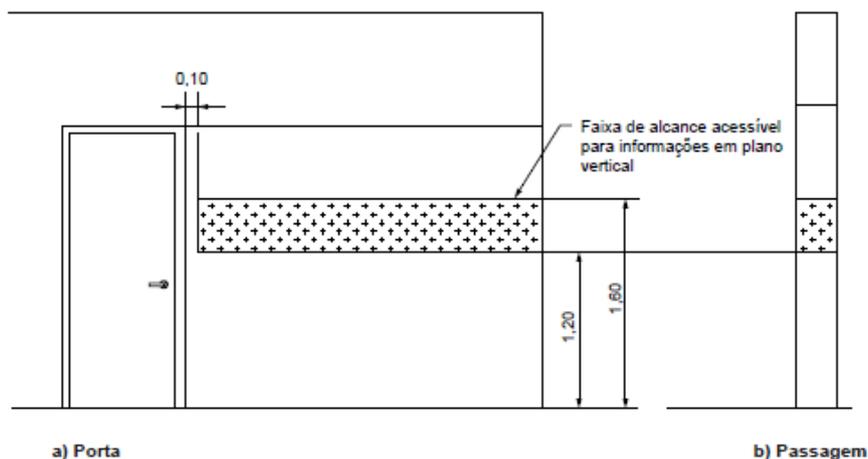
De acordo com a norma de acessibilidade, os banheiros dispostos devem ter áreas mínimas de circulação com raio de 1.50m, para que o cadeirante possa fazer uma rotação de 360°. O P.N.E, ainda deve conter barras de apoio com altura de .60m para que crianças também possam utilizar, porta com aberta para fora, revestimento resistente a impactos e dimensão mínima de .80m, puxador horizontal e maçaneta, com alturas descritas na Figura 88 e sinalização para informações em braile, mostrada na Figura 89.

Figura 88 – Especificações da porta do P.N.E (dimensão em metros)



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

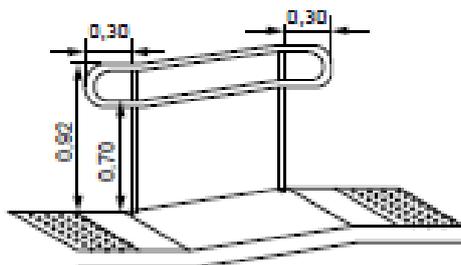
Figura 89 – Sinalização da porta (dimensão em metros)



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

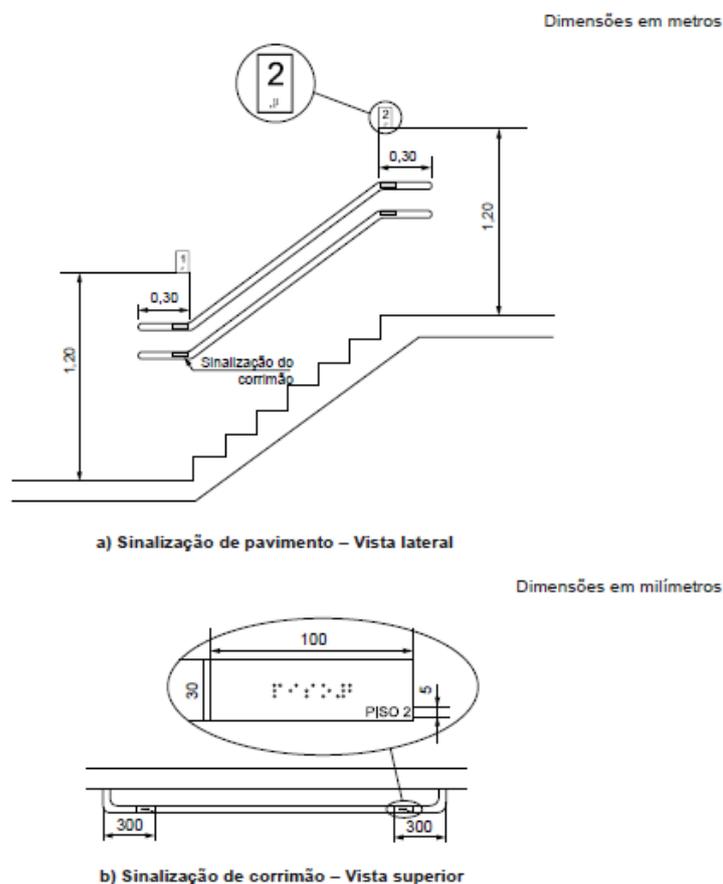
Já as rampas colocadas em projeto devem ter inclinação máxima de 8,33% e largura mínima de 1.20m por conta do fluxo de pessoas, regra que também é adotada para os patamares. O corrimão, da mesma deve ser de material rígido, colocado nos dois lados e pode ser acoplado nos guarda-corpos. Este ainda deve conter uma sinalização de patamar no início e no fim da sua extensão (Figuras 90 e 91).

Figura 90 – Corrimão da rampa (dimensão em metros)



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

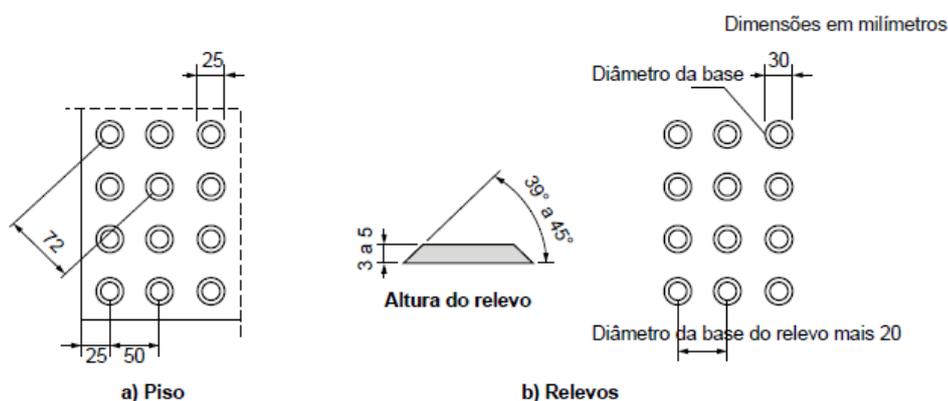
Figura 91 – Sinalização de pavimento e corrimão



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

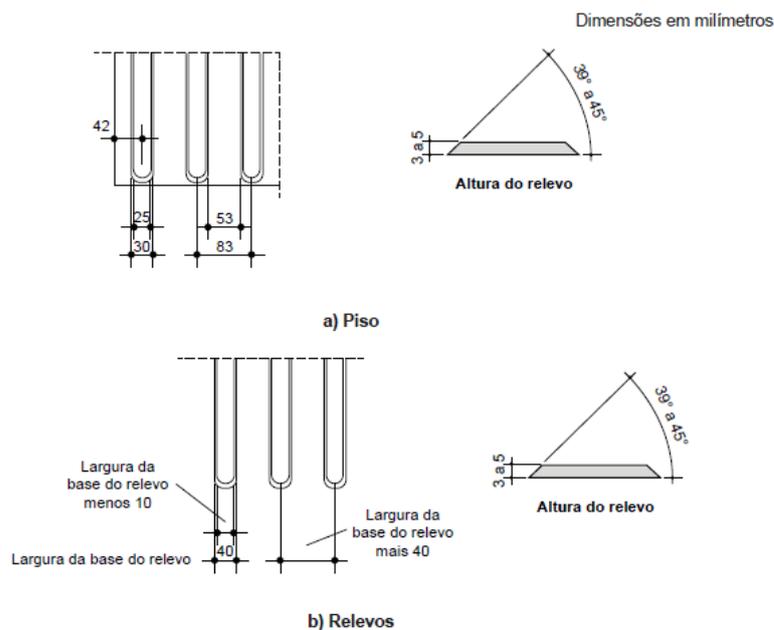
O piso tátil inserido, deve ter uma cor contrastante e perceptível, em relação ao restante, em que o piso tátil direcional é colocado no sentido do deslocamento e o piso tátil de alerta, na indicação de mudança de direção, no início e término de desníveis, no caso de rampas, por exemplo, na indicação de travessia de pedestres, em faixas elevadas e rebaixamento de calçadas e na indicação de risco permanente (Figura 92 e 93).

Figura 92 – Sinalização tátil de alerta



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

Figura 93 – Sinalização tátil de direção

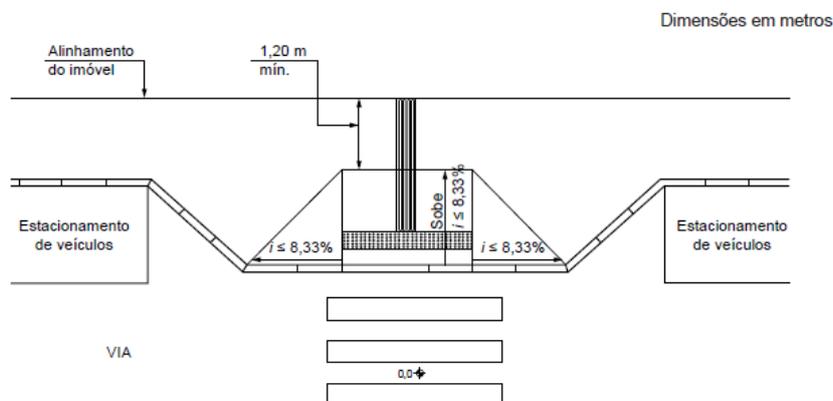


Fonte: ABNT NBR 9050:2015

Além do piso tátil, a NBR 9050/2015 também discute os pisos em geral, especificando-os como tendo que ser regulares, firmes, estáveis e antiderrapantes. Esse

piso deve dispor de largura mínima livre para pedestres de 1.20m e ser acessível em todos os acessos, ou seja, com rampas (Figura 94).

Figura 94 – Especificação de rebaixamento de calçada



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

A NBR 16071-3 especifica que o piso do playground deve conter proteção anti-impacto, podendo ser de borracha, com espessura de 20mm para brinquedos com altura de até 1.50m, além de definir a distância de 1.30m entre os mesmos.

Frisando as principais especificações na NBR 9050/2015, foram separados mais alguns itens que influenciaram no projeto:

- Os planos e mapas acessíveis são representações visuais, táteis e/ou sonoras que servem para orientação e localização de lugares, rotas, fenômenos geográficos, cartográficos e espaciais.
- As vagas reservadas para idosos ou para pessoas com deficiência em vias e logradouros públicos devem ser sinalizadas (Figura 95).

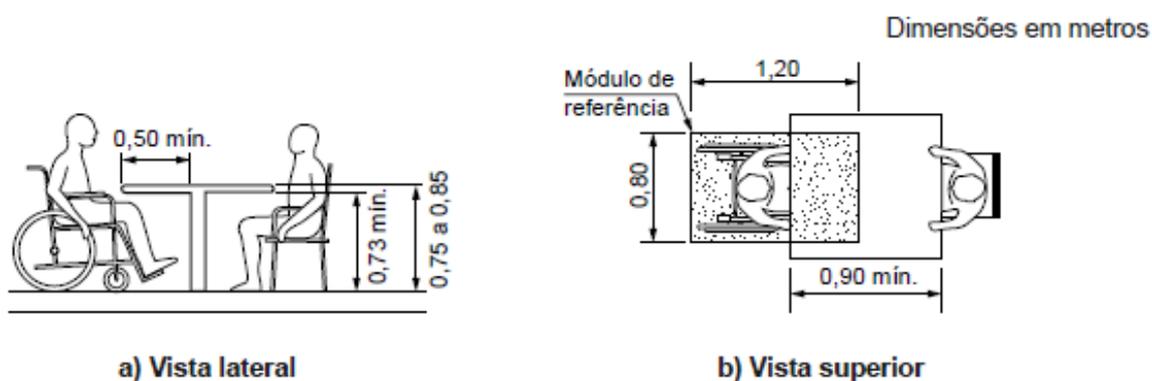
Figura 95 – Placa para sinalização de vaga reservada para pessoas com deficiência



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

- O bebedouro de altura de bica de 0,90m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso acabado, e deve ser garantido um módulo de referência para a aproximação frontal.
- Deve ser assegurada altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73m, com profundidade livre mínima de 0,50m, de modo que a pessoa com cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície (Figura 96).

Figura 96 – Medidas e área de aproximação de mesas



Fonte: ABNT NBR 9050:2015

4.7 PROPOSTA DE PAISAGISMO

O paisagismo foi elaborado de forma a gerar sensações despertando os sentidos. Os pré-requisitos para a escolha das vegetações foram, principalmente, se elas eram próprias para o plantio no Nordeste, se elas ofereceriam sombra, se não quebrariam o piso com suas raízes, se não precisariam de muitos cuidados e se gerariam alguma sensação, seja ela tátil, visual, olfativa ou degustativa.

As árvores que foram inseridas nas áreas verdes do terreno foram a Jasmim Manga que apresenta um perfume parecido com o jasmim e a Chuva de Ouro que dispõe de um aroma que remete ao alcaçuz, além de vegetações como o lírio da paz, o mini abacaxi roxo, a azulzinha e a bromélia, que formaram um desenho cheio de cor por toda a praça, além disso, a azulzinha e o lírio da paz também ficaram embaixo do brinquedo e das árvores, pois estas se adaptam a locais com sombra.

Como a horta é elevada, os vegetais escolhidos levaram em consideração a adaptação a uma certa altura de terra, que seria mais ou menos 15 centímetros. Diante do exposto, foram inseridos alface, couve, cebolinha, repolho roxo, agrião, salsa, salsinha,

orégano, manjeriçao e hortelã. Além disso, foram inseridas algumas árvores frutíferas na área da horta como a jabuticabeira e pés de acerola, laranja e limão.



Fonte: AUTORA, 2019



Fonte: AUTORA, 2019

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um estudo realizado na cidade de Aracaju e no Bairro Santa Maria, percebeu-se a ausência de espaços destinados ao lazer universal e a falta de infraestrutura em bairros periféricos. Com isso, faz-se necessário a realização do anteprojeto de inserção de acessibilidade urbana e mobiliário universal voltado para o público infantil, que tem como objetivo propor um espaço adequado de lazer que permita a interação entre crianças com e sem deficiência e onde elas aprendam brincando, de uma forma lúdica, segura e confortável.

O aprofundamento do conhecimento acerca da história da acessibilidade e de que forma ela se encontra hoje em dia, é importante para que se entenda que os conceitos estabelecidos ao longo do tempo carregam um peso na luta pela inclusão. As atividades lúdicas entre crianças com e sem deficiência são ferramentas muito importantes para a luta contra o preconceito e o playground acessível é a peça chave para essa interação, com atividades e brinquedos que incluam a todos.

Analisando os espaços visitados, dedicados ao lazer em Aracaju, foi possível identificar pontos positivos e negativos na sua forma de tratar a acessibilidade. Observou-se a ausência de mobiliários para o uso de crianças com deficiência, além de não cumprir com várias especificações da NBR 9050. Já em São Paulo, destacaram-se o projeto ALPAPATO, que desenvolve parques acessíveis e o Brinquedão, playground universal no Parque Ibirapuera, por trazer a brincadeira para todos os públicos.

Objetivando um melhor resultado, foram realizadas pesquisas através de questionários aos pais de crianças com deficiência e adultos com deficiência e oficinas aplicadas a crianças com deficiência. Os resultados obtidos demonstram as dificuldades que essas pessoas enfrentam para se divertir, além de mostrar as necessidades de lazer do bairro e das crianças.

Com o conhecimento das problemáticas culturais e estruturais acerca da acessibilidade, foi possível aplicar de maneira prática e eficiente o anteprojeto. O objeto final resultou da compatibilização das pesquisas, dos assuntos relevantes tratados e das necessidades que o tema e a demanda local exigiam. A ideia proposta inicialmente como temática foi alcançada com êxito, assim como as soluções espaciais e de acessibilidade, conseguindo assim implantar todo o programa da forma proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES. André Amadeu dos Santos. **Doenças relacionadas ao trabalho e suas consequências na atenção à saúde**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017;

ALEX, Sun. **Projeto da Praça. Convívio e Exclusão no Espaço Público**. 2ª ed. Editora Senac, São Paulo, 2008;

Arquivos climáticos INMET 2019. Disponível em: <<http://www.labee.ufsc.br/downloads/arquivos-climaticos/inmet2016>>. Acesso em 04/10/2019;

BRASIL. **ABNT NBR 16071-3:2012 Versão corrigida: 2012**. Playgrounds - Parte 3: Requisitos de segurança para pisos absorventes de impacto. São Paulo, 2 de outubro de 2012;

BRASIL. **ABNT NBR 9050:2015**. 3 ed. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2015;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF;

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamentação das Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2004;

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF;

BRASIL. **Lei federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, nov. 2000;

BRASIL. **Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2000;

BRASIL. **Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009.** Determina a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, julho 2009;

BUENO, J. G. S. **A produção social da identidade do anormal** In: FREITAS, M. C. (org.). *História Social da Infância no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 163-185;

CAMBIAGHI, Silvana; CARLETTO, Ana Claudia. **Desenho Universal: Um Conceito Para Todos.** Mara Gabrielli, 2016;

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas.** 2007;

CAROLINA, Ana. **A influência da mídia na sociedade.** Intercultural News, 2018. Disponível em :< <https://www.interculturalnews.com.br/2018/04/a-influencia-da-midia-na-sociedade.html>>. Acesso em: 23 agosto 2019;

CORIAT, L. centro. **Escritos da Criança.** Revista do Centro Lydia Coriat. Porto Alegre, nº 4, 1996;

FIGINI, Lidia. **Espacio libre de barreras: diseno universal.** 1ª ed. Buenos Aires: Nobuko, 2006;

FRANK, Eduardo. **Vejez, arquitectura y sociedad.** Buenos Aires: Ediciones Paradiso, 1998;

G1 PE. **Recife ganha primeiro parque totalmente adaptado para crianças com necessidades especiais.** 04 abril 2017. Disponível em:< <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/recife-ganha-primeiro-parque-totalmente->

adaptado-para-criancas-com-necessidades-especiais.ghtml>. Acesso em: 07 julho 2019 às 16:16;

GARCIA, Vera. **Mídia: inimiga ou aliada da pessoa com deficiência?**. Deficiente Ciente, 01 mar. 2012. Disponível em:< <https://www.deficienteciente.com.br/midia-inimiga-ou-aliada-da-pessoa-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 23 agosto 2019;

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013;

Guia De Acessibilidade: Espaço Público E Edificações. 1 ed./Elaboração: Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2008;

GUIMARAES, Marcelo P. **O papel social ativo através da arquitetura**. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico. Anais do... Brasília: CORDE, 1994. 214 p., p. 90-92;

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste; arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado de Desenvolvimento Urbano, 1976;

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019;

INFONET: **Lei Municipal nº 4.867/2017 entra em vigor em Aracaju**. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/politica/lei-municipal-no-4-867-2017-entra-em-vigor-em-aracaju/>> Acesso em: 15 agosto 2019;

LAO Design e Engenharia. **Ibirapuera ganha playground ecológico e acessível**. 04 jan. 2013. Disponível em:<<http://laoengenharia.com.br/blog/?p=153>>. Acesso em: 20 agosto 2019;

LAO Design e Engenharia. **LAO na REATECH 2015**. 11 abril 2015. Disponível em: <<http://laoengenharia.com.br/blog/>>. Acesso em: 31 agosto 2019;

LAWTON, S. 2005. **Fundamentos Web**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10500/10500_11.PDF>. Acesso em: 25 fev. 2019;

LEAL, Daniela. **Pensando a criança com deficiência: Infância Normal ou “Deficiente”?**. Revista Acadêmica Online. Disponível em: <<https://www.revistaacademicaonline.com/products/pensando-a-crianca-com-deficiencia-infancia-normal-ou-deficiente/>>. Acesso em: 28 fev. 2019;

LEITE, Leticia. **Conheça o projeto Parque Anna Laura Para Todos**. Agosto, 2018. Disponível em: <<https://www.portalacesse.com/2018/08/14/conheca-o-projeto-anna-laura-parque-para-todos/>>. Acesso em: 07 de julho de 2019 às 14:56;

LOURENÇO, C. S.; MENDONÇA, A. C. S.; REIS, A. A. **Acessibilidade para cadeirantes em parques/espços de lazer em Aracaju/Sergipe**. GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade, 2017;

Magazine Mirante. **Conheça o ALPAPATO, um projeto de parque inclusivo para pessoas com deficiência**. 3 dez. 2018. Disponível em: <<https://miranttemagazine.com.br/portal/cultura-e-lazer/conheca-o-alpapato-um-projeto-de-parque-inclusivo-para-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 07 julho 2019;

MAIOR, Izabel Loureiro (2004). **"Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social"**. Disponível em: <http://www.ame-sp.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=210:acessibilidade-uma-chave-para-a-inclusao-social&catid=5:acessibilidade>. Acesso em: 25 fev. 2019;

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos de Lazer – Uma Introdução**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 1996 - (Coleção educação física e esportes). ISBN 85-85701-37-4;

MEZZAROBA, Cristiano. **Projeto Orla: Estruturas, equipamentos e usos da Orla na Praia de Atalaia, em Aracaju/SE**, 2011. Disponível em: <<http://vitormarinho.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/359/RELAT%C3%93RIO%20Cient%C3%ADfico%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=62>>. Acesso em: 10 mar. 2019;

MOURA, Rodrigo Valério Luzia. **Arquitetura dos Sentidos: Anteprojeto de um Pavilhão Multissensorial no Bairro Santa Maria em Aracaju/SE**. Universidade Tiradentes - SE, 2015;

OLIVEIRA, Cristina Borges de. **Infância e Deficiência no Brasil: Uma História de Oculações e Silenciamento. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275019735016>>. Acesso em: 28 de fev. 2019;

ONUBR. **Inclusão de crianças com deficiência beneficia toda a sociedade, aponta relatório do UNICEF**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/inclusao-de-criancas-com-deficiencia-beneficia-toda-a-sociedade-aponta-relatorio-do-unicef/>>. Acesso em: 28 fev. 2019;

ONUBR. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 09 jun. 2019;

PLANO DIRETOR DA CIDADE DE ARACAJU. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/obras_e_urbanizacao/?act=fixo&materia=Plano%20Diretor%20-%20PDDU%20-%20Lei%20Complementar%20042/2000> Acesso em: 23 agosto 2019;

PRADO, Elisa. **Brinquedo Acessível**. Elisa Prado Arquitetura e Acessibilidade, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://elisaprado.com.br/blog/2010/10/brinquedo-acessivel/>>. Acesso em: 20 agosto 2019;

Prefeitura da cidade de Recife. **Parque Santana recebe parque infantil totalmente inclusivo**. 08 abril 2017. Disponível em: <

<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/08/04/2017/parque-santana-recebe-parque-infantil-totalmente-inclusivo>>. Acesso em: 07 julho 2019;

RANDI, Adilson. **Deficiência e Mídia na Inclusão Social**. Acessibilidade na pratica, 18 dez. 2011. Disponível em:< <http://www.acessibilidadenapratica.com.br/textos/deficiencia-e-midia-na-inclusao-social/>>. Acesso em: 23 agosto 2019;

REBELO, Ana. **Integração ou Inclusão?**. A Mãe da Maria, julho de 2015. Disponível em:< <http://www.amaedamaria.com/integracao-ou-inclusao/>>. Acesso em: 25 fev. 2019;

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Parâmetros de um playground acessível;

RODRIGUES, Gerson. **AACD Mooca ganha primeiro parque adaptado de São Paulo**. Folha VP Online, 16 maio 2014. Disponível em:< http://www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1895:aacd-mooca-ganha-o-primeiro-parque-infantil-adaptado-de-sao-paulo&catid=49:fique-antenado&Itemid=127>. Acesso em: 07 de julho de 2019 às 17:12;

ROLIM, Rafael Moreira. **5 Razões para deixar seu filho brincar ao ar livre**. Aquarela Parques, junho de 2016. Disponível em:< <http://blog.aquarelaparques.com.br.cp-45.webhostbox.net/5-razoes-para-deixar-seu-filho-brincar-ao-ar-livre/>>. Acesso em: 13 de agosto de 2019 às 15:36;

ROLIM, Rafael Moreira. **Como ter um playground infantil acessível em minha cidade?**. Aquarela Parques, janeiro de 2017. Disponível em:<<http://blog.aquarelaparques.com.br/como-ter-um-playground-infantil-acessivel-em-minha-cidade/>>. Acesso em: 13 de agosto de 2019 às 15:36;

ROLIM, Rafael Moreira. **O que não pode faltar em uma praça pública?**. Aquarela Parques, julho de 2016. Disponível em:< <http://blog.aquarelaparques.com.br.cp-45.webhostbox.net/o-que-nao-pode-faltar-em-uma-praca-publica-saiba->

aqui/?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost >. Acesso em: 13 de agosto de 2019 às 15:36;

ROLIM, Rafael Moreira. **Parquinhos acessíveis: entenda como playgrounds podem ser inclusivos.** Aquarela Parques, abril de 2017. Disponível em:<<http://blog.aquarelaparques.com.br/parquinhos-acessiveis-entenda-como-playgrounds-podem-ser-inclusivos/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2019 às 17:54;

SANTIAGO, Cibele Queiroz de et al. **Acessibilidade no espaço público: o caso das praças de Fortaleza.** PUC – Rio, 2016;

SASSAKI, Romeu Kazumi (2004). "**Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social**". Disponível em: <http://www.ame-sp.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=210:accessibilidade-uma-chave-para-a-inclusao-social&catid=5:accessibilidade>. Acesso em: 25 fev. 2019;

SASSAKI, Romeu K. **Conceito de Acessibilidade.** (2006). Disponível em:<<http://www.bengalalegal.com/romeusassaki.php>>. Acesso em: 12 mar. 2019;

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** Editora WVA, Rio de Janeiro, 1997;

SEPLAN. **Projeto de Urbanização da Unidade de Assentamento Precário – Santa Maria.** Aracaju, 2004.

SEPLOG. **Anuário Estatístico 2015.** Disponível em: <http://transparencia.aracaju.se.gov.br/archives/documentos_diversos/anuarios/ANU%C3%81RIO_ESTAT%C3%8DSTICO_2015_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019;

SILVA, F. T. **Necessidades educacionais especiais In: SOUZA, G. (org.). Educar na infância – perspectivas histórico-sociais.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 201-218;

Site oficial do vereador Lucas Aribé. Disponível em: <<https://lucasaribe.com.br/leitura/3019/camara-de-aracaju-aprova-pls-que-beneficiam-comunidade-surda>>. Acesso em: 07 de agosto 2019;

Site oficial do Projeto ALPAPATO. Disponível em: <<http://annalaura.org.br/brinquedos/>>. Acesso em: 30 jun. 2019;

SOUZA, Ana Cristina Satiro de. **Passado, Presente e Futuro nos caminhos da acessibilidade.** Pandora Brasil, 2010. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/acessibilidade/ana_cristina.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019;

UNICEF. **Convenção sobre os direitos da criança – para todas as crianças saúde, educação, igualdade e proteção.** Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990;

VIEIRA, Ewerthon Clauber de Jesus. **Políticas Urbanas e Imagens da Cidade: da “Terra Dura” ao Bairro de “Santa Maria” em Aracaju/SE.** São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2011;

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

APÊNDICE A



Trabalho Final de Graduação

PESQUISA COM PESSOAS DEFICIENTES, COM MOBILIDADE REDUZIDA

Nº ____ . ____ . ____

1ª Parte: Dados básicos sobre o entrevistado:

1. Gênero: _____
2. Origem: _____
3. Bairro em que mora: _____
4. Natural: _____
5. Estado Civil:
 - () Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado(a)
 - () Separado(a) () Viúvo(a) () União Estável
 - () Outros _____
6. Profissão: _____
7. Escolaridade
 - () E.F.I () E.M.I () E.S.I
 - () E.F.C () E.M.C () E.S.C
 - () Pós-graduação () Sem escolaridade
8. Faixa etária
 - () 15 a 18 () 26 a 35 () 46 a 60
 - () 19 a 25 () 36 a 45 () acima de 60
9. Renda Familiar
 - () Até 1 salário () Entre 1 e 3 () Entre 3 e 6
 - () Entre 6 e 10 () Acima de 10 () Sem renda
10. Cor ou Raça: _____

2ª Parte: Perguntas sobre acessibilidade e dificuldades sentidas

1. Como você faz para se divertir na cidade?
R. _____
2. Desde quantos anos você é deficiente?
R. _____
3. Desde criança:
 - 3.1 O que você mais sentia falta durante a infância?
R. _____
 - 3.2 Você acha que a deficiência o atrapalhou em algum aspecto enquanto criança, como socialização, brincadeiras etc.?
R. _____
 - 3.3 Qual a maior diferença que você vê em sua vida, principalmente relacionada ao lazer, na deficiência enquanto criança e enquanto adulto?
R. _____
4. Desde adulto:
 - 4.1 Como aconteceu?

- R. _____
- 4.2 Qual a percepção que você tinha acerca da acessibilidade antes da deficiência e como ficou isso depois da deficiência?
R. _____
5. Qual a maior dificuldade que você já precisou enfrentar para ter lazer em Aracaju?
R. _____
6. Qual atividade ou ação você acha que pode ajudar as crianças e pessoas com deficiência, tanto em relação a socialização com crianças e pessoas que não tem deficiência, quanto na diminuição do preconceito?
R. _____
7. Se você fosse a uma praça, o que você gostaria que tivesse lá para se divertir?
R. _____

APÊNDICE B



Trabalho Final de Graduação

PESQUISA COM PAIS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Nº ____ . ____ . ____

1ª Parte: Dados básicos sobre o entrevistado

- 1.Responsável: _____
- 2.Gênero do(a) Responsável: _____
- 3.Origem: _____
- 4.Bairro em que mora: _____
- 5.Natural: _____
- 6.Estado Civil do(a) Responsável:
 - () Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado(a)
 - () Separado(a) () Viúvo(a) () União Estável
 - () Outros _____
- 7.Profissão do Responsável: _____
- 8.Escolaridade do(a) Responsável
 - () E.F.I () E.M.I () E.S.I
 - () E.F.C () E.M.C () E.S.C
 - () Pós-graduação () Sem escolaridade
- 8.Faixa etária do(a) Responsável
 - () 15 a 18 () 26 a 35 () 46 a 60
 - () 19 a 25 () 36 a 45 () acima de 60
- 9.Idade da Criança: _____
10. Renda Familiar
 - () Até 1 salário () Entre 1 e 3 () Entre 3 e 6
 - () Entre 6 e 10 () Acima de 10 () Sem renda
- 11.Cor ou Raça do(a) Responsável: _____
- 12.Cor ou Raça da Criança: _____

2ª Parte: Perguntas sobre acessibilidade e dificuldades sentidas

1. Como você faz para seu(a) filho(a) se divertir na cidade?
R. _____
- 2.O que você acha que seu(a) filho(a) mais sente falta, enquanto criança? E você?
R. _____
3. Você acha que a deficiência atrapalha em algum aspecto, como socialização, brincadeiras etc.?
R. _____
4. Seu(a) filho(a) frequenta a escola?
R. _____

5. Qual a maior dificuldade que você já precisou enfrentar para seu(a) filho(a) ter lazer em Aracaju?

R. _____

6. Qual atividade ou ação você acha que pode ajudar as crianças e pessoas com deficiência, tanto em relação a socialização com crianças e pessoas que não tem deficiência, quanto na diminuição do preconceito?

R. _____

7. Se vocês fossem a uma praça, o que você acha seu(a) filho(a) mais gostaria que tivesse lá para se divertir?

R. _____

APÊNDICE C



Nome: _____ Data: __/__/__

Idade: _____ Bairro: _____ TD: _____

1 De que você gosta de brincar em casa?

2 De que você gosta de brincar com seus amigos?

3 De que você gostaria de brincar se fosse em uma praça com seus amigos?

APÊNDICE D - Implantação Geral, Cortes Longitudinais e Transversais e Fachadas

APÊNDICE E - Planta Paisagística e de Paginação

APÊNDICE F - Planta de Detalhamento dos Brinquedos

APÊNDICE G - Planta de Ampliação dos Ambientes

ANEXOS

Arquivos da Secretária de Assistência Social

QUANTITATIVO-PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-CADASTRO ÚNICO

| BAIRROS | Quatitativo |
|------------------------|--------------------|
| 13 DE JULHO | 9 |
| 17 DE MARÇO | 243 |
| 18 DO FORTE | 485 |
| AEROPORTO | 143 |
| AMÉRICA | 298 |
| ATALAIA | 122 |
| BUGIO | 426 |
| CAPUCHO | 15 |
| CENTRO | 78 |
| CIDADE NOVA | 961 |
| CIRURGIO | 47 |
| COROA DO MEIO | 360 |
| FAROLANDIA | 374 |
| GETULIO VARGAS | 131 |
| GRAGERU | 42 |
| INÁCIO BARBOSA | 162 |
| INDUSTRIAL | 328 |
| JABOTIANA | 206 |
| JAPAOZINHO | 141 |
| JARDIM CENTENARIO | 244 |
| JARDINS | 3 |
| JOSE CONRADO DE ARAUJO | 266 |
| LAMARÃO | 451 |
| LUZIO | 130 |
| MARIVAN | 33 |
| NOVO PARAISO | 183 |
| OLARIA | 562 |
| PALESTINA | 92 |
| PEREIRA LOBO | 60 |
| PONTO NOVO | 290 |
| PORTO DANTAS | 599 |
| SALGADO FILHO | 15 |
| SANTA MARIA | 1458 |
| SANTO ANTONIO | 202 |
| SANTOS DUMNOT | 993 |
| SÃO CARLOS | 3 |
| SÃO CONRADO | 451 |
| SÃO JOSE | 39 |
| SIQUEIRA CAMPOS | 229 |
| SOLEDADE | 328 |
| SUISSA | 90 |
| ZONA DE EXPANSAO | 457 |
| TOTAL: | 11749 |

QUANTITATIVO-PCD-CADASTRO ÚNICO-CRIANÇAS

| BAIRROS | 0 A 4 | 5 A 6 | 7 A 15 | TOTAL DE CRIANÇAS |
|--------------------|------------|------------|-------------|-------------------|
| 13 DE JULHO | 1 | | | 1 |
| 17 DE MARÇO | 3 | 7 | 36 | 46 |
| 18 DO FORTE | 12 | 7 | 38 | 57 |
| AEROPORTO | | 3 | 18 | 21 |
| AMÉRICA | 6 | 3 | 43 | 52 |
| ATALAIA | 4 | 2 | 9 | 15 |
| BUGIO | 2 | 5 | 45 | 52 |
| CAPUCHO | 2 | | 1 | 3 |
| CENTRO | 2 | | 7 | 9 |
| CIDADE NOVA | 21 | 15 | 101 | 137 |
| CIRURGIA | 1 | 2 | 6 | 9 |
| COROA DO MEIO | 9 | 4 | 35 | 48 |
| FAROLANDIA | 11 | 8 | 30 | 49 |
| GETULIO VARGAS | 2 | 1 | 12 | 15 |
| GRAGERU | | | 2 | 2 |
| INÁCIO BARBOSA | 9 | 5 | 17 | 31 |
| INDUSTRIAL | 7 | 4 | 27 | 38 |
| JABOTIANA | 7 | 5 | 34 | 46 |
| JAPAOZINHO | 4 | 5 | 15 | 24 |
| JARDIM CENTENARIO | 1 | 3 | 29 | 33 |
| JARDINS | | | | |
| JOSE CONRADO DE AR | 3 | 4 | 26 | 33 |
| LAMARÃO | 6 | 5 | 55 | 66 |
| LUZIA | 4 | 3 | 13 | 20 |
| MARIVAN | | | 5 | 5 |
| NOVO PARAISO | 1 | 2 | 20 | 23 |
| OLARIA | 5 | 10 | 73 | 88 |
| PALESTINA | 2 | 1 | 3 | 6 |
| PEREIRA LOBO | | | 8 | 8 |
| PONTO NOVO | 4 | 7 | 30 | 41 |
| PORTO DANTAS | 9 | 10 | 78 | 97 |
| SALGADO FILHO | 1 | | 3 | 4 |
| SANTA MARIA | 22 | 21 | 153 | 196 |
| SANTO ANTONIO | 1 | | 13 | 14 |
| SANTOS DUMNOT | 16 | 15 | 98 | 129 |
| SÃO CARLOS | | | | |
| SÃO CONRADO | 6 | 12 | 60 | 78 |
| SÃO JOSE | | 1 | 4 | 5 |
| SIQUEIRA CAMPOS | 4 | 9 | 24 | 37 |
| SOLEDADE | 3 | 4 | 26 | 33 |
| SUISSA | 2 | | 8 | 10 |
| ZONA DE EXPANSAO | 10 | 12 | 48 | 70 |
| TOTAL: | 203 | 195 | 1253 | 1651 |

Arquivos da SEPLOG

Quadro 4.18 - Renda Mensal Domiciliar, por bairro - 2010

| Bairro | Renda Média (R\$) |
|--------------------|-------------------|
| Aeroporto | 3.133,92 |
| América | 1.261,11 |
| Atalaia | 4.633,67 |
| Bugio | 1.529,47 |
| Capucho | 943,24 |
| Centro | 3.842,53 |
| Cidade Nova | 1.261,47 |
| Cirurgia | 3.289,23 |
| Coroa do Meio | 3.610,47 |
| Dezessete de Março | - |
| Dezoito do Forte | 1.596,53 |
| Farolândia | 3.141,78 |
| Getúlio Vargas | 2.106,31 |
| Grageru | 6.724,91 |
| Inácio Barbosa | 4.039,80 |
| Industrial | 1.535,49 |
| Jabotiana | 3.394,51 |
| Japãozinho | 878,33 |
| Jardim Centenário | 1.122,34 |
| Jardins | 13.852,16 |
| José C. de Araújo | 1.949,46 |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 2010

| Bairro | Renda Média (R\$) |
|------------------|-------------------|
| Lamarão | 986,28 |
| Luzia | 4.589,58 |
| Novo Paraíso | 1.594,84 |
| Olaria | 1.083,40 |
| Palestina | 1.593,84 |
| Pereira Lobo | 3.924,61 |
| Ponto Novo | 3.191,33 |
| Porto Dantas | 814,54 |
| Salgado Filho | 7.899,78 |
| Santa Maria | 843,38 |
| Santo Antônio | 2.194,77 |
| Santos Dumont | 1.252,15 |
| São Conrado | 2.053,18 |
| São José | 5.949,68 |
| Siqueira Campos | 2.384,38 |
| Soledade | 1.105,03 |
| Suissa | 4.784,45 |
| Treze de Julho | 10.098,86 |
| Zona de Expansão | - |
| Aracaju | 2.831,31 |